

CADERNOS DO

# terceiro mundo

*A realidade e o mito do "milagre" japonês*

# VIOLÊNCIA



**UMA GUERRA CIVIL NÃO DECLARADA**

PUBLICAÇÃO MENSAL - 112 - R\$ 400,00 - BDA VISITARY, TEL: 011-311-1111

**No desenvolvimento  
da Indústria Petrolífera  
para a reconstrução de Angola,  
Sonangol é vital  
para o futuro**



**SONANGOL**

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA  
C.P. 1316 – LUANDA – TELEX 3148 – 3260

## AOS LEITORES

**N**o quadro das atividades e serviços da nossa Editora, o Centro de documentação desempenha papel importante. A velocidade da informação e o seu processamento computadorizado passaram a ser elementos auxiliares essenciais, para que possamos apoiar o trabalho dos nossos administradores, redatores e correspondentes.

As informações sobre o Terceiro Mundo são, em geral, fragmentárias, episódicas, quando não distorcidas. O banco de dados é, assim, um elemento essencial para a análise de fatores e realidades a serem noticiados ou analisados de maneira correta e independente.

Ainda estamos longe de alcançar o nível de organização e eficácia que o nosso trabalho requer. Mas, já contamos com um Centro de Documentação que prioriza esse vasto e complexo conglomerado de nações emergentes, que é o Terceiro Mundo, e se empenha a melhorar o seu funcionamento. Esse Centro não atende só às nossas necessidades editoriais. Está aberto a pesquisadores, professores, estudantes, sindicalistas, empresários, diplomatas, enfim, todos os que necessitam algum tipo de dados que lhes possamos dar. A frequência diária a esse Centro, sobretudo de universitários, tem sido muito expressiva. É, sem dúvida, um índice expressivo da importância do problema da informação sobre o Terceiro Mundo.

## SUMÁRIO

## 2 CARTAS

## 5 PANORAMA TRICONTINENTAL

## AMÉRICA LATINA

- 10 **Porto Rico:** Colonialismo multimilionário
- 14           A questão nacional
- 17 **Uruguai:** Frente Ampla em crise de identidade
- 21 **Chile:** Condenados à morte
- 23           Mulher no Chile militar

## ÁFRICA

- 24 **Saara:** A hora da negociação
- 27           Um Estado em miniatura
- 29           A paz pelo Grande Magreb

## ÁSIA

- 30 **Nepal:** O papel dos curandeiros
- 32 **Bangladesh:** As divisões da oposição

## SAÚDE

- 39 **México:** O perigo do aspartame
- 41 **Venezuela:** Jovens médicos da Amazônia

## MINORIAS

- 42 **Nicarágua:** O retorno dos misquitos

## COMUNICAÇÃO

- 44 **Norte/Sul:** Trocando pontos de vista
- 45 **Chile:** Proíbem filme
- Guatemala:** Fecham semanário

## INFÂNCIA

- 46 **Bangladesh:** Um comércio sinistro

## SUPLEMENTO BRASIL

- 48 **Minério:** Os garimpeiros se defendem
- 50 **Economia:** Anistia, o desencontro da política com a economia
- 52 **Dívida Externa:** O acordo com os bancos

## MATÉRIA DE CAPA

- 54 **Sociedade:** Violência, a guerra civil não declarada
- 58           Comando Vermelho: anistia para preso comum
- 59           Um mês de crimes
- 61           Criminalidade e favela
- 62           Morar é preciso
- 64           No meio rural, outra guerra
- 68           Conflitos da história recente
- 69 **Junho**
- 71 **Opinião:** O "milagre" japonês



Porto Rico: situação colonial



Carmen: lutar contra Pinochet



Brasil: violência desde cedo

**Censura ao "La Jornada"**

Nosso programa de rádio "La Jornada", dedicado aos trabalhadores, foi censurado e, por fim, suspenso.

Desde novembro de 1985, nossa instituição 'Associação de Defesa e Capacitação Legal- Associação Trabalho e Cultura, Lima-Peru) transmitiu, de segunda a sábado, o programa "La Jornada", através da Rádio Unión, de Lima. Primeiro, foi ao ar durante 15 minutos por dia, mas, a partir de janeiro de 1987, o horário foi ampliado para meia hora (das 6h às 6h e 30min). No início deste ano, renovamos o contrato com a emissora até janeiro de 1989.



**Peru: acúmulo de tensões**

No entanto, em 5 de março, a Radio Unión decidiu unilateralmente rescindir o contrato. As razões de fundo são graves. O programa era uma tribuna, na qual intervinham especialistas, e gozava do reconhecimento de todas as tendências políticas. As pesquisas de audiência indicavam que tínhamos numerosos ouvintes (passamos do décimo oitavo ao sétimo lugar, ou seja, 40 mil ouvintes).

A emissora argumenta que vai "modificar sua programação". As verdadeiras razões são outras. No dia 20 de janeiro - dias antes da greve nacional - proibiram a transmissão de "La Jornada". De acordo com o gerente-geral, ele foi chama-

do à atenção pelo governo, para que o programa não fosse ao ar.

Depois do impasse, "La Jornada" voltou a transmitir, sem interferência nem hostilidade até 26 de fevereiro. Nesse dia, recebemos uma comunicação da decisão da emissora em cancelar o contrato que nos vinculava.

Queremos que "La Jornada" reapareça em outra emissora. Sabemos que o podemos conseguir, com o respaldo da opinião pública.

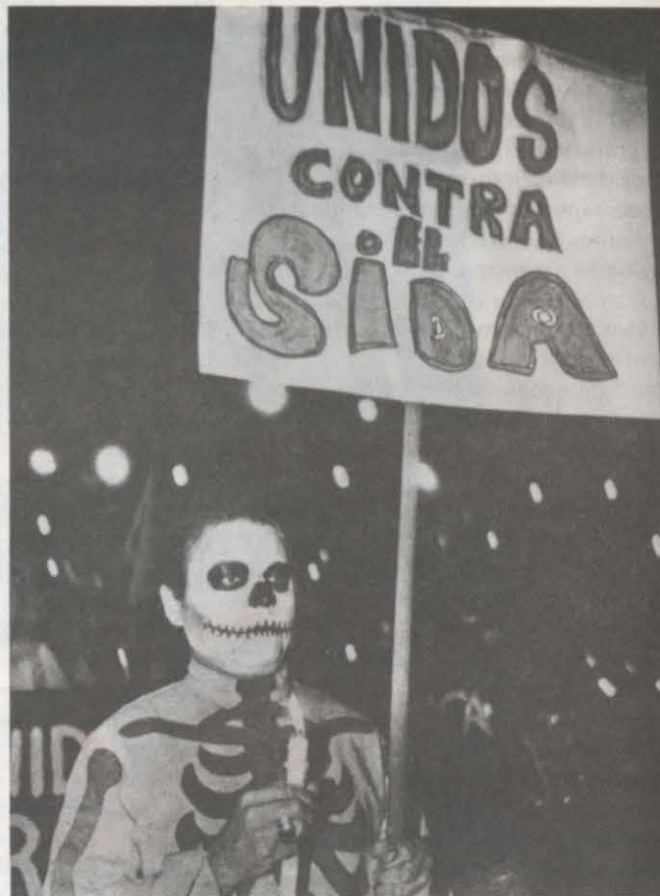
**Ana Maria Yáñez M.**  
Diretora ADEC-ATC  
León Velarde 890 Lince  
Lima - 14 Peru

**Aids: medicamentos naturais**

É consenso geral hoje, entre os cientistas, que a questão da aids só deverá ser resolvida por meio da recuperação do sistema imunológico como um todo. Ora, a essa conclusão nós já tínhamos chegado há algum tempo. Assim, partindo da premissa de que o vírus acelerador dos sintomas da aids só tem condições de se desenvolver quando o sistema imunodeficiente está enfraquecido, obtivemos em fevereiro de 1988 alguns medicamentos naturais que atuam na recuperação e fortalecimento do sistema imunodeficiente.

Os medicamentos são: Ramacriz e Criosonto, que associados ao Cocus Nucifer (variedade vermelha) e à cerveja preta obtida (por composição adequada) de malte (cevada), melaço de cana, lúpulus e levedo de cerveja, nos levam a presumir que estes medicamentos possuem elevado potencial contra os sintomas da aids, além de atuarem como uma espécie de vacina contra o vírus da mesma.

Nossos estudos levam a conclusão de que a aids é causada por drogas, irradiações e desnutrição orgânica. Isto porque, o vírus da



**Aids: solidariedade aos doentes e pesquisas contra o mal**

aids só tem condições de se desenvolver em organismos enfraquecidos. Lembrando que a falência do sistema imunodeficiente é um problema, relativamente recente, podemos concluir que a melhor maneira de combatê-la e preveni-la é através de substâncias naturais obtidas de forma adequada, que irão contribuir, em muito, para a recomposição e fortalecimento do sistema imunodeficiente como um todo.

Sabemos que em termos científicos estes medicamentos ainda de-

vem ser rigorosamente testados, para se verificar a eficácia dos mesmos contra a aids. Daí a necessidade de que hajam pesquisadores e laboratórios que se interessem em realizar pesquisas neste sentido.

Assim nos interessa fornecer amostras a pesquisadores e instituições nacionais e/ou estrangeiras, para testes biológicos.

**José Cardoso Filho**  
Professor Adjunto do Depto. de Química - UFRN.  
Natal - RN.

**Nacionalismo**

Parabéns à revista pelo excelente artigo de Neiva Moreira sobre "Nacionalismo: as lutas de ontem e de hoje".

**Fernando Santana,**  
deputado federal.  
Brasília, D.F.

**Censura**

A informação não pode ser dissimulada, tem que ser como a vida é. A censura não é benéfica a ninguém, pelo contrário, ajuda a alienação. As pessoas que fazem e vivem da Arte são exatamente as que mais sofrem, porque não conseguem transmitir o que ocorre na realidade.

Por isso, quero parabenizar a qualidade das matérias apresentadas e a forma como estão usando a informação na Revista Terceiro Mundo. É lamentável um artista ver sua obra censurada, como aconteceu com Dias Gomes, na Rede Globo.

A letra da música do grupo Plebe Rude nos ajuda a entender o que se passou com o "O pagador de promessas"; a Censura é a única entidade que ninguém censura.

**Marlinton Soares de Paiva**  
Nova Iguaçu, RJ - Brasil

**Violência contra professor**

A questão fundamental no Magistério Público é o salário. O professor e os alunos são atingidos por toda uma série de fatores que se desdobram a partir da situação salarial. A escola pública tem sido tratada como coisa secundária, relegada mesmo, na medida em que faltam professores, material e os prédios destruídos pelo tempo não recebem as reformas necessárias.

O professor não trabalha apenas na escola. Ele precisa de um tempo



**Professores: luta para melhorar**

paralelo para preparar suas aulas, estudar, reunir notícias, selecionar textos, criar tarefas, corrigir provas, exercícios e trabalhos.

Chegamos a uma triste conclusão: ou não se entende o nosso trabalho, ou se quer mesmo a falência da escola pública. Lamentável conclusão. Como resposta, não encontramos outro caminho senão o da greve.

Achamos por bem relatar os fatos que nos envolveram numa greve que é de inteira responsabilidade do governo do estado, que se negou a apreciar com justiça a questão salarial e todo o seu desdobramento. Queremos registrar essa nossa luta para que as gerações futuras de alunos, funcionários e colegas tenham também a nossa ótica e não apenas a do governo.

Só conseguimos ser manchetes dos jornais quando da passeata do dia 7 de julho corrente. Fomos agredidos por soldados de batalhões de choque da Polícia Militar que, além de armados com todo o

equipamento, lançaram bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo sobre pessoas pacíficas.

Enquanto o governo não justificar sua violência contra o professor e trabalhador do ensino, estaremos de luto, como soldados desarmados, oferecendo, ao invés das bombas do senhor governador, flores como Mahatma Gandhi, "a grande alma", ofereceu aos governantes ingleses, opressores de seu povo.

**Professores do Liceu Nilo**  
Peçanha, Niterói, RJ.

**Desde Baku**

Estou cursando meus estudos universitários na União Soviética, tenho 20 anos e sou angolano. Daqui acompanho mensalmente o trabalho jornalístico da equipe do terceiro mundo e, por isso, quero dizer que realmente vocês estão conseguindo melhorar número a número, a qualidade da revista.

Não só fazem uma cobertura adequada do "meu" continente africano mas dos quatro pontos cardeais abordam temas de extremo interesse e atualidade.

**Antonio Ramos Miranda**  
Baku - U.R.S.S.

**Lixeiro-Lixo-Novo**

Repare na rua o lixeiro que não tem distinção de lixo; É lixo de pobre, de rico, de feio, de bonito.

Às vezes pega o lixo, mas não sabe o porque. Toma-se lixo no meio do lixo.

Lixo que precisa acordar para um horizonte limpo, onde toda sujeira foi lavada, já faz tempo.

Lixo que precisa florescer para frutificar em nova vida,

trazendo com ela o tão sonhado homem novo!

**Eduardo Karol**  
Barreto, Niterói-RJ.

**Mártires do Terceiro Mundo**

Como assinante desta revista, que eu considero uma alternativa e ponto de referência, venho sugerir que se publiquem reportagens, matérias sobre os mártires revolucionários da América Latina ou até do Terceiro Mundo todo, para que possamos conhecer a nossa história sem interferência da educação que até aí está ou dos meios de comunicação. Poderia até se criar uma coluna e a cada número publicar relatos sobre a vida desses verdadeiros patriotas, para que se possa realmente conhecê-los.

**Tácito Pereira Santos**  
Porto Velho-RO.

**Homenagem à liberdade**

Desde 1984, acompanhamos o trabalho sério desta revista. Suas reportagens são verdadeiros desafios à imprensa existente. Nelas a realidade é mostrada tal como realmente é.

E vendo essa realidade nos atemos a uma reportagem, a nosso ver excelente, com relação à liberdade (Homenagem à liberdade-Eduardo Galeano - terceiro mundo nº 105). Galeano mostra como uma classe dominante, em nome de uma falsa moral, priva a própria liberdade sexual. Liberdade que é do próprio ser humano. Portanto, cada um tem o direito de manifestá-la livremente.

**NÃO À IMPOSIÇÃO**  
**MORALISTA.**  
**VIVA A LIBERDADE.**

**Adinari de Sousa, Alcinéia**  
**de Sousa e Alcides de Sousa**  
Fortaleza-CE -Brasil

## INTERCÂMBIO

- *Jorge de Jesus Miguel*  
A/C de Firmino Jamba  
C.P. 745  
Benguela – Angola
- *Palmira Rocha Fernandes*  
C.P. 646  
Benguela – Angola
- *Sebastião Antônio Ângelo*  
DAA – Divisão de Mercado Estrangeiro  
C.P. 834 – Aeroporto 4 de Fevereiro  
Luanda – Angola
- *Cecília Florinda Armando*  
C.P. 1071  
Benguela – Angola
- *Oswaldo Bettencourt*  
C.P. 20144  
A/C de Mário Francisco  
Luanda – Angola
- *André Antônio Maria "Joias"*  
Rua João Belo – C.P. 39  
Benguela – Angola
- *Karau Martins "Makakas"*  
C.P. 988  
Benguela – Angola
- *Luis Antônio "Bertonhi"*  
C.P. 988  
Benguela – Angola
- *Martinha Jololo*  
C.P. 1071  
Benguela – Angola
- *Vitorino Luis Augusto*  
C.P. 2991 – Induve  
A/C de Luis Joaquim Augusto  
Luanda – Angola
- *Rodrigues Manuel Filipe "Ross"*  
C.P. 2959  
Luanda – Angola
- *Julio Coimbra Miguel*  
C.P. 948  
Benguela – Angola
- *Sandra Regina Napiwoski*  
C.P. 251  
Canoas – RS Cep. 92001
- *Osmar Castanha*  
R. Arquiteto Marcelo Roberto 180  
Chác. Sto. Antônio – Santo Amaro  
São Paulo – SP Cep. 04712
- *Maria Luisa Rodrigues*  
C.P. 1375  
Benguela – Angola
- *Rita Machado*  
C.P. 126  
Benguela – Angola
- *Pedro Bomgo Caniço*  
C.P. 1748  
Benguela – Angola
- *Antônio Luis Pires Pio*  
C.P. 379  
Benguela – Angola
- *Antônio da Cruz M. de Ibari*  
C.P. 508  
a/c de Antônio Dumbo  
Benguela – Angola
- *Samuel Daniel*  
a/c de Paulo Junior  
C.P. 233  
Benguela – Angola
- *Pedro Manuel*  
C.P. 1677  
Benguela – Angola
- *Pedro João Martins Matanga*  
C.P. 3270  
Benguela – Angola
- *Carlos Antônio Rocha*  
C.P. 610  
Benguela – Angola
- *João Umberto*  
C.P. 3089 – B.C.R./U.E.E.  
Luanda – Angola
- *Abílio Júlio de Oliveira*  
C.P. 1794  
Benguela – Angola
- *Garcia Carlos (Yóbo)*  
C.P. 16299  
Luanda – Angola
- *Nuno Gabriel Romeu Nobre*  
C.P. 26  
Benguela – Angola
- *Caetano de Carvalho da C. Amadeu*  
Empresa de Artes Gráficas  
C.P. 28 S. Tomé  
S. Tomé E Príncipe
- *Martinha Jololo*  
C.P. 1071  
Benguela – Angola
- *Luis Carlos Adriano*  
C.P. 1303  
Benguela – Angola
- *Domingos Firmino Rebelas*  
C.P. 1498  
Benguela – Angola
- *Carlos Albino*  
C.P. 745  
Benguela – Angola
- *Carlos Joaquim Pinto*  
C.P. 770  
Benguela – Angola
- *Victor Cipriano*  
C.P. 980  
Benguela – Angola
- *André Tanga Ali*  
C.P. 1580  
Huambo – Angola
- *José Carlos Miguel Pereira*  
C.P. 1846  
Benguela – Angola
- *Albino André*  
C.P. 3718  
Luanda – Angola
- *Antônio Ferreira Sol*  
C.P. 1578  
Benguela – Angola
- *Silas Silvestre David*  
C.P. 329  
Benguela – Angola
- *Francisco Palanca dos Santos*  
C.P. 1246  
Benguela – Angola
- *Salvador Neto (Djoma)*  
C.P. 713  
Namibe – Angola
- *Napoleão José Francisco*  
C.P. 19  
Benguela – Angola

## cadernos do TERCEIRO MUNDO

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

**Diretor Geral:** Neiva Moreira  
**Diretor Geral Adjunto:** Pablo Piacentini  
**Editora:** Beatriz Bissio  
**Sub-editores:** Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

**Conselho Editorial Internacional:** Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavía

**Redação Permanente:** Cláudia Neiva, Lenin Novaes, Nereida Daudt, (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristalina Canoura (Uruguai).

**Correspondentes:** Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalilé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

**Colaboradores:** Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariani (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narain Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Nôñez (Uruguai), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selser (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbet de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Jaime Brenner (El Salvador), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Perú), Theotonio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).

**Departamento de Arte:** Pedro Toste (editor), Miguel Efe, Reginaldo Caxias, **Colaboradores:** Adérito Gusmão e Dayse Vitoria. **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Elizabete Mesquita, Sônia Lana Drum. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Digitador:** Antonio Carlos S. Aguirre. **Composição:** Luzia A. Neiva e Paulo Rui G. Batista. **Revisão:** Cléa Márcia Soares.

**SEDE CENTRAL NO BRASIL:**  
**Diretor Administrativo:** Henrique Menezes,  
**Departamento de Produção Industrial:** Altair L. Campos, **Departamento Comercial:** Maria Neiva,  
**Deptº de Assinaturas e Circulação:** Rafael Peres Borge Filho  
Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20241 – Rio de Janeiro/Brasil – Telex: 222-1370/242-1957/ Assinaturas: 252-7440 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

**EDIÇÕES REGIONAIS:**

- **Edição em Português:**  
**Diretor:** Neiva Moreira **Editor:** Procópio Mineiro,  
**Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazonia)
- Sede de Lisboa:**  
**Diretor:** Artur Baptista  
Tricontinental Editora Ltda. – Calçada do Combro, 10 / 1º andar – Lisboa, 1.200  
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P
- **Edição em Espanhol**  
**Sucursal do Rio da Prata "Cone Sul"**  
**Diretores:** Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio  
**Administração:** Hugo Cardoso, **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideo, Uruguai –
- Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela  
**Impressão:** Imprenta Polo Ltda. Garibaldi 2579  
Tel.: 802420 – Montevideo
- Distribuição na Argentina (em livrarias):** Punto Sur Editores – Av. Pte. Julio A. Roca 751 - 4º C – Tel. 331-4117 / 6461 / 7344 / 6619 – Buenos Aires – Argentina
- **Edição em Inglês:**  
**Editor:** Bill Hinchberger **Editor Adjunto:** Roberto Raposo

**Correspondência:** Rua da Glória, 122 / 105-106 – CEP: 20241 – Rio de Janeiro / Brasil

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAF (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris)

**Fotos:** Reuters.

Capa: Pedro Toste  
Revista mensal nº 112 - julho - 1988

ANGOLA:

## A conquista da paz

Os princípios para a paz na África Austral foram acertados na segunda semana de julho, na terceira reunião quadripartite, que juntou peritos de Angola e Cuba com os da África do Sul e Estados Unidos, em Nova Iorque, de 11 a 13 de julho. Estes princípios, a serem tomados como base para um próximo tratado de paz, incluem questões como inviolabilidade das fronteiras, não ingerência nos assuntos internos do país vizinho e a adoção de providências para efetivar a independência da Namíbia, de acordo com a Resolução 435/78, da Organização das Nações Unidas.

Segundo a nota distribuída em Luanda pelo Ministério de Relações Exteriores, os "Princípios para uma solução pacífica no Sudoeste da África" são considerados imprescindíveis "para se chegar a uma solução global".

O governo da África do Sul divulgou, posteriormente, sua concordância oficial aos princípios que nortearão o acordo de paz.

Os 14 pontos acertados pelos quatro lados envolvidos nas discussões dispõem as seguintes decisões:

**Nações Unidas** - Será posta em execução a Resolução 435/78, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. "As partes deverão acertar e recomendar ao Secretário-Geral da ONU uma data para o início da implementação da citada resolução."

**Namíbia** O documento assegura que "os governos de Angola e da África do Sul deverão cooperar com o se-

cretário-geral da ONU, com o fim de assegurar a independência da Namíbia, através de eleições livres e justas, abstendo-se de qualquer medida, que possa obstaculizar a execução da referida resolução."

**Cubanos** - Por etapas, as tropas cubanas se retirarão do sul em direção norte, "na base de um acordo RPA-Cuba."

**Inviolabilidade** - Assumem o compromisso de "respeito pela soberania, igualdade soberana e independência dos Estados e pela integridade territorial e inviolabilidade das fronteiras."

**Não ingerência** - Outro princípio adotado é o de "não ingerência nos assuntos internos dos Estados."

**Renúncia à força** - Adota-se a "abstenção de ameaça ou utilização da força contra a integridade territorial e independência dos Estados."

**Neutralismo** - Aceita-se a "responsabilidade dos Estados para não permitir que os seus territórios sejam usados para atos de guerra, agressão ou violência contra outros Estados."

**Tbovo namibiano** - Reconhece-se o "direito dos povos da região do Sudoeste da África à autodeterminação, independência e igualdade de direitos."

**Fiscalização** - Considera-se necessário haver "verificação e controle da aplicação das obrigações resultantes dos acordos que vierem a ser celebrados."

**Negociação** - Aceita-se o "compromisso de cumprir de boa fé as obrigações assumidas nos acordos que vierem a ser celebrados e



Santos: A definição de bases para acordo é passo para a paz

a resolver os diferendos por via negocial."

**Nações Unidas** - Reconhece-se o "papel dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como garantia da implementação dos acordos que vierem a ser celebrados."

**Paz** - Adota-se por princípio reconhecer "o direito de ca-

da Estado à paz, ao desenvolvimento e ao progresso social."

**Ajuda** - Aceita-se "cooperação africana e internacional para solução dos problemas do desenvolvimento da região do Sudoeste da África."

**Estados Unidos** - Reconhece-se o "papel medianoiro do governo dos Estados Unidos."

## Ato inamistoso e precedente perigoso

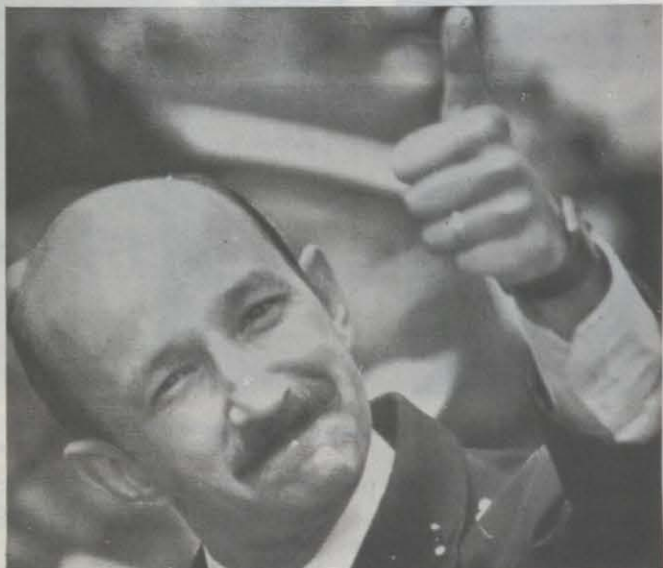
O presidente angolano José Eduardo dos Santos enviou mensagem ao presidente zaireense Mobutu Sese Seko, em meados de julho, rejeitando com vigor "todas as iniciativas da República do Zaire, no sentido de convencer as autoridades da República Popular de Angola a aceitar o chamado governo de coligação com os fantoches sul-africanos da Unita."

A classificação que o presidente de Angola deu a recentes declarações de Mobutu, com aqueles objetivos, foi a de "um ato inamistoso

e um precedente perigoso."

José Eduardo dos Santos lembrou, na mensagem ao presidente zaireense, que aceitasse resoluções da Organização de Unidade Africana sobre o assunto. "O bom senso que animou a última reunião da comissão conjunta de defesa e segurança prevalecerá e o espírito de boa vizinhança e compreensão renovado nas nossas relações bilaterais se manterá, no interesse recíproco dos nossos povos e da paz na região", finaliza a nota do presidente de Angola.

## MÉXICO: Vitória eleitoral, derrota política



Gortari: a mais estreita vantagem do PRI em sessenta anos

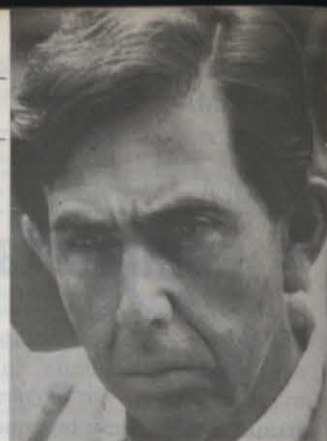
Os resultados da recente eleição presidencial e legislativa indicam que a sensível diminuição do apoio ao Partido Revolucionário Institucional (PRI) — que controlou a vida do país por mais de 60 anos — inaugurar uma nova fase na realidade política do México. Com uma abstenção de cerca de 50% e uma votação de 50,36% a seu favor, o novo presidente, o economista Carlos Salinas de Gortari, de 40 anos, enfrentará, pela primeira vez, um poder legislativo no qual a oposição tem uma presença significativa, o que o obrigará a negociar. Em segundo lugar, com 31,12% dos votos, ficou Cuauhtémoc Cárdenas, filho do venerado presidente Lázaro Cárdenas (que nacionalizou o petróleo e deu um impulso decisivo à reforma agrária). Cuauhtémoc, ex-dirigente do PRI, pelo qual foi eleito governador do estado de Michoacán, abandonou seu partido por não concordar

com a falta de democracia interna e conseguiu reunir na Frente Democrática Mexicana-FDM a maior parte da esquerda e os descontentes com a política do governo. (Ver **terceiro mundo** nº 102). Em terceiro lugar ficou o candidato do Partido de Ação Democrática-PAN, de direita, Manuel Clouthier, que obteve 17,1% dos votos.

A grande novidade é a eleição de quatro senadores da oposição, pertencentes à Frente Democrática Mexicana, de Cárdenas — entre eles o brilhante diplomata Porfirio Muñoz Ledo, que fora presidente do Grupo dos 77 e representante do México na ONU —, e o aumento importante da representação da oposição na Câmara Federal.

Tanto Cuauhtémoc Cárdenas como o candidato presidencial da direita, em comícios e conferências de imprensa, denunciaram fraudes e, inclusive, convocaram seus seguidores à re-

sistência não-violenta para defender o voto e a vontade popular. A FDM exigiu do PRI o acesso aos meios de comunicação para poder tornar pública a sua avaliação do processo eleitoral, e Cárdenas expressou sua convicção de que ele era o verdadeiro vencedor das eleições. Por isso, ele anunciou que recorrerá às instâncias legais para pedir uma investigação das denúncias de irregularidades na contagem dos votos. Salinas de Gortari, por sua vez, reconheceu que “as oposições mostraram ser majoritárias em vários distritos do país” (de um total de 300). No Distrito Federal, a gigantesca Cidade do México, de mais de 18 milhões de habitantes, o vencedor foi Cuauhtémoc Cárdenas. “Termina a época de um partido praticamente único — confirmou: o presidente eleito — e entramos em uma nova etapa política na vida do país, com um partido



Cárdenas: ahalou poder do PRI

majoritário e uma oposição de grande peso”.

Com ou sem impugnação legal dos resultados eleitorais, os meios de comunicação nacionais e estrangeiros começam a especular sobre as dificuldades que Salinas de Gortari encontrará para levar adiante a sua gestão. E muitos estimam que, com o antecedente dos resultados já obtidos pela oposição nestas eleições, o PRI vá ter sérios problemas para assegurar que o sucessor de Salinas saia de suas fileiras. Nas eleições de 1994 a oposição poderá, pela primeira vez desde a revolução mexicana de 1910, ser majoritária.

## NICARÁGUA:

### Expulsão do embaixador



Ao apostar na agitação, o embaixador norte-americano Richard Melton acabou expulso com sete subordinados, em 11 de julho, levando a correspondente repesália dos EUA contra o representante nicaraguense Carlos Turnemann, no dia seguinte



ARGENTINA:

## Menem vence e reafirma unidade peronista



Menem: apontado pela massa peronista

O candidato presidencial do Partido Justicialista, Carlos Menem, afirmou após a sua vitória na convenção peronista de 9 de julho que a mesma mostrou que o "voto do povo está acima dos aparelhos partidários". Menem - reeleito governador de La Rioja nas eleições estaduais do ano passado - derrotou nas eleições internas o presidente do partido, Antonio Cafiero, governador da província de Buenos Aires, a quem todas as pesquisas davam como vencedor. O resultado (53% de Menem contra 47% de Cafiero) foi qualificado pelo vencedor de "uma lição espetacular" para os que acreditavam que com o respaldo dos diri-

gentes máximos e o controle do aparelho partidário poderiam ganhar a eleição. Cafiero contava com o apoio de 13 dos 17 governadores de províncias administradas pelo peronismo e com a maioria dos seus deputados e senadores. Em troca, Menem conseguiu um pequeno apoio entre os altos dirigentes, sendo acompanhado por líderes como Lorenzo Miguel e Jorge Triaca, da ala sindical ortodoxa do peronismo, que ocupam lugares secundários na direção do partido, controlada por setores renovadores seguidores de Cafiero.

Ao contrário do que alguns analistas especularam, a vitória de Menem não oca-

sionou nenhuma caça às bruxas interna no peronismo, e tanto o governador da província de Buenos Aires como seus seguidores foram confirmados na presidência e principais postos da direção do partido, a pedido do próprio vencedor das prévias internas. "Ninguém vai avançar sobre ninguém e de nenhum modo a ortodoxia conservadora e a máquina sindical vão desbancar os renovadores", assegurou Menem. "Vamos trabalhar juntos e responder à crise econômica", acrescentou.

Ao tentar explicar o que agora na Argentina se chama de "o fenômeno Menem", vários analistas afirmam que seu êxito se deve não só a sua personalidade carismática - reconhece-se nele uma grande qualidade humana e, há anos, usa

grossas e abundantes costeletas ao estilo do século XIX e tem uma cabeleira que chega aos ombros - mas também a sua maneira de apresentar sua plataforma política. A principal bandeira de Menem é a reivindicação vaga de uma "atualização do programa de (o general Juan Domingo) Perón", com constantes referências à necessidade de se instituir para a classe trabalhadora um grande salário (*salariazó*) para aumentar o consumo interno e reativar a produção, e a defesa da moratória da dívida externa. "Durante os cinco anos de minha primeira gestão, não sairá um dólar da Argentina", disse Menem em sua campanha, ao mesmo tempo que se negava a reunir-se com uma delegação da banca credora que visitava o país.

PANAMÁ:

## Dono do próprio destino

"Não manchem as mãos com este conflito que não lhes pertence. Se não podem evitar, ao menos não participem". Este apelo partiu de centenas de mulheres panamenhas aos soldados porto-riquenhos do exército dos Estados Unidos.

Uma publicação, assinada por mulheres de diversas profissões e de diferentes setores sociais, diz: "Porto-riquenhos, não se deixem enganar. Aqui não existem sementes do comunismo, de drogas. O Panamá é simplesmente um país que quer ser dono do seu destino".

"Não há guerra", acrescenta a mensagem das mulheres, "mas pode haver, porque os Estados Unidos

estão dispostos a ir às últimas consequências. É bom lembrar que aquele país está governado por um homem senil, e a senilidade traz demência".

Aproximadamente 50 mil pessoas ficaram sem emprego no Panamá, em consequência das sanções econômicas aplicadas pelos Estados Unidos desde março - segundo informaram os ministros do Comércio e Indústria, Mario Rognoni, e do Trabalho, César Martans. Martans disse que se efetivaram 18 mil e 78 dispensas, mas indicou que, no total, os desempregados chegam a 47 mil 294, desde que teve início o bloqueio econômico, em março.

Esses desempregados, somados aos 89 mil 371 desempregados que já existiam em finais de 1987, elevou os índices de desemprego para 17,2% dos aproximadamente 750 mil panamenhos aptos ao trabalho.

Fontes do setor empresarial indicam que a soma

total de desempregados entre março e junho poderia chegar aos 75 mil, colocando os índices do desemprego na casa dos 20%. Tanto Rognoni como Martans consideram que os índices de desemprego atuais configuram "a parte mais dramática" da situação panamenha.

vis". Grupos sindicais e de oposição condenaram o crime, enquanto governo e polícia mantiveram silêncio sobre a ocorrência.

Lafontant Joseph tinha 54 anos, defendeu diversos políticos opositores encarcerados durante o governo provisório presidido por Henri Namphy, após a queda de Jean-Claude Duvalier, em 1986, e chegou a ser candidato ao senado pela Frente Nacional de Ação Conjunta, agrupamento de esquerda, nas abortadas eleições de novembro do ano passado.

Em março, Joseph revelou a existência de decisões judiciais fraudulentas em favor de simpatizantes do antigo ditador Jean-Claude Duvalier, no caso que envolvia o desvio de recursos da

ordem de 120 milhões de dólares. O escândalo obrigou o então novo presidente, Leslie Manigat, a demitir dois juizes e um funcionário.

A Federação Autônoma dos Trabalhadores Haitianos condenou o assassinato, em nota em que apela a todos "os líderes políticos, líderes de organizações populares e comitês de vizinhança a que se reúnam e organizem a resistência contra os mercadores da morte."

O líder democrata-cristão Sylvio Claude denunciou, que o crime demonstra "que o exército se sente suficientemente seguro para matar líderes da oposição, incluídos numa lista que tem 100 nomes, presumivelmente de pessoas que se pretende assassinar".

HAITI:

## Defensor dos direitos humanos é assassinado



Namphy: a ditadura sem disfarces retoma os métodos de Duvalier

No dia 11 de julho, foi assassinado em Porto Príncipe, capital haitiana, o advogado e defensor dos direitos humanos Lafontant Joseph. O crime está sendo atribuído a setores ligados ao governo do general Henry Namphy, que retomou o poder em junho último, através de um golpe contra o presidente Leslie Manigat, que assumira quatro meses antes.

O corpo do pedagogo e veterano ativista pelos direitos civis foi identificado por sua esposa Raymonde: ele foi encontrado coberto

de sangue e lama, dentro de seu carro, um jeep. Próximo ao carro, havia uma grande poça de sangue, o que sugere que o advogado teria sido assassinado fora do veículo, sendo posteriormente colocado em seu interior.

O Centro dos Direitos Humanos do Haiti disse que o assassinato de Lafontant Joseph é "uma ameaça clara a todos os membros das organizações de direitos humanos e desmente as promessas do governo militar, de respeitar os direitos ci-

COSTA RICA:

## Embaixadora das crianças

A atriz norueguesa Liv Ullman, considerada Embaixadora da Boa Vontade, do Fundo das Nações Unidas para a Infância-Unicef, entregou, na Costa Rica, prêmios a jornalistas que realizam trabalhos sobre a situação das crianças daquele país. "É por essa razão, afirmou Liv Ullman, que estou aqui: para honrar aqueles que dão importância às crianças".

Na mesma ocasião, Liv Ullman disse que não haverá paz, a não ser que cada criança se alimente até se satisfazer, aprenda suas lições com a mente tranquila e durma em sossego. Para ela, isto não é um sonho impossível, porque, "se a ilusão do poder foi possível para aqueles que desejavam um mundo de força, basea-

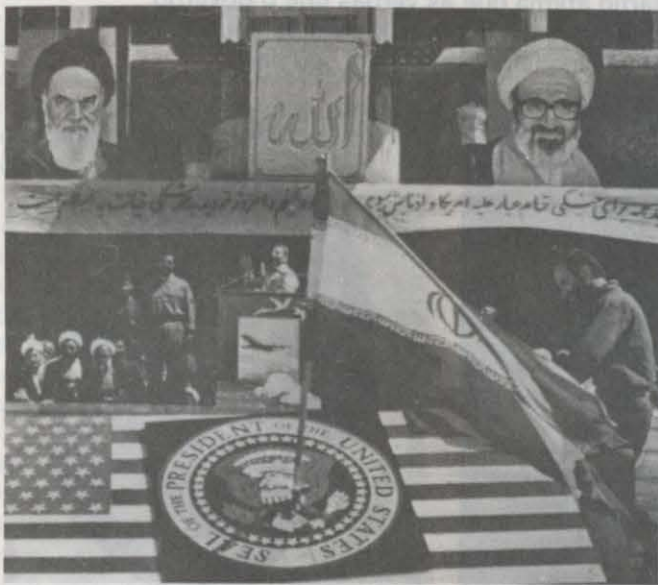
do no armamento nuclear, pode-se também moldar um mundo diferente, baseado na força da compaixão".

Durante sua viagem pela Costa Rica, a atriz denunciou que "cada dia morrem no mundo 40 mil crianças, por privações", acrescentando que, "enquanto milhões de dólares são investidos na ciência da destruição, os que têm que viver, morrem".

Liv Ullman chegou à América Central procedente de Buenos Aires, onde filmou "As Amigas", uma produção alemã-argentina sobre as Mães da Praça de Maio. No longa-metragem, ela interpreta o papel de uma mãe, que reclama por seu filho desaparecido durante a ditadura militar, que governou a Argentina de 1975 a 1983.

## IRÃ/IRAQUE:

## O cessar-fogo no golfo



A tragédia do airbus iraniano, abatido pelos Estados Unidos, com a morte de 290 passageiros em 3 de julho, foi um dos incidentes finais da Guerra do Golfo. No dia 18, o Irã decidiu acatar a Resolução 598 da ONU, de 1987, fazendo trégua com o Iraque

O Irã decidiu aceitar a resolução 598 da ONU, que impõe o cessar-fogo na guerra de oito anos com o Iraque.

Já antes, o presidente Saddam Hussein, num discurso comemorativo do 20º aniversário da revolução iraquiana, conclamava o governo de Teerã a aceitar uma "paz honrosa". O Irã tem sofrido duras derrotas no campo militar, e há sinais de que as forças armadas enfrentam graves dificuldades. Saddam Hussein falou, assim, de uma posição de força e no momento justo.

O ministro da defesa do Irã, Ali Rafsanjani, comunicou a decisão ao secretário-geral da ONU, Pérez de Cuellar. Mas, o que conta mesmo é a palavra do aiatolá Khomeini, o líder má-

ximo do país. Khomeini invocou motivos de natureza mais ou menos sobrenatural e também razões militares, para aceitar o cessar-fogo. Na verdade, essa guerra não podia continuar. O sacrifício dos dois povos e o sem-sentido da destruidora confrontação armada impunham o armistício.

Até que a paz seja selada há, no entanto, um longo e difícil caminho a percorrer. Mas o cessar-fogo já será um passo fundamental naquele sentido. Os riscos maiores poderão advir da incerta situação política interna do Irã, onde se enfrentam correntes extremadas, que disputam o poder. De qualquer modo, será um decisivo passo à frente que o cessar-fogo seja respeitado e evolua para a paz.

## TANZÂNIA:

## Crescimento, apesar dos problemas

Os esforços que a Tanzânia realizou nos últimos anos para reativar a economia têm sido recompensados, mas as perspectivas de desenvolvimento do país estão afetadas por fatores meteorológicos e pela dependência externa.

A situação das chuvas - inferiores à média normal e atrasadas, com intervalos de seca durante a colheita deste ano - significou a diminuição dos cereais e redução drástica na capacidade de importação do país.

Estes dados vêm à tona com o orçamento do governo para o ano fiscal de 1988-1989, que começou em julho. Durante a apresentação do orçamento ao parlamento, o ministro da Fazenda, Economia e Planejamento, Cleopa Msuya, disse, entretanto, que a longo prazo a prosperidade da economia tanzaniana vai de-

pendar das divisas obtidas pelo crescimento das exportações.

O ministro observou que, em seu terceiro ano, o Programa Trienal de Recuperação Econômica-ERP concentra seus objetivos no aumento da produção alimentícia e de colheitas para exportação, saneamento das infra-estruturas de apoio às atividades produtivas e na melhor utilização dos potenciais industriais.

Apesar de adversidades como a seca, a situação negativa nos mercados internacionais de matérias-primas, a redução de divisas obtidas através das exportações, além do aumento dos compromissos com o serviço da dívida externa, a Tanzânia registrou nos últimos anos um crescimento do PIB que, a preços constantes de 1986, chegou a 3,6% em 1986 e a 3,9% em 1987.

## MOÇAMBIQUE:

## Perigo no leite

As autoridades sanitárias de Moçambique decidiram suspender a distribuição de cerca de 45 toneladas de leite em pó, doadas ao país pela Comunidade Econômica Européia-CEE, porque o produto contém "níveis excessivos de radiatividade".

Um documento da Cruz Vermelha de Moçambique relata que amostras do leite foram enviadas para análises na Itália, depois que começaram a proliferar os casos de pessoas que apresentavam distúrbios intesti-

nais, após consumirem o produto. Os laboratórios italianos detectaram alto nível de radiatividade no leite e as autoridades sanitárias de Moçambique decidiram proibir o consumo do produto, por considerá-lo "perigoso à saúde pública".

Técnicos da CEE serão enviados a Moçambique, para análise do leite em pó, "que ficará armazenado em lugar seguro e longe de outros artigos alimentícios", segundo a nota do ministério da Saúde moçambicano.

# Colonialismo multimilionário

O líder nacionalista de Porto Rico Fernando Martín afirma que as verbas que o governo dos Estados Unidos transferem para a colônia somam 4 bilhões de dólares anuais e são usadas para amortecer a consciência emancipacionista em seu país



Os nacionalistas enfrentam o desafio da extrema dependência econômica do país

Beatriz Bissio

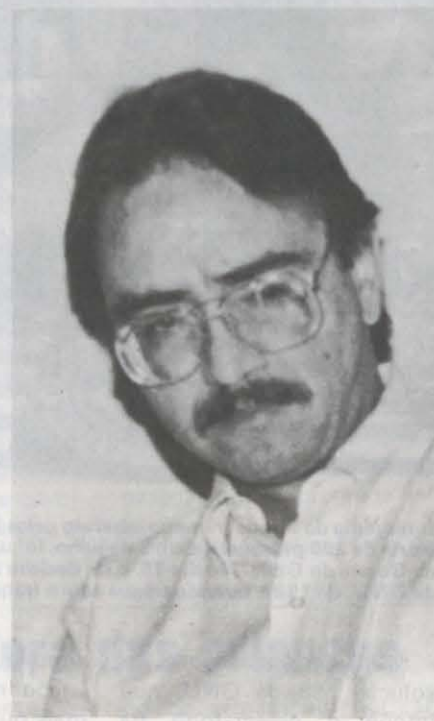
**P**orto Rico é um dos últimos vestígios do colonialismo no mundo. Os Estados Unidos se apoderaram das ilhas durante a guerra com a Espanha, em 1898, e, apesar do movimento de descolonização iniciado depois da II Guerra Mundial, elas continuam, até o momento, sob domínio norte-americano.

Internamente, existem três linhas políticas básicas: os que apóiam a manutenção do status quo (formalmente, Porto Rico é um "Estado livre associado" aos Estados Unidos); os que querem formalizar institucionalmente a anexação de Porto Rico, tornando-o o 51º Estado da União norte-americana, e, por fim, o movimento independentista. Este último cresce, apesar de ter que se defrontar com uma realidade econômica de 4 bilhões de dólares anuais, enviados pelos Estados Unidos e que circulam numa população de três

milhões de pessoas, e que seriam suspensos, se Porto Rico declarasse sua independência da metrópole. O tema consta da ordem-do-dia da Comissão de Descolonização da ONU e deverá ser tratado no próximo mês, em sessão especial, na qual o movimento pela independência tem muita esperança.

"O apoio relativamente pequeno que os independentistas têm entre a população porto-riquenha se deve, fundamentalmente, a esse cordão umbilical formado pela injeção de uma massa de dólares em nossa economia", afirma o dirigente Fernando Martín, de 40 anos, formado em Direito pela universidade norte-americana de Harvard, vice-presidente e encarregado das relações internacionais do Partido Independentista de Porto Rico (PIPR), nesta entrevista a **terceiro mundo**.

*É curioso notar que a independência de Porto Rico é uma bandeira muito enraizada na opinião da América Latina, mas, internamente, existem dificuldades para desenvolver tal programa. Atualmente, qual é*



Martín: cortar o cordão umbilical

a situação do movimento independentista?

— O principal problema consiste em que Porto Rico é uma sociedade extremamente dependente. Para dar um exemplo: em nosso país vivem três milhões de pessoas, que recebem cerca de 4 bilhões de dólares por ano, em verbas transferidas pelo governo dos Estados Unidos. Quando se observam esses dados, o que surpreende não é só que haja tantas pessoas que defendem a independência, e sim que, além disso, tenham tanta influência política.

Em termos eleitorais, o movimento pela independência de Porto Rico é como a ponta de um *iceberg*, uma manifestação eleitoral que apenas começa a refletir a profundidade do nacionalismo existente. É certo que é uma bandeira histórica de toda a América Latina e nós esperamos que se converta agora em algo mais que um símbolo, para que

a causa da descolonização volte a ser um tema prioritário no continente.

### Uma manifestação política e cultural

*O senhor afirma que existe uma consciência nacional muito arraigada em seu país, mas isto parece contraditório com a falta de apoio ao movimento pela independência. A explicação é a questão econômica?*

— Sim. Eu acredito que a reivindicação da independência é a manifestação política de uma cultura e de uma nacionalidade plena que se manifesta em todos os planos. A reivindicação pela independência sofreu um profundo retrocesso por razões conjunturais e históricas, perfeitamente explicáveis.

É por essa razão, pelo peso que ele tem em outras áreas da atividade humana — como a cultura, as artes etc. —, que sempre afirmamos que o nacionalismo, em termos eleitorais, não é outra coisa senão a ponta de um *iceberg*. Hoje somos apenas cerca de 6 ou 8% da população, mas nada impede que, em cinco anos mais, sejamos 30%. É um problema de oportunidade política e de perceber quais os custos e benefícios da independência, para poder romper o cordão umbilical com os Estados Unidos. Há vários meses, um alto funcionário do governo peruano me contou que fizeram uma ampla pesquisa entre os setores médios no Peru e 85% dos entrevistados manifestaram seu desejo de viver nos Estados Unidos. Em Porto Rico, onde vivem três milhões de cidadãos norte-americanos — meu passaporte, como o de qualquer porto-riquenho, é norte-americano —, o partido que defende a independência é forte, organizado e sumamente influente. De modo que não tenho a menor dúvida de que essa consciência nacional terá, no momento oportuno, uma manifestação organizada.

*Qual é a base social preponderante de seu partido?*

— Nossa principal base de sustentação são os trabalhadores e as camadas médias em geral. Existe um extenso lumpenproletariado em nosso país. Por isso, não é estranho que o ideal de independência floresça com maior vigor

entre os setores que, por seu desempenho dentro do processo produtivo, aspiram a algum tipo de independência frente ao poder do Estado, em maior ou menor grau.

Um amigo disse-me que ganharemos, por exemplo, no meio médico, porque é notável o número de profissionais nacionalistas. É preciso notar que somos um partido socialista democrático, que parece algo contrário aos interesses de médicos, advogados e engenheiros. Mas, a força do nacionalismo, a aspiração libertária está tão arraigada, que esse tipo de conflito não aflorou.

*Que tática considera adequada para alcançar a independência de Porto Rico, levando-se em conta as dificuldades de obtê-la pelo voto?*

— O independentismo deve articular o que defino como "massa crítica de apoio eleitoral". Com esta base articulada e com a condição de que o movimento pró-independência adquira uma mentalidade de acordo com seu crescimento eleitoral — reflexo de uma quebra dos partidos coloniais em Porto Rico — será possível convencer os Estados Unidos da seriedade de nossa reivindicação. Tal chamado à seriedade não é gratuito. Tenho dito em muitas oportunidades que Porto Rico é uma colônia dos Estados Unidos, mas que jamais foi um problema colonial para eles.

*Que pensam os militares sobre a independência de Porto Rico?*

— Os militares são antipovo e pró-nada. Sempre se opuseram a qualquer tipo de mudança, porque o único interesse deles é a permanência de suas bases. É possível, e isto é importante, que se transformem em promotores da mu-



Berríos: votação estrondosa ao senado

dança ou ao menos a tolerarem, quando começarem a sentir a condição colonial como fonte potencial de instabilidade política permanente.

*A campanha eleitoral está em andamento. Poderia falar-nos das características das eleições de novembro e sobre o processo de definição das candidaturas?*

— Em novembro, serão eleitos o governador colonial e o legislativo. O presidente do partido, Rubén Berríos, será candidato a governador e eu serei candidato ao senado. Temos grandes expectativas para estas eleições, porque cremos existem condições muito propícias para o incremento da força eleitoral do movimento pró-independência.

Nas últimas eleições, o companheiro Berríos alcançou quase 12% dos votos e saiu senador com a maior votação da história para o cargo. Nosso candidato à câmara, o advogado David Noriega, elegeu-se também com a maior votação de deputado. Desse modo, esperamos transferir essa força eleitoral à candidatura principal, a de governador, e ampliar nossa representação parlamentar.

O problema é que o sistema eleitoral de Porto Rico não é o da representação proporcional. Nosso candidato nas eleições passadas teve 12% dos votos, mas

nós não obtivemos 12% das cadeiras no senado. Este ano, pela correlação de forças, pode criar-se um panorama eleitoral inédito, que questione este dispositivo anacrônico da Constituição, que permite uma versão híbrida da representação proporcional, quando o partido vitorioso obtiver um triunfo por larga margem. Esperamos que nosso candidato a governador obtenha um incremento substancial de votos, o que será o primeiro passo em direção ao processo de se alcançar a adesão da "massa crítica eleitoral", de que falei anteriormente.

### O trabalho parlamentar

*Vocês promoveram uma convenção partidária com 6.000 delegados. Como é o trabalho partidário e quais são as relações com os outros setores da sociedade?*

– Estamos realizando, com muito êxito nos últimos anos, um trabalho principalmente parlamentar, ao lado de

tarefas organizativas contínuas, de propaganda política. Por outro lado, a dimensão internacional de nosso partido cresceu, ultimamente. Abrimos uma frente de trabalho muito importante nos Estados Unidos. Em meados de janeiro passado, nosso líder participou, em Washington, de várias reuniões com um número significativo de congressistas norte-americanos, e lá também pronunciou várias conferências.

*Qual a receptividade do movimento pró-independência nos meios norte-americanos?*

– Começa a surgir um renovado interesse pelo assunto, na medida em que se percebe a instabilidade estrutural da condição colonial de Porto Rico e se entende que, enquanto a situação da ilha não for solucionada definitivamente, os Estados Unidos vão enfrentar um problema sério no Caribe. Sente-se, igualmente, que a ameaça se tornará mais séria a cada dia, a menos que eles,

de algum modo, tomem a iniciativa de promover as condições para a descolonização.

### Porto Rico na ONU

*O assunto está na agenda das Nações Unidas. Quais as perspectivas nesse nível?*

– No momento, o caso de Porto Rico está firmemente plantado na Comissão de Descolonização das Nações Unidas. Na próxima sessão, em agosto, vamos fazer um esforço especial, com o objetivo de ampliar este apoio e buscar uma solução com o consenso de todos os membros.

Lamentavelmente, nos últimos anos os norte-americanos têm conseguido enrolar a questão de Porto Rico com o conflito Leste-Oeste, de tal maneira que pareça que o apoio à causa de Porto Rico decorre de uma aliança com a União Soviética. A tática obteve êxito, mas já começa a sofrer desgastes. Da mesma

## A liberdade de um líder das FALN

□ Após cinco anos de prisão na capital mexicana, acusado de cumplicidade na morte de um policial, foi libertado em 24 de junho o nacionalista porto-riquenho William Morales. A liberdade condicional, a que Morales fez jus após o cumprimento de dois terços da pena de oito anos, permitiu ao lutador acolher-se à situação de perseguido político, por concessão do presidente mexicano Miguel de la Madrid.

Morales, de 36 anos, foi preso pela primeira vez em Nova Iorque, em 1978, em consequência da explosão acidental de uma bomba caseira que preparava e que lhe mutilou ambas as mãos e um olho. Processado e condenado a 99 anos de prisão, "por atividades terroristas", fugiu do hospital militar norte-americano, onde se recuperava dos ferimentos. Pouco depois, entrou clandestinamente no México, sendo preso em maio de 1983 na cidade de Puebla, após confuso tiroteio, em que morreram seu companheiro Adelaido Villafranca e um policial. Por isso, Morales foi acusado de posse de explosivos e tentativa de homicídio, embora não possa manejar armas.

A libertação do militante independentista porto-riquenho foi precedida de ampla campanha, promovida por mais de uma centena de parlamentares mexicanos do PRI e da oposição, encabeçados pelos senadores governistas Sílvia Hernández e Gonzalo Martínez Corbalá, os dirigentes do Partido Socialista Mexicano-PSM Martínez

Verdugo e Heberto Castillo, o escritor Heraclio Zepeda e o antropólogo Rodolfo Stavenhagen. Em documento, todas estas personalidades pediram publicamente ao presidente a libertação do dirigente das Forças Armadas de Libertação Nacional de Porto Rico, FALN.

Junto com *Los Macheteros* e os *Voluntários para a Revolução*, as FALN optaram pela via armada na luta pela independência da ilha, levando a cabo ataques contra instalações industriais e militares norte-americanas, tanto no país, quanto nos Estados Unidos. "O México tem sido terra de asilo para patriotas e não podem os deixar que se confunda um lutador da independência com um delinquente comum", afirmava o documento, firmado também pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.

Em janeiro passado, um juiz mexicano havia declarado procedente o pedido de extradição formulado pelo governo dos Estados Unidos. A decisão definitiva sobre o caso Morales ficava assim nas mãos da chancelaria e da presidência mexicanas, que optaram por libertar o dirigente nacionalista porto-riquenho e conceder-lhe asilo. A decisão causou indignação na Casa Branca, cujo porte-voz a considerou "uma afronta inexplicável às excelentes relações entre o México e os Estados Unidos". No México, contudo, a atitude de De la Madrid no caso Morales foi considerada "uma das decisões mais transcendentais da política externa mexicana", nos últimos tempos.

forma que esperamos crescimento eleitoral em Porto Rico, acreditamos que chegaremos ao triunfo nas Nações Unidas. Isto antecipará a quebra do modelo colonial, o que obrigará os Estados Unidos a reconsiderar seu enfoque e perspectivas em relação a nosso país.

*Um aliado natural de Porto Rico tem sido o Movimento dos Países Não-Alinhados. Mas, em reuniões a que terceiro mundo esteve presente, Porto Rico não se fez representar, ou o fez a nível muito discreto. Por quê?*

– O Partido Socialista de Porto Rico (PSPR), historicamente um partido pequeno, de linha marxista-leninista, desde a formação do Movimento dos Países Não-Alinhados, na década de sessenta, tem tido uma presença modesta, mas conseqüente a suas reuniões. Nas declarações do Movimento dos Países Não-Alinhados sempre há referência – indireta, às vezes, mas sempre uma referência, afinal – ao caso de Porto Rico.

Por outro lado, o Partido Independente é membro da Copppal, da qual nosso líder é um dos vice-presidentes, e

da Internacional Socialista. Ambas as organizações têm-se expressado com grande veemência sobre o assunto. O secretário-geral da Copppal, Nils Castro, participou da sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1987, com um mandato da organização, para defender o direito de nossa nação à independência.

*Em relação à política interna porto-riquenha, há repressão ao PIP?*

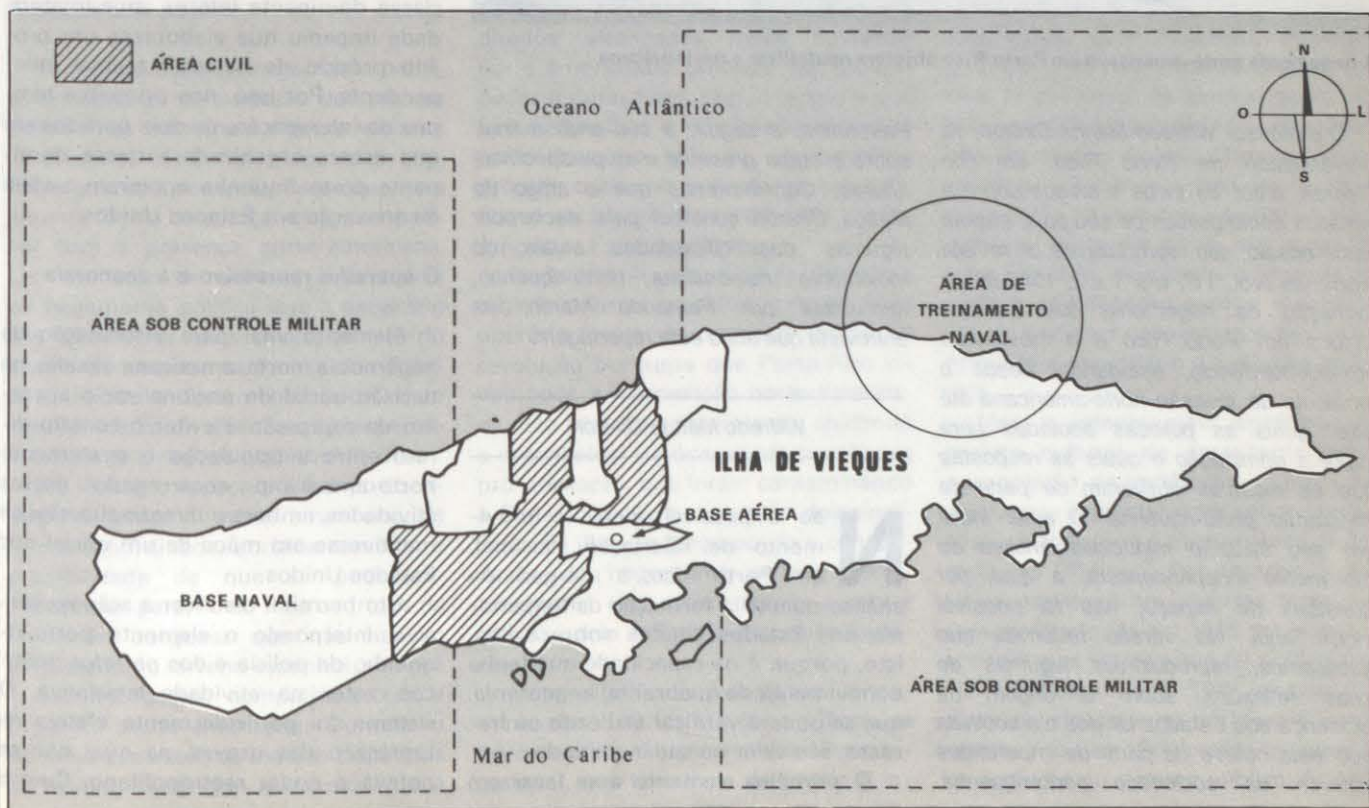
– O PIP tem a sorte de ser um partido minoritário, embora enormemente respeitado. Não quero dar a impressão de que somos um movimento fustigado e reprimido. Houve períodos terríveis em Porto Rico, como na década de cinquenta, quando uma repressão brutal abateu-se sobre os defensores da independência. Creio que a ninguém ocorreria dizer que ser pró-independência não traga conseqüências. Do ponto de vista das autoridades norte-americanas, tal opção representa claramente um aspecto negativo.

Mas, a pior repressão é a do sistema: o endeusamento e a perpetuação da dependência. As condições que assina-

– especialmente a forte dependência econômica – fazem com que o movimento pró-independência se sinta, na prática, pulando no vazio. Mas, na medida em que os Estados Unidos assumem uma atitude sistemática contra a independência e estimulam os partidos coloniais, é nesse instante que o PIP se torna a opção real para a imensa maioria do povo.



*Os norte-americanos têm na ilha de Vieques, que faz parte de Porto Rico, bases militares, que ocupam a maior parte do território, e controlam a área marítima.*



## A questão nacional

A análise da história da dominação norte-americana em Porto Rico permite entender as dificuldades com que se deparou o pensamento nacionalista e traçar planos de ação realistas, que possibilitem o compromisso das maiores no processo libertador



A hegemonia norte-americana em Porto Rico objetiva neutralizar o nacionalismo

O professor Wilfredo Mattos Cintrón, da Universidade de Porto Rico, em Rio Piedras, autor de livros e artigos sobre a temática sócio-política de seu país, analisa neste ensaio, que reproduzimos da revista *Hómines* (vol. 11º, nºs 1 e 2, 1987-88), a formação da hegemonia dos Estados Unidos em Porto Rico e o movimento pró-independência, estudando, desde o momento da invasão norte-americana até hoje, quais as políticas adotadas para impor a dominação e quais as respostas que as mesmas obtiveram de parte da população porto-riquenha. O autor inclui em seu trabalho minuciosa análise do movimento independentista, a qual, por questões de espaço, não foi possível incluir aqui. Na versão resumida que publicamos, reproduzimos algumas de suas reflexões sobre a origem da presença dos Estados Unidos e a acolhida que esta obteve de parte de importantes setores da sociedade porto-riquenha.

Passamos, a seguir, a sua análise final, sobre a etapa presente e as perspectivas futuras. Consideramos que o artigo de Mattos Cintrón contribui para esclarecer algumas das dificuldades atuais do movimento nacionalista porto-riquenho, abordadas por Fernando Martín, na entrevista que abriu esta reportagem.

Wilfredo Mattos Cintrón

**N**ão é possível medir o movimento de libertação nacional, em Porto Rico, à margem da análise quanto a formação da hegemonia dos Estados Unidos sobre a ilha. Isto, porque é na capacidade que tenha o movimento de quebrar tal hegemonia, que se poderá verificar seu êxito ou fracasso, seu valor ou sua inutilidade.

O primeiro elemento a se levar em

conta é o ato de força que representou a invasão norte-americana, no correr do conflito hispano-cubano-americano, e a ratificação, por meio do Tratado de Paris, da permanência dos Estados Unidos na ilha. Sobre a invasão, dois pontos merecem registro especial. O primeiro é que a presença dos Estados Unidos em Porto Rico se baseia num ato de força e de rapina colonial, o que, naturalmente, impede qualquer pretensão de legitimidade que se pretenda reclamar posteriormente ao fato consumado<sup>1</sup>. O segundo ponto é que a grande maioria da população comemorou o fim do domínio espanhol e a chegada dos norte-americanos. Os líderes políticos do país entusiasmaram-se até, ante a perspectiva de uma anexação imediata à federação ianque.

Não é fácil esclarecer as razões de tal atitude. As mesmas se encontram na natureza repressiva do regime espanhol, na percepção dos Estados Unidos como país democrático e como federação de repúblicas, na existência de importantes setores do país que já gravitavam economicamente em torno dos Estados Unidos, mas, sobretudo, tais razões tinham por base a debilidade da classe dominante interna, cuja imaturidade impediu que elaborasse um projeto próprio de Estado nacional independente. Por isso, nos primeiros tempos da intervenção, os dois partidos em que estava organizada a classe dominante porto-riquenha apoiaram a idéia da anexação aos Estados Unidos.

### O aparelho repressivo e a economia

Elemento vital para a formação da hegemonia norte-americana residiu na decisão inicial de nacionalizar o aparelho da repressão e evitar o contato direto entre a população e o elemento norte-americano encarregado dessas atividades, embora a direção superior se mantivesse em mãos de um oficial dos Estados Unidos.

Isto permitiu disfarçar a ação repressiva, interpondo o elemento porto-riquenho da polícia e dos partidos políticos, estes na atividade legislativa. O sistema foi particularmente efetivo na repressão das greves, na qual não se notava o poder metropolitano. Com a



filosofia de não permitir que a mão direita soubesse o que fazia a esquerda, o governo reprimia e ao mesmo tempo condenava a repressão.

Outro elemento importante é a formação e consolidação da base econômica de apoio ao regime. No final do século XIX, importante parcela do comércio de Porto Rico era feito com os Estados Unidos<sup>2</sup>.

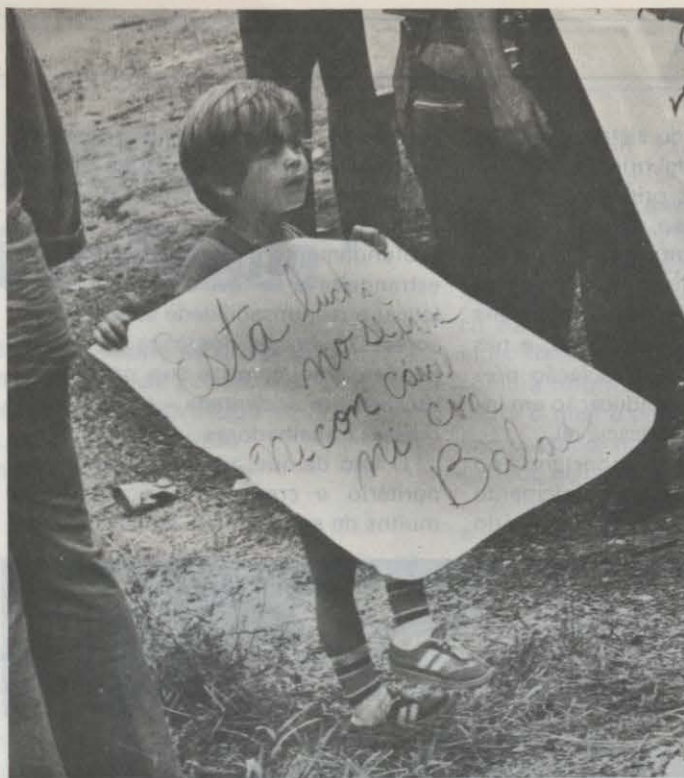
O pólo de atração da vigorosa economia norte-americana é suficientemente poderoso para manter atrás de si uma importante base social, embora esta se veja afetada pela intervenção das grandes corporações açucareiras dos Estados Unidos. Mesmo o setor de fazendeiros do café, afetado muito duramente pela política tarifária norte-americana, é incapaz de organizar-se politicamente sob um programa exclusivamente independentista.

Por outro lado, os Estados Unidos iniciam um programa de serviços públicos na educação e saúde e de criação de infra-estrutura, o que serve para fixar sua hegemonia num país que, sob o regime colonial anterior, conhecera mais o abandono que a atenção.

### A hegemonia política

A configuração da hegemonia política constata-se pela adesão dos setores dominantes internos a alguma variante da presença dos Estados Unidos na ilha, fosse quanto à anexação, fosse quanto a alguma forma de autogoverno compatível com a presença norte-americana. Um elemento de extrema importância na hegemonia política será a expansão das liberdades civis, mais de acordo com a democracia burguesa dos Estados Unidos e fortemente opostas ao restrito marco de direitos que se percebia durante o regime espanhol na ilha.

Ao inserir o espaço político porto-riquenho dentro do norte-americano, de forma subordinada, abria-se também a possibilidade de que se pudessem transportar para Porto Rico os frutos da revolução burguesa que não haviam germinado no terreno espanhol, sempre e quando fossem compatíveis com a presença norte-americana. Durante o domínio espanhol, as massas populares só haviam conhecido a escravidão e a



A questão nacional trava importante batalha na formação dos jovens

proibição dos sindicatos. Tal situação modificou-se com a intervenção norte-americana, que reconheceu-lhes o legítimo espaço de ação. A incipiente burguesia *criolla* (nativa) e as corporações norte-americanas trataram de trabalhar para estreitar o espaço conquistado.

Assim, a extensão a Porto Rico dos direitos alcançados pelos operários norte-americanos precisou de prolongadas e duras lutas. Mas, é inegável que nessas batalhas o movimento operário porto-riquenho utilizou, em benefício próprio, o alargamento do espaço político e social que lhe propiciava a presença dos Estados Unidos.

Na luta contra o que ainda restava do regime colonial espanhol, o movimento operário tornou-se promotor da parcial revolução burguesa que Porto Rico viveu após a intervenção norte-americana. Isto marcou o movimento, ajudando a desenvolver no operariado tendências pró-anexação, que foram contaminando a Federação Livre – a união dos sindicatos da ilha – e favorecendo a consolidação da hegemonia política norte-americana, que assim passou a contar com o apoio militante dos trabalhadores.

Outro significativo elemento do domínio dos Estados Unidos verificou-se no controle e direção do aparelho educacional, nas tentativas de impor o in-

glês como idioma do ensino, no desenvolvimento do protestantismo durante os primeiros anos do século e pela promoção de grupos sociais anteriormente marginalizados, como, por exemplo, os negros e as mulheres.

Aproveitando-se da fraqueza do sistema educacional espanhol, o órgão responsável pela educação, nomeado pelo governo dos Estados Unidos, iniciou o processo de centralização que marca o sistema educativo porto-riquenho até os dias de hoje. O novo aparato serviu para promover medidas de americanização destinadas a converter a juventude porto-riquenha em cidadãos leais. Os três elementos principais da política de educação eram a massificação do ensino, a concentração no ensino primário e secundário e a difusão do inglês.

Mas, o intento mais ambicioso do projeto cultural de americanização – a imposição do inglês como língua escolar, para suplantando o espanhol desde a base – não logrou o mesmo êxito alcançado nas Filipinas<sup>3</sup>. Por décadas, a tentativa oscilou entre diversas fórmulas, sem resultado. Já em 1945 era evidente em todos os setores que tal política havia fracassado. Em 1949, cumprindo diretrizes do governo norte-americano, restabeleceu-se oficialmente o espanhol no ensino e no sistema público. Apenas

uma pequena parte do sistema privado mantinha-se fora de tal orientação.

Os resultados das primeiras tentativas de americanização, porém, marcaram de tal forma, que ainda hoje o estudante médio conhece os elementos essenciais da história norte-americana melhor do que a de Porto Rico, e nas diferentes camadas da população prevalece a idéia de que a educação em inglês é mais vantajosa e desejável.

Um outro aspecto de importância no uso do sistema escolar como elemento de hegemonia é a função do magistério

conhecido como *separatista-anexionista*, por reivindicar a separação da Espanha e a anexação aos Estados Unidos. A partir dos anos 30, estudou-se mais profundamente o caráter da dominação estrangeira e se teve a clarividência de lançar a responsabilidade sobre os invasores. Desde fins dos anos 70, o independentismo começa sua passagem - escabrosa e acidentada - em direção às massas trabalhadoras.

O fato de que, apesar do caráter minoritário e crescente radicalismo em muitos de seus setores, tenha conseguido

formação da hegemonia dos Estados Unidos em Porto Rico: o povo vê a luta pela independência como oposta a seus interesses. O motivo disto é que a situação atual lhe garante importante espaço de gozo dos direitos civis e de bem-estar econômico.

#### Ponto de chegada

Então, a luta pela independência não pode ser um ponto de partida, mas um ponto de chegada. Pode ser apenas uma parte de um projeto maior, que tem que dar sua arrancada do ponto mais abrangente das lutas sociais modernas que afetam as condições das grandes massas - os centros de trabalho, o meio-ambiente, a paz e o militarismo, a urbanização, etc. - que põem em movimento, ao lado dos velhos, os novos atores sociais: os jovens, as mulheres, os homossexuais, os grupos étnicos. Estes novos pólos começam já a implantar-se no país. Em suas formas particulares, cada qual resiste às novas modalidades da agressão norte-americana.

A partir destes novos focos da luta social, que se somam aos antigos, encontrar-se-ão as chaves para um retorno à exigência independentista, desde que se instale em sua nova concepção do socialismo e que se expresse como projeto econômico viável, no conjunto de toda a área antilhana.



Em S. João, capital de Porto Rico, o Capitólio atesta a influência norte-americana

portorriquenho, cooptado pelos valores da americanização, na divulgação dos valores ideológicos da mesma.

Por outro lado, a intervenção norte-americana acabou com o monopólio da igreja católica e abriu caminho para a difusão do protestantismo. De um modo ou de outro, ambas as confissões religiosas se colocaram sob a bandeira da americanização e ajudaram a fortalecer a hegemonia dos Estados Unidos.

#### Presente e futuro

O estudo da evolução do movimento nacionalista leva à conclusão de que este foi o século da inserção e legitimação em Porto Rico da luta pela independência, e em que se sacudiu o sentimento que dominou o século passado,

de estabelecer, no meio social, títulos de legitimação que nunca teve no passado, indica, igualmente, que este foi o século da cristalização da consciência nacional em Porto Rico.

Tal processo não se manifesta apenas na política e com a adesão à independência, ao contrário do que a grande maioria nacionalista tem sustentado. Mas, em seu processo de depuração, o independentismo avança através de crises periódicas, atendendo à complexa dialética entre a consciência nacional e a consciência de classes<sup>4</sup>.

Atualmente, a luta pela independência está bloqueada. Toda tentativa de agitar essa bandeira para mobilizar as grandes massas está condenada ao fracasso. Isto, porque não leva em conta a lição fundamental do processo de

<sup>1</sup> Quando a Espanha já estava derrotada, os Estados Unidos aceleraram sua intervenção em Porto Rico, para poder incluir a ilha no protocolo de rendição.

<sup>2</sup> Os Estados Unidos importavam, em 1897, último ano da dominação espanhola em Porto Rico, pouco menos de 2/3 do total de exportações de açúcar da ilha. Este setor contrasta com o dos cafeicultores, cuja produção se orientava majoritariamente aos mercados europeus.

<sup>3</sup> Tal como Porto Rico, as Filipinas passaram a colônia dos Estados Unidos em 1898. Mal terminada a II Guerra Mundial, conseguiram a independência (1946), continuando, porém, sob dominação econômica norte-americana. Poucos anos após a invasão norte-americana, a população filipina já havia abandonado completamente o uso do espanhol, para passar a utilizar o inglês.

<sup>4</sup> Normalmente, a consciência nacional surge primeiro nas classes proprietárias e depois nas classes subordinadas. A propriedade se transfere ao território e nele se verificam as possibilidades de desenvolver e conquistar mercado. As classes subalternas também desenvolvem sua versão de nacionalismo, seguindo seus interesses particulares. A consciência nacional surge como uma unidade contraditória, atendendo aos diversos interesses classistas. Em Porto Rico, porém, este processo desarticulou-se logo nas primeiras etapas, devido à invasão dos Estados Unidos. A muralha, que em relação a tal problema se ergueu entre as classes sociais, mostra a necessidade de que se lance a questão claramente no espaço das classes subalternas, para dali e com as premissas que lhe são próprias - não com as premissas das classes proprietárias - gerar uma nova relação entre a consciência nacional e a consciência de classe.

# Frente Ampla em crise de identidade?

A pouco mais de um ano para as eleições gerais de novembro de 1989, a Frente Ampla vive um momento de definições.

Um de seus principais dirigentes, o senador Hugo Batalla, afirma, no entanto, que a FA continua um instrumento válido de mudanças para o país

Micaela Ramada

Como sucede em quase todos os países que saíram de uma longa ditadura, também no Uruguai se discutem problemas de ordem político-institucional – até mesmo uma eventual reforma constitucional – que muitas vezes já existiam no período democrático anterior, mas que acabaram adiados pela ocorrência da fase autoritária. Com a proximidade das eleições presidencial, legislativa e municipal, em novembro de 1989, afloram com mais intensidade e urgência alguns temas, em debate no interior de cada agrupamento político e a nível nacional, que exigem definição antes do início da campanha eleitoral.

No espectro político uruguai, o Partido Colorado, no governo, é o que aparenta maior coerência interna, o que se deve em parte ao poder de aglutinação do próprio exercício da administração do Estado. Mas, apresenta problemas potenciais, como o fortalecimento

interno do setor liderado pelo ex-presidente e atual embaixador em Assunção, Jorge Pacheco Areco<sup>1</sup>, que se lançará candidato e em torno do qual se congregam os setores mais conservadores da agremiação<sup>2</sup>. O peso da candidatura do líder do grupo mais conservador parece ter provocado uma aliança dos demais setores colorados, que se apresentariam à convenção com uma fórmula unitária, suficientemente forte para empolgar o partido, o que seria impossível, se concorressem isoladamente.



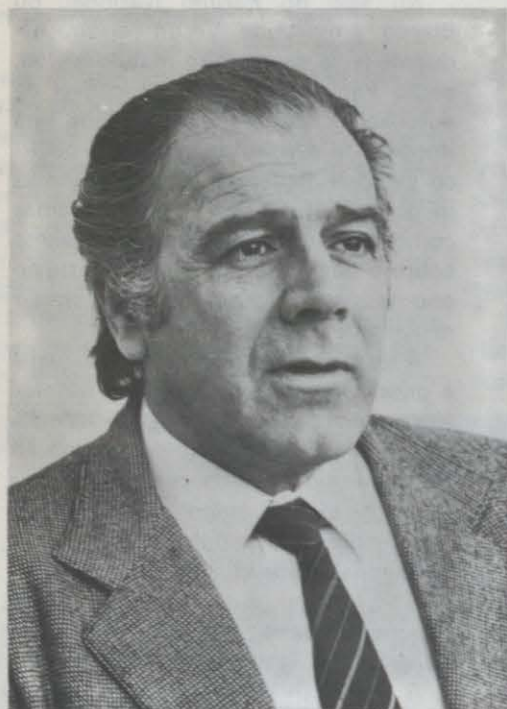
A Frente Ampla está no centro dos debates políticos, quando já se pensa no pleito de 1989

No seio do Partido Nacional, ou Blanco, a morte de Wilson Ferreira Aldunate (veja em **terceiro mundo** n° 109, seção Panorama), líder indiscutível da agremiação nos últimos vinte anos, está impondo a revisão da estratégia político-eleitoral. Reflete-se isto em algumas indecisões atuais, em relação a temas como a reforma constitucional, assunto sobre o qual o partido investiu forte no ano passado, mas que parece agora ter deixado de considerar prioritário.

A terceira força política do Uruguai – e possivelmente a primeira em Montevideo, de acordo com as pesquisas mais recentes – é a Frente Ampla, a coalizão de esquerda presidida pelo general reformado Líber Seregni, um líder de grande prestígio popular e que passou doze anos na prisão, durante a ditadura.

## Experiência única

A criação da Frente Ampla despertou grande interesse na América Latina na década de setenta, quando existia uma tradição de alianças eleitorais, mas se desconhecia a formação de estruturas



Batalla quer aprofundar reflexão interna

permanentes, compostas de forças políticas independentes, unidas por acordos programáticos e funcionando sob um estatuto comum. O surgimento da Esquerda Unida no Peru, pouco mais tarde, foi interpretado por alguns estudiosos como consequência desse exemplo uruguaio.

Nos últimos meses, a Frente Ampla foi lançada no centro das atenções no Uruguai e tornou-se objeto de análise dos meios de comunicação (principalmente dos que pertencem ou são influenciados pelos adversários), porque estaria vivendo uma "crise de identidade" ao alcançar a adolescência política na sua trajetória sempre marcada pela contestação e, principalmente, pela clandestinidade.

Os problemas que a Frente Ampla enfrenta se resumiriam, basicamente, na necessidade de definir sua própria essência, ou seja, esclarecer se é uma coalizão em que cada partido mantém a identidade e boa margem de autonomia, ou se é um movimento que tende a fundir-se numa estrutura integrada, ou, ainda, se é uma experiência híbrida, com manifestações de ambas as possibilidades. Não menos importante é a

discussão – intimamente vinculada à primeira – sobre o papel das bases em tal estrutura, uma vez que os grupos e partidos que formam a coalizão reconhecem que a Frente Ampla é "mais que a soma de todos eles", pois conseguiu atrair à militância e às urnas cidadãos que não pertencem a nenhuma das forças políticas que a integram.

Definidas tais questões básicas, permanecerá a necessidade, porém, de esclarecer a posição da Frente Ampla no cenário político do país, ou seja, em relação ao governo e a sua política de alianças com os dois partidos tradicionais, e também frente aos grupos que se encontram mais à esquerda.

As pesquisas registram excelente posição para a Frente Ampla em Montevideu, onde poderia conquistar a intendência (prefeitura)<sup>3</sup>. Por tal razão, os dois partidos tradicionais acompanham com sumo interesse a discussão que se processa no seio da esquerda e aproveitam para lançar suas próprias críticas e insinuações, objetivando aguçar as contradições potenciais dos adversários. Se dessa forma se chegasse a provocar uma situação de ruptura, que debilitasse a coalizão e a impedisse de manter a força eleitoral, tanto blancos como colorados tirariam vantagens.

#### Especulações desmentidas

No núcleo da controvérsia da Frente Ampla está o Partido pelo Governo do Povo (PGP), liderado pelo senador Hugo Batalla<sup>4</sup>, o mais votado da coalizão nas eleições de 1984. O PGP originou-se da Lista 99, do senador Zelmar Michelini (dissidente do partido Colorado) que teve um papel destacado na própria criação da Frente.

O PGP apresentou recente documento, com sugestões para a reformulação das estruturas de direção e dos comitês de base da Frente Ampla, o qual será submetido a debate no interior da coalizão. Em função do documento e de críticas que o senador Batalla e outros correligionários seus fize-

ram ao funcionamento da agremiação, surgiram especulações sobre uma possível saída do PGP da FA. Como Batalla é uma das principais figuras da coalizão (as pesquisas o apontam, inclusive, como presidenciável) e como seu partido desfruta de bom trânsito em áreas alheias à Frente Ampla, essa possível ruptura significaria um duro golpe para as aspirações eleitorais e para a projeção política da esquerda uruguaia.

Alguns dirigentes estimam, porém, que Batalla apenas procura aprofundar as discussões na Frente e fortalecer sua posição e a de seu grupo, sem pretender uma ruptura, que para ele teria um alto custo político. "Sair? Mas, para onde?", interrogava-se um velho líder. "Batalla e seus companheiros deixaram o partido Colorado para fundar a Frente. Sairão agora da Frente para entrar no partido Blanco? Não acontecerá, se têm bom senso, porque não seria aceitável num país com a concepção de lealdade aos princípios partidários como é o caso do Uruguai".

Muitos militantes de base compartilham dessa opinião, enquanto se sentem frustrados com a manipulação que fazem setores extra-partidários dessa conjuntura de reflexão interna que, se sofresse menos interferências de fora, poderia ser muito fecunda.

terceiro mundo conversou com o senador Hugo Batalla, quando as especulações sobre o futuro político do PGP estavam no auge. O senador reafirmou sua crença na validade da Frente Ampla como instrumento de mudança no Uruguai envelhecido de hoje, e desmentiu que pense em abandonar a coalizão com seu grupo.

<sup>1</sup> Durante a presidência de Jorge Pacheco Areco, foi decretado, pela primeira vez, o estado de emergência que propiciou a violação dos direitos humanos e a morte de inúmeros estudantes na rua, em 1968.

<sup>2</sup> A lei permite que cada partido político lance vários candidatos ao mesmo cargo, inclusive à presidência da República.

<sup>3</sup> A intendência (prefeitura) de Montevideu é o cargo mais importante do país, logo abaixo da presidência e da vice-presidência, uma vez que a capital concentra metade da população do Uruguai.

<sup>4</sup> O senador Hugo Batalla é advogado, especializado em Direito Penal e Constitucional, e jornalista. Foi eleito deputado pela primeira vez em 1962, pelo departamento de Montevideu. Atualmente, como senador, integra as comissões de Constituição e Legislação, Assuntos Internacionais, Informática, Meio-Ambiente e de Reativação da Indústria Frigorífica.

## “Não pretendemos sair”

“Após a ditadura, houve uma restauração do leque político anterior. Todos, tanto os que se exilaram, quanto nós que não saímos, fomos vítimas do autoritarismo e sentimos necessidade dessa restauração, que ocorreu através de alguns processos que hoje podem parecer artificiais. O acordo (“Concertación”) com os militares, que permitiu o retorno a um regime constitucional, significou para nós a es-

democracia – lutas e valores permanentes – mas também de formular uma proposta de país ante um modelo conservador, no qual os privilegiados de sempre ficam com a maior parte da riqueza e jogam as migalhas para os trabalhadores”.

“A realidade – continua – demonstrou que vivemos num regime de liberdade, mas ela por si só não é suficiente. Liberdade sem justiça é meia liberdade.

### Capacidade de agir e reagir

Nesse ponto, o senador localiza o surgimento de problemas no seio da coalizão da esquerda uruguaia. “Nestes dois anos de democracia, a Frente Ampla não demonstrou capacidade de fazer propostas – o que necessariamente não precisa ocorrer num momento determinado – nem de oferecer respostas, as quais devem necessariamente ser dadas num momento preciso, nem antes, nem depois”.

“Todos fomos responsáveis”, admi-



A Frente Ampla inaugurou a experiência do esforço multipartidário e sensibilizou um eleitorado antes bipolarizado

perança de uma solução de consenso para o futuro. E a verdade é que isso não pôde ser possível. De um lado, porque não se cumpriram os acordos firmados e, de outro, porque, além de tudo, é impossível pensar que as sociedades em crise possam elaborar consensos. Era fácil a unanimidade contra a ditadura, mas é difícil a mesma unanimidade contra o sistema”, afirma Battalla.

Quando se implanta a redemocratização, a Frente Ampla, na opinião do líder do PGP, surge como “uma força em crescimento, mas com necessidade de assumir responsabilidades diferentes: já não se trata de resgatar a liberdade e a

A democracia demonstrou ser imprescindível, para que o homem seja tratado como merece, mas está igualmente demonstrado que é insuficiente”.

Battalla medita sobre a deterioração que afeta o Uruguai, em relação aos níveis econômicos do passado: “Eu, filho de um sapateiro italiano, desfrutei de maiores oportunidades do que tem hoje a minha filha, que é filha de um advogado e senador da República”. Por isso, para Battalla, a situação uruguaia “é pior que a do resto da América: nós aqui lutamos para recuperar o que já tivemos. O trabalhador precisará lutar muito, para resgatar o nível aquisitivo de que desfrutou nos anos de 65 ou 66”.

te. “Não assumimos em profundidade a discussão sobre nosso papel. Hoje, o próprio marxismo está numa fase de reflexões; Gorbachev não é uma casualidade. Falamos de *criar condições objetivas para a revolução*, mas se trata de uma frase gasta, que nos leva a acreditar que o melhor é o pior, quando a realidade já demonstrou que o pior é sempre o pior. Não é o momento para discutir sobre a sociedade que queremos para o ano de 2014: o povo quer saber como chegar ao fim do mês”.

A falta de aprofundamento em determinados temas levou, segundo Battalla, a uma dispersão das forças da Frente: “Adotamos atitudes diferencia-

das, quanto à relação com o resto das forças políticas, por exemplo. No Uruguai, o sistema político é extremamente conservador; as eleições não consistem em eleger homens com uma proposta comum. A eleição é uma grande visita ao passado, na qual cada um trata de parecer o mais possível com o seu morto ilustre. O povo não sabe em quem vota, muito menos para que vota. E, assim, colorados e blancos têm dividido historicamente o poder. Não são partidos, são federações de votos. À esquerda, resta-nos uma pequena área, para tirar pedras". Por tais razões, Batalla defende uma reforma constitucio-

## As estruturas da Frente Ampla

□ "O Partido para o Governo do Povo (PGP) fez em 1978 - ano em que a Frente Ampla estava ainda proscriba - uma proposta sobre a necessidade de reformular a estrutura da coalizão, para adaptá-la às novas circunstâncias", relembra Batalla. Mas, a sugestão acabou esquecida, talvez pelas próprias vicissitudes do momento que se vivia. Hoje, o partido entende que não se devem mais adiar as soluções. "Nem todas as estruturas da Frente Ampla devem ser reformuladas. Algumas delas funcionam bem e continuamos a defendê-las." Entre as que deram bom resultado, o senador inclui a tomada de decisões por consenso, "um mecanismo fundamental para o funcionamento do movimento, que é uma força plural".

Batalla esclarece que, embora o consenso seja fundamental, há momentos em que é necessário ter agilidade para tomar decisões. "O melhor seria criar mecanismos que permitissem respostas rápidas, respeitada a natureza plural da Frente Ampla".



FA coleta apoio contra "Ponto Final"

nal, "não porque ela traga em si mesma a mudança, mas porque abre uma porta".

### Não à ruptura

Batalla assinala que a reforma constitucional é outro tema sobre o qual nem todos os integrantes da Frente puseram a mesma ênfase. Apesar disso, opina que a falta de unanimidade de critérios não invalida a experiência da unidade da esquerda. Perguntado sobre a eventualidade de chegar à ruptura com a Frente, caso o PGP não consiga conduzir o debate interno pelos caminhos e até às soluções que pretende, o senador foi taxativo: "Não adotamos atitudes de rompimento. Não existe uma única frase minha que possa levar a tal conclusão. É possível que alguns companheiros tenham feito críticas com excessiva dureza. Admito-o. Mas, temos feito críticas a partir da esquerda e como grupo interessado em preservar a Frente Ampla. Na permanência desta está a justificativa histórica de nosso procedimento. Não queremos sair, asseguramos isso em todos os tons".

"Isto não nos impede de reconhecer erros na Frente, é assumo a quota de responsabilidade que me cabe. Um exemplo: quando apresentamos, com o

senador Alberto Zumarán (Partido Nacional) um projeto de lei, que foi a única solução legislativa séria em matéria de direitos humanos - nele trabalharam o Serpaj, a Federação dos Familiares de Presos Políticos e um grupo de personalidades - ocorreu que o projeto foi condenado pelo PIT-CNT e ASCEEP-FEEU<sup>5</sup>, sem que o conhecessem. Confesso que naquele momento me faltou disposição para provocar um debate dentro da Frente Ampla sobre o tema, no qual a agremiação nunca quis se meter. Em vista do que ocorreu (com a aprovação da lei da caducidade - ver terceiro mundo, nº 104, o artigo "E depois das assinaturas?"), ficou claro que aquele projeto teria sido uma solução.

Mas, Batalla insiste: "O que faz falta é uma discussão franca e leal entre todos. Há solução para os problemas, mas temos que fazer com que a Frente seja uma verdade. Com tal ânimo, expomos nossas discrepâncias, com absoluta honestidade. As soluções não vão surgir através de um acordo de cúpula de quatro dirigentes. A unidade é algo mais profundo e, antes de tudo, precisamos de fraternidade".

Quanto ao papel dos meios de comunicação, Batalla emite um juízo duro: "Trataram - com as devidas exceções - de levar água a seus próprios moinhos. Uma frase é apresentada com seu sentido distorcido, desde que isso seja conveniente aos interesses de alguém".

Batalla lamenta ainda a forma como algumas dessas críticas foram acolhidas por seus correligionários. "Quando disse que, nas circunstâncias atuais, a Frente não dispõe de coerência para governar e que lutaríamos com todas as forças para mudar tal situação, companheiros criaram confusão, distorcendo as minhas intenções. Infelizmente, a política tem muito de teatro. Por fim, o senador Batalla destaca a essência plural da coalizão: "A Frente Ampla é uma experiência inédita, porque nela convivem agrupamentos políticos de posições ideológicas diversas. Precisamos aproveitar tais características como um fator de força, não de debilidade".

<sup>5</sup> O senador refere-se à Convenção Nacional dos Trabalhadores e à Federação dos Estudantes Universitários

## Condenados à morte

Tribunal militar do regime Pinochet utiliza Lei Antiterrorista com efeito retroativo para julgar três presos políticos e condená-los à morte



Patricia Celis e Eliana Palma (dir.): e preciso salvar a vida dos três acusados.

Aldo Gamboa

Jorge Palma, Carlos Araneda e Hugo Marchand foram condenados à morte por um juiz militar, acusados de participar do assassinato de um general, em 1983. No dia 7 de setembro daquele ano, cinco suspeitos de haver participado do atentado, que custou a vida ao general Carlos Urzúa, foram assassinados por agentes da Central Nacional de Informações (CNI) chilena. O general havia sido prefeito de Santiago e fora responsável pela repressão do exército contra as manifestações de protesto que tiveram lugar no Chile, naquele ano.

O ministro do Interior justificou o assassinato dos cinco militantes, afirmando que se tratava dos "únicos responsáveis" pela morte de Urzúa. Mais tarde, no entanto, outras quatro pessoas se asilaram na Nunciatura Apostólica, após também serem acusadas, pelo Ministério do Interior, de participação no atentado.

Naquele mesmo 7 de setembro, ou-

tras pessoas foram detidas, em conexão com os mesmos fatos. Eram Jorge Palma Donoso, Carlos Araneda Miranda e Hugo Marchand Moya, presos com suas esposas. Todos foram torturados. Marta Soto, mulher de Araneda, estava grávida; Suzana Capriles, mulher de Palma, passou quatro anos na cadeia; Sílvia Aldo, mulher de Marchand, esteve presa durante seis dias na CNI e sua filha, que também fora detida, sofre ainda as sequelas da tortura.

Em função desses fatos, a Comissão de Familiares de Presos Políticos Condenados à Morte, do Chile, articulou uma campanha internacional de solidariedade. Patricia Celis e Eliana Palma, integrantes dessa entidade, conversaram com **terceiro mundo**.

### Conselho de Guerra

"Entre setembro de 1983 e março de 1985, o governo militar tentou formar um Conselho de Guerra para julgar os acusados da morte do general Urzúa, o que teria significado um procedimento secreto, acompanhado de uma execução sumária dos condenados", explica

Patricia Celis.

Uma intensa campanha internacional conseguiu impedir esse tipo de julgamento. Ao fim de dois anos de pressões internacionais, a Suprema Corte de Justiça declarou ilegal a formação de um Conselho de Guerra em tempos de paz. "O Parlamento Europeu se posicionou firme, e fez saber a Pinochet que, caso insistisse na formação do Conselho de Guerra, a ajuda econômica não seria renovada. Levou dois anos, para que a Justiça se desse conta de que o país não estava em guerra", acrescentou a dirigente do Comitê de Familiares.

Na Europa, os integrantes da comissão percorreram numerosos países e se reuniram com representantes de diferentes governos. Vários deles ofereceram asilo político aos acusados. Os familiares solicitaram, além disso, a presença de observadores e juristas internacionais durante o julgamento. A Comissão de Familiares propôs também a criação de um grupo supranacional de vigilância dos direitos humanos no Chile.

Diversas instituições privadas e intergovernamentais prestaram apoio à comissão, que assim conseguiu levar a campanha de solidariedade a toda a América Latina. Representantes dos familiares dos acusados visitaram vários países, contando com a solidariedade de organizações de defesa dos direitos humanos, associações de advogados, Anistia Internacional, etc. A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) também deu seu apoio à campanha.

### O longo processo

"Para condenar Araneda, Palma e Marchand, a justiça militar chilena criou uma lei especial", afirmam os familiares. Ao invés de aplicar a chamada Lei de Armas e Explosivos, vigente até então, promulgou-se, em 1984, a Lei Antiterrorista para ser aplicada às pessoas detidas desde 1983. "Uma aberração jurídica sem precedentes", ressalta Celis. "A nova lei lesa vários princípios do direito penal liberal aceitos universalmente - acrescenta - como a proibição de aplicar a um detido uma lei posterior,

que estabeleça uma pena mais rigorosa. A lei penal com efeito retroativo só é aplicável quando favorece os acusados, o que não acontece com o novo instrumento da justiça de Pinochet", assinala.

Com esta ferramenta em suas mãos, o juiz militar Francisco Baghetti emitiu o veredito, que condena Araneda, Palma e Marchand à morte e aumenta as penas dos demais denunciados. Marta Soto, condenada inicialmente a 2 anos, agora deverá cumprir 14 anos de reclusão.

#### A Corte Marcial

A defesa recorreu da sentença do juiz militar e o recurso deverá ser decidido, de forma definitiva, por uma corte marcial. A primeira data prevista para a reunião da corte foi o dia 28 de abril deste ano. No entanto, para dificultar a presença de observadores de vários países europeus e latino-americanos, a data foi adiada várias vezes (para 5 de maio, logo depois para 25 do mesmo mês, e assim sucessivamente).

"Isto nos complicou as coisas; não podíamos mudar as datas, de um dia para o outro, para os governos que nos ofereciam sua solidariedade. Tínhamos uma lista muito longa de personalidades que estavam dispostas a ir ao Chile, para assistir ao julgamento, mas, com tais mudanças não foi possível organizar nada", denunciam os familiares.

Araneda, Palma e Marchand serão defendidos perante a Corte Marcial por Roberto Avila, um advogado da Comissão de Direitos do Povo, em quem a Comissão de Familiares deposita muita confiança. "Ele se responsabilizou em fazer uma defesa jurídico-política, na intenção de reverter a situação e deixar claro qual é a origem do terrorismo, com o objetivo de mostrar a ilegitimidade da corte", analisa Celis.

Para ela, não só se trata de evitar a sentença de morte definitiva, mas também buscar a forma de tirar os condenados do país. "Ainda que se trocasse a pena de morte por uma condenação à prisão perpétua, não haveria qualquer garantia para as vidas de nossos familiares", conclui. ●

Foto 1: Walter Santos

## Quem são?

### Jorge Palma Donoso



Nasceu a 20 de janeiro de 1950 e ingressou no MIR em 1970. Em 1973, foi preso, submetido a torturas e posteriormente liberado. Passou, então, à clandestinidade. Deixou o país em 1979, indo para a Bélgica, onde já viviam a mãe e a irmã. Voltou ao Chile em 1980, foi detido em 1983 e até 1985 sofreu o isolamento, em cela solitária. Com ele, foi presa sua companheira Susana Capriles, que ficou presa quatro anos no presídio de San Miguel, passando depois à penitenciária pública.

### Carlos Araneda Miranda



Nascido em março de 1949, integrou-se ao MIR logo após a vitória da Unidade Popular, em 1970. Passou à clandestinidade em 1973. Foi preso junto com sua companheira Marta Soto, que estava grávida e que veio a dar à luz na prisão.

Desde a detenção está na penitenciária pública, enquanto Marta permanece no presídio feminino de Santiago.

### Hugo Marchant Moya



De 5 de junho de 1953, foi preso em 1973 por distribuir panfletos contra o golpe militar. No mesmo ano foi convocado para servir o exército, decidindo então pedir asilo na embaixada da Índia, viajando em seguida para a Áustria, onde se formou como técnico em metalurgia. Em 1980, regressou clandestinamente ao Chile. Foi preso junto com a mulher, Sílvia Aldo. Ela ficou seis dias na CNI e dois meses no Centro de Orientação Feminina, com a filha pequena. Quanto a Hugo, foi torturado durante 15 dias e levado depois para a penitenciária pública, onde ficou em regime de isolamento, separado inclusive dos demais presos políticos.



## Mulher no Chile militar

Uma mulher reflete sobre a reação feminina ao regime militar, que fez regredir o nível de consumo aos padrões da década de sessenta e ampliou o número de famílias com renda abaixo do mínimo necessário



Maria Helena: aumentou o número de famílias chilenas em situação de penúria

Nereida Daudt

A mulher chilena de hoje tem inúmeros motivos de preocupação, desde os de ordem política, decorrentes da natureza do regime ditatorial, até os de ordem social e econômica, que incluem a queda do consumo a níveis de 20 anos atrás e a ampliação da miséria, fazendo subir a quase a metade as famílias do país que vivem abaixo do nível de pobreza.

As respostas femininas a tais situações impostas pelo período de governo militar é o tema do livro "Mulher no Chile Militar", de Maria Helena Valenzuela, uma socióloga chilena, que destaca ser o lema "democracia no país e em casa" o pensamento que melhor representa os grupos de mulheres que atuam na oposição.

Já o lema "tradição e família" ex-

pressa o pensamento daquelas que apóiam o atual regime, através do Centro de Mães (Cema), entidade presidida por Lúcia Hiriart, mulher de Pinochet. A escritora chilena conta que o movimento tradicionalista do Cema é formado, principalmente, por esposas de oficiais e objetiva alcançar setores populares: "Elas são voluntárias e ensinam condicionamentos tradicionais, como cozinhar, decorar, costurar e alguns deveres maternos".

### Economia

Em comparação com a década passada e os primeiros anos da atual, o Chile vive agora, na descrição de Maria Helena, um período de inflação baixa, crescimento econômico e aumento de exportações. Embora a inflação superior aos 20% ao mês - que durava já 13 anos - tenha terminado, beneficiando com isso setores sociais, ela observa que o

custo social não foi compensador: "O nível de consumo hoje é mais baixo do que em 70. Além disso, 45% das famílias têm renda inferior às necessidades básicas, o que revela o agravamento da situação nestes anos de regime militar, pois no final dos anos 60 este percentual era de 29%", complementa.

Muitos setores no Chile estão de acordo com o crescimento das exportações de cobre, celulose, frutas e peixes, mas a socióloga frisa que "é importante exportar, mas se agregando um maior valor aos nossos produtos". Ela diz que com o processo de conversão da dívida externa em investimentos, que vem se implantando no país desde 1985, os produtos nacionais são vendidos a preços baixos, com o propósito de captar simpatias e recursos externos.

Outras das consequências dessa abertura da economia ao capital estrangeiro e dos incentivos à exportação foram a quebra de empresas que produziam para o mercado interno e uma enorme onda de privatização das empresas públicas.

### Política

Embora hoje todo mundo fale em plebiscito no Chile, oficialmente não existe nenhum candidato presidencial. Entretanto, não há quem não saiba que o general Augusto Pinochet é de novo o candidato. Ele se encontra em plena campanha pelo "sim" e gasta a maior parte de seu tempo percorrendo o país.

A grande preocupação do governo, nesse momento pré-eleitoral, é de pôr um fim à imagem repressiva do regime militar. O general-presidente é um exemplo típico dessa intenção, pois ultimamente ele aparece sempre que possível vestido à paisana. Em suas andanças pelo país, distribui sorrisos, entrega algumas casas populares e abraça crianças. A expectativa é de que as eleições presidenciais venham a se realizar em novembro deste ano.

Se Pinochet não ganhar o plebiscito, disporá ainda do prazo de um ano, antes que ocorram eleições livres. O certo é que em 1989 vão acontecer as eleições para o congresso, sendo que um terço do senado, já se sabe de antemão, será formado por nomeação, porque assim



Carmen Quintana, queimada pela repressão, torna-se símbolo da mulher chilena

determina a lei constitucional. Em todo caso, sempre é bom lembrar que no Chile há 15 anos não existe congresso: todo o poder se encontra nas mãos da Junta de Governo, composta pelos comandantes da Marinha, Força Aérea, Carabineiros e Exército.

Em relação aos partidos políticos, a novidade é o comando pelo "não", que agrega 14 partidos de oposição. Também pelo "não" está o PC, mas, pelo fato de até há bem pouco tempo defender a luta armada, encontra-se separado do comando pelo "não". Hoje, no Chile, a defesa da luta armada é feita pelo MIR e pela Frente Patriótica Manuel Rodríguez.

Outro fato novo no cenário político chileno é a participação agressiva da televisão na campanha do plebiscito. Dos quatro canais existentes, três são universitários e realizam, pela primeira vez em 15 anos, debates políticos. O canal, estatal e voz oficial do governo, derrama em contrapartida uma campanha milionária a favor do "sim".

As mulheres empenhadas na luta pela democratização participam ativamente dos trabalhos. ●

Fotos: 1 Walter, 2 e 3 Reuter

## "Passeata da fome" condena modelo econômico

☐ Milhares de pessoas realizaram a "Passeata da Fome" no centro de Santiago, no dia 11 de julho, numa demonstração da repulsa dos trabalhadores e de suas famílias ao modelo econômico "exportador" adotado pelo regime militar chileno, à semelhança de experiências acontecidas com outros povos latino-americanos. A passeata, convocada por sindicatos e entidades ligadas aos direitos humanos, durou horas, no centro da capital chilena, e teve o objetivo de denunciar o modelo econômico, que permite ao regime militar apresentar estatísticas formalmente confortáveis, do ponto de vista puramente econômico, e que recebem elogios das correntes conservadoras do continente, enquanto, do ponto de vista social, o desemprego, a carestia e a fome atingem níveis nunca antes verificados no país.

Na dura repressão à demonstração dos trabalhadores, dezenas de pessoas ficaram feridas e mais de duzentas foram detidas.

### Plebiscito

Três dias antes da manifestação dos trabalhadores, o general Augusto Pinochet anunciou para outubro o plebiscito, com que o regime chileno pretende atribuir respaldo popular a mais sete anos de governo militar. "Vamos provar que a oposição é um pequeno grupo. Com o plebiscito, vamos riscá-la do mapa", afirmou Pinochet, que não admite a presença de observadores estrangeiros no processo plebiscitário, que a oposição denuncia de antemão como manipulado.



Repressão violenta à passeata que denuncia o empobrecimento

## A hora da negociação



**A reaproximação entre Argélia e Marrocos propicia uma saída negociada para o conflito saaraui, que é, também, a solução defendida pela ONU**

Cláudia Antunes

O reatamento, em maio passado, das relações diplomáticas entre a Argélia e o Marrocos — rompidas há 13 anos, quando o governo argelino reconheceu a República Árabe Saaraui Democrática (Rasd), proclamada em fevereiro de 1976 pela Frente Polisário — mudou o mapa político do norte da África e certamente influirá nos rumos da luta pela independência do Saara Ocidental, invadido há 13 anos pelo exército marroquino. "O momento deu margem a muitas especulações, mas preferimos considerá-lo positivo", disse em Argel um alto dirigente da Rasd.

Como nas declarações feitas no dia

20 de maio nos acampamentos de refugiados saarauís em Tindouf, no sul da Argélia, pelo presidente da Rasd, Mohammed Abdelaziz, o dirigente descartou a possibilidade de o governo argelino interromper seu vital apoio à Frente Polisário. Ele considera que o reatamento entre Argel e Rabat pode favorecer o início de negociações entre o Marrocos e a Frente.

"Os próximos seis meses são cruciais para a luta dos saarauís. No marco dos bons ofícios iniciados pela ONU e pela OUA (que no final do ano passado enviaram uma comissão de alto nível à região em conflito), é possível que haja uma definição em nossa relação com o Marrocos", afirmou o dirigente. "Nossa intenção é aprofundar uma ofensiva diplomática e militar, para apressar uma saída negociada", acrescentou ele.

"Em última instância, a decisão de negociar está nas mãos de Hassan II, o monarca marroquino. Mas, o momento internacional de *détente* propicia ao Marrocos uma saída honrosa do conflito", ressaltou o dirigente, lembrando que a declaração oficial dos Estados Unidos, o principal fornecedor de armamentos ao regime marroquino, sobre o reatamento entre Argel e Rabat, "citou especificamente a necessidade de se alcançar uma solução negociada para o conflito no Saara Ocidental".

O primeiro sinal da ofensiva diplomática da Frente Polisário surgiu na reunião de cúpula árabe em Argel, no início de junho, quando uma carta assinada pelo presidente da Rasd foi distribuída entre os chefes de Estado presentes. Sem fazer nenhum ataque pessoal a Hassan II, a carta condenava o

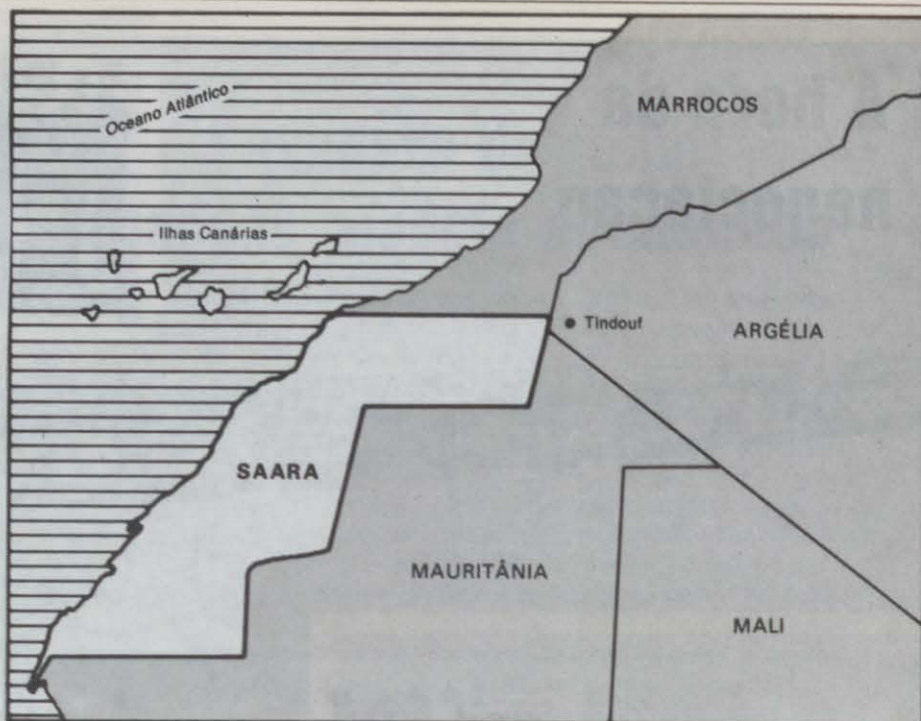
Marrocos por "tentar substituir de todas as formas o colonialismo espanhol", e pedia que os dirigentes árabes refletissem sobre "a lógica de defender o direito dos palestinos à autodeterminação e deixar de lado esse direito, quando se trata da população do Saara Ocidental".

#### Em jogo, o plebiscito

Marrocos, como salientou Mohammed Abdelaziz na entrevista em Tindouf, não dispõe mais do antigo argumento de que seu conflito no Saara seria com a Argélia (o que o leva a desconhecer os quatro mil prisioneiros marroquinos em poder dos saarauís), mas, por enquanto, ainda não declarou publicamente qualquer disposição de negociar com a Frente Polisário. Hassan II certamente será obrigado a definir-se, quando a ONU e a OUA divulgarem, ainda este ano, suas recomendações para pôr fim ao conflito, com base no relatório da comissão que visitou a região.

O que estará em jogo num eventual diálogo entre o governo marroquino e a Frente Polisário será a realização do plebiscito de autodeterminação no Saara Ocidental, como previsto em várias resoluções dos organismos internacionais. O Marrocos vem dizendo que aceita o plebiscito, mas até hoje não admitiu retirar seu exército e sua administração do Saara, para que o referendo possa ocorrer num clima de liberdade. "Para a Frente Polisário não pode haver referendo sem a saída do exército, da administração e dos colonos marroquinos", reiterou Abdelaziz, acrescentando que a Frente "está disposta a entregar os territórios à ONU e à OUA, para uma administração transitória que organize um plebiscito livre".

Abdelaziz, que falou à imprensa internacional depois de um impressionante desfile militar nos acampamentos em Tindouf, como parte das comemorações dos 15 anos da primeira ação armada da Frente Polisário, avaliou que o reatamento diplomático entre o Marrocos e a Argélia deveu-se "a uma mudança de postura do governo marroquino". "Em 1976, foi o Marrocos que rompeu com a Argélia e agora reatou sem pré-condições, mesmo sabendo



O Saara é quase totalmente desértico e possui no fosfato a principal riqueza. Nas áreas sob controle da Frente Polisario, o analfabetismo foi erradicado

das relações estreitas entre os argelinos e a Frente Polisário", afirmou ele.

"Acreditamos que o apoio da Argélia à nossa luta é irreversível, porque está baseado nos princípios de descolonização da África", disse o presidente da Rasd. Ele advertiu, entretanto, que o Marrocos "pode estar manobrando para ganhar tempo" e avisou: "Se Hassan II quer uma solução para o conflito, tem que negociar conosco". Segundo Abdelaziz, a Frente Polisário já criou condições sociais e militares para resistir, "seja por quanto tempo for", à tentativa marroquina de tornar a invasão do Saara um fato consumado.

O presidente da Rasd disse também que veria com bons olhos uma iniciativa da Argélia de mediar negociações entre os polisários e o governo marroquino. "Qualquer ação que leve ao fim do conflito é positiva para nós", afirmou ele, acrescentando que "o diálogo continua sendo o melhor caminho para a paz". Abdelaziz admitiu declarar um cessar-fogo na guerra contra o Marrocos, assim que Hassan II concordar em sentar-se à mesma mesa com os dirigentes da Rasd.

"Nós impusemos uma situação difícil ao Marrocos, que mantém 165 mil sol-

dados no Saara e gasta cinco milhões de dólares por dia com a guerra", disse o líder saarauí.

Mohammed Abdelaziz destacou que, desde sua proclamação, a Rasd obteve importantes conquistas diplomáticas e hoje é reconhecida por 71 países. A maioria dos países-membros da ONU vota a favor da autodeterminação da população do Saara e a República Saarauí foi admitida como membro pleno da OUA, o que provocou a saída do Marrocos da organização africana, em 1984. Na América Latina, onde Cuba, Venezuela, México, Colômbia, Equador, Nicarágua e Panamá reconhecem a Rasd, as conversações com a Argentina estão adiantadas e pode haver troca de embaixadores até o final deste ano.

Dentro da Argélia, o reatamento com o Marrocos provocou reações diversas. Tudo indica que, do ponto de vista do governo argelino, o reatamento atendeu a interesses mais econômicos do que políticos: a economia local está num período de reformas e privatização e, com a abertura das fronteiras econômicas européias, prevista para 1990, torna-se importante para as ex-colônias do norte da África ampliar o comércio com os países vizinhos, para aumentar sua

independência em relação aos países da Europa. Nas ruas, o sentimento é de aprovação: muitas famílias têm parentes no Marrocos e o prolongado fechamento de fronteiras impedia as visitas. Em alguns intelectuais, há uma certa desconfiança. "Só o Marrocos tira um lucro político imediato do reatamento. Não houve nenhum compromisso formal de Hassan II em relação aos polissários", notou um jornalista argelino.

Mas, os laços familiares e culturais com os marroquinos, que levaram a maioria dos argelinos a receber com satisfação a notícia do reatamento, não faz menor sua simpatia pela luta dos saarauís. Um comerciante de Tindouf brincou, com refrigerantes de limão, um grupo de jornalistas que viajara à região para visitar os acampamentos polissários. "Saudamos os que vêm de tão longe para ver nossos irmãos saarauís", disse ele.



Jazidas de fosfato tornam o território do Saara cobiçado

## Um Estado em miniatura

Com apoio da ONU e o trabalho das mulheres, os saarauís organizam suas estruturas no ambiente inóspito da "hammada" e dão prioridade à formação das crianças

O nível de organização alcançado pela Frente Polisário nos acampamentos de refugiados em Tindouf, onde vivem 167 mil civis, dá bem uma idéia do que os saarauís poderão fazer, quando conquistarem a independência do Saara Ocidental, onde somente a exploração das minas de fosfato de Bu Craa, uma das maiores reservas mundiais desse mineral, lhes daria uma renda per capita semelhante à das nações produtoras de petróleo ou à dos países europeus.

Em meio ao ambiente inóspito da *hammada* – a região mais remota do deserto do Saara – e dependentes da ajuda humanitária internacional, os saarauís conseguiram criar no exílio a estrutura de um pequeno Estado, onde o igualitarismo e a participação popular são as chaves da unidade nacional. Nos acampamentos não há criminalidade (até porque as *aimas* – tendas – não têm



Mohamed Abdelaziz, líder da RASD

trancas na porta), todos trabalham, não há dinheiros em circulação e a propriedade privada se reduz a pequenos rebanhos de cabras e carneiros criados por algumas famílias, às tendas e utensílios.

Os campos se dividem em quatro *wilayas* (províncias), que levam os mesmos nomes poéticos das principais cidades do Saara Ocidental: El Ayún (os olhos), Smara (a cor morena), Dajla (portal) e Ausserd (antigo nome bérber). Cada *wilaya* tem cinco ou seis *dairas* (grupos de tenda), organizadas em cinco comitês – saúde, educação, produção e abastecimento, justiça e administração.

"Todo ano fazemos um Congresso Popular com toda a população dos acampamentos, quando discutimos nossos problemas e elegemos os responsáveis pelos comitês e os presidentes de cada *daira*. Esses dirigentes, acrescidos do médico, do juiz, do comissário político e do representante da Meia-Lua Saaraui (a Cruz Vermelha local) formam o Conselho Popular da *Daira*", explica Mouloud Lahsen, um veterano combatente de 33 anos.

Em nível hierarquicamente superior, os presidentes das *dairas*, o diretor regional de saúde, o diretor regional de ensino, o diretor regional da Meia-Lua Saaraui e os representantes das organizações de massa (mulheres, jovens, trabalhadores) formam o Conselho Popular de cada *wilaya*, presidido pelo governador provincial, que também é inte-

grante do Birô Político da Frente Polisário. O Birô tem 27 membros, eleitos junto com o Comitê Executivo no Congresso Geral da Frente Polisário, realizado a cada três anos.

**Prioridade às crianças**

A administração dos acampamentos cabe principalmente às mulheres: a maioria dos homens está nos territórios liberados no Saara Ocidental, onde um exército de 35 mil soldados combate os invasores marroquinos. "Antes da colonização espanhola, a mulher saarauí já tinha um importante papel social. Era ela que se encarregava da economia familiar e tribal, quando os maridos partiam em longas viagens, para buscar meios de sobrevivência e fazer o comércio com outras tribos", explica Maina Chejatu, dirigente da União das Mulheres Saarauís.

O Alto Comissariado da ONU para Refugiados e a Cruz Vermelha Internacional são responsáveis pela maior parte da ajuda humanitária que chega aos campos. Tudo que vem de fora ou se produz aqui é distribuído entre a população pelos comitês de abastecimento, com prioridade para as crianças, hospitais, escolas nacionais (que funcionam em regime de internato) e mulheres grávidas.

Doze anos depois de terem chegado à região de Tindouf, fugindo dos bombardeios marroquinos, e com a maioria das crianças raquíticas por falta de alimentos, os saarauís já criaram condições para implementar, com toda força, sua política de natalidade, fundamental para garantir a resistência de sua pequena população, que não passa de 500 mil pessoas. "Esperamos uma solução política do conflito, mas temos consciência de que ela ainda poderá tardar muitos anos. Por isso, as crianças são nossa prioridade", afirmou um professor da Escola Nacional Nove de Junho.

A falta de alimentos frescos, que por muitos anos prejudicou a nutrição infantil nos acampamentos, está sendo aos poucos superada. A água, que pode ser encontrada a dois ou três metros no subsolo, é a única riqueza natural dessa região. Com agrônomos formados em países amigos, ela possibilitou aos saarauís



Atividades tradicionais, como a tecelagem, ocupam as mulheres



Homens na frente de luta, as mulheres predominam nos acampamentos



A participação feminina se estende à realização de tarefas militares



Esforço e dedicação permitem melhorar a vida no deserto, com água e tomates

raus o cultivo de cinco grandes hortas, que são como oásis artificiais no meio da *hammad*. Com verba e apoio técnico do Acnur, a Frente Polisário também implantou aqui, há dois anos, a maior granja de toda a África, com uma produção diária de 65 mil ovos.

Cada *'l ya* em sua escola primária, mas, depois dos onze anos, as crianças vão estudar nas escolas nacionais, onde ficam internadas. De três em três meses, passam dez dias na *jaima* da família. Os internatos funcionam num sistema de autogestão: as crianças fazem quase tudo, desde a arrumação das camas até a distribuição das comidas nos refeitórios. "No início isso causa uma grande confusão, mas é assim que elas aprendem a participar e assumir responsabilidades", explica Ahmed Chiaa, diretor da Nove de Julho.

#### Islã: igualdade e amizade

Apesar de os meios educativos serem precários – a maioria dos livros é mimeografada e falta material de informação sobre o mundo fora do deserto – os polisários têm seu próprio programa educacional, elaborado há três anos pelo ministério da Educação. Os saarauís, que falam um dialeto árabe chamado *'assaniya* ensinam às suas crianças também o castelhano, língua do antigo colonizador espanhol. "Nossa opção pela língua espanhola é permanente. Não é uma decisão cultural, mas uma decisão baseada na necessidade de termos acesso a conhecimentos técnicos e científicos", afirmou o presidente da Rasd, Mohammed Abdelaziz.

Os saarauís são mulçumanos, mas, ao contrário do que acontece em outras culturas islâmicas, a religiosidade é uma opção individual. Não há uma mesquita em qualquer dos acampamentos, mas não é incomum, mesmo no *front* ver gente rezando ajoelhada, com os braços lançados na direção da Meca. Os polisários têm sua própria interpretação do Corão. "O Islã guarda a tradição da igualdade, da amizade entre os povos. Existem aqueles que o utilizam para manter seu poder ou seu trono", diz Fatemetu Allaili, do Birô Político da Frente Polisário.

C.A

## A paz pelo Grande Magreb

A reaproximação entre Argélia e Marrocos inicia a construção de influente bloco regional e talvez aponte solução para a questão saariana



Benjedid e Hassan: perto do acordo

A recente reaproximação entre os governos da Argélia e do Marrocos causou surpresa, devido aos conflitantes interesses dos dois lados e à permanência das causas que levaram ao rompimento em meados da década passada. O Marrocos mantém a ocupação do Saara Ocidental, enquanto a Argélia sustenta seu apoio aos guerrilheiros e ao povo saarauís.

O quebra-cabeças, porém, encontra sua explicação com o projeto dos países da região em estabelecer o Grande Magreb, um acerto regional, de vários níveis de significação, que unificaria políticas e objetivos da Argélia, Tunísia, Marrocos e Mauritânia, criando um influente bloco de países islâmicos no noroeste africano, com repercussões políticas, econômicas, sociais e culturais na estratégica região atlântico-mediterrânea.

O entendimento entre o presidente argelino Chadli Benjedid e o rei marroquino Hassan II lança interrogações sobre a questão do Saara, seja quanto ao próximo comportamento do Marrocos em relação à reivindicação nacionalista do povo saarauí, seja quanto à posição da Argélia.

O objetivo de reconstrução do Grande Magreb terá o efeito de dissipar os interesses que levaram o rei Hassan II a

dominar o Saara? A Frente Polisário poderia vir a sofrer condicionamentos, em sua luta, por parte da Argélia, tendo em vista o interesse considerado prioritário?

"A construção do Grande Magreb é uma aspiração e um projeto legítimo de todos os povos da região", comentou o líder da Frente Polisário, Mohamed Abdelaziz, em Tindouf, Argélia. "Mas, a sua materialização torna-se impossível, enquanto persistir a política colonialista marroquina. As hostilidades serão mantidas, enquanto o Marrocos mantiver suas portas fechadas à paz", completou.

#### Hostilidades mantidas

A Argélia confirmou seu apoio à causa saariana, mas a permanência da guerra terá indubitáveis consequências no processo de reaproximação com Hassan II. Até quando o objetivo prioritário do Grande Magreb terá forças de resistir às importunações de uma guerra dura? Quanto à Argélia, as interrogações se prendem à solidez de posicionamento em relação à República Árabe Saarauí Democrática-RASD, ante previsíveis pressões marroquinas. Ao mesmo tempo, poderão os argelinos se transformarem, a curto prazo, em mediadores entre os antigos e os novos amigos, após tanto tempo em clara hostilidade frente a Rabat?

Mohamed Abdelaziz confia em que o Marrocos continuará a sofrer as consequências do intervencionismo no Saara.

Mas, a imprensa do emirado de Catar especulou, em meados de julho, que a reaproximação entre a Argélia e o Marrocos já envolve um princípio de acordo quanto ao Saara Ocidental: a Frente Polisário passaria a administrar um Estado autônomo, federado ao reino marroquino.

## O papel dos curandeiros

Um sincretismo entre a medicina moderna e práticas tradicionais permite atender à população rural num país onde praticamente não há médicos

Binod Ehattarai

Com aproximadamente 93% da população rural distribuídos em aldeias espalhadas por todo o território, o Nepal tem um dos níveis de assistência médico-sanitária mais baixos do mundo. Apenas 15% da população dispõem de água potável tratada e o consumo per cápita de calorias é inferior ao mínimo estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O dado mais expressivo, em matéria de saúde, nesse reino encravado no Himalaia, é a virtual inexistência de médicos: 250 profissionais de saúde para uma população de 16 milhões de habitantes, ou seja, um médico para cada 60 mil pessoas.

Só uma elite urbana tem acesso à assistência médica do tipo que conhecemos no Ocidente. Para o habitante das áreas rurais, existe outro estilo de medicina: o curandeiro, chamado "xamã", cuja terapêutica consiste em exorcizar os "espíritos do mal". Um complicado



Crianças atendidas por curandeiros tradicionais por falta de médicos

ritual realizado em meio ao aroma do incenso e o ritmo monótono dos tambores de pele de cabra, que expulsam os espíritos que causam a doença.

Ultimamente os xamãs modificaram seu estilo tradicional, concordando em aproximar-se de algumas das práticas ocidentais de prevenção médica. As autoridades do Nepal estão empenhadas na erradicação da diarreia infantil, por exemplo, que mata diariamente cerca de 700 crianças. Mas, se o governo se propusesse a divulgar entre a população a importância da reidratação oral, através de órgãos oficiais de saúde, não teria pessoal para isso. Quem se encarrega

dessa tarefa são os xamãs, que começaram a utilizar os sais de reidratação oral e vão às aldeias para dá-los às crianças atingidas pela doença.

### Política realista

Trata-se de uma nova política sanitária, mais realista, que as autoridades estão implementando ultimamente. Os 400 mil xamãs do país, que agora são chamados "médicos práticos tradicionais", não aparecem nas estatísticas sanitárias oficiais, mas frequentam cursos básicos de saúde e vendem produtos essenciais de assistência



médica nas zonas rurais.

Nar Bahadur, o xamã da aldeia de Charikot, não deixou de afastar os espíritos maus das pessoas. Mas, agora, vende também a *Jeevan Jal* ("Poção da Vida"), como são chamados os sais de reidratação oral, usados no Nepal. A *Jeevan Jal* contém todas as substâncias nutritivas que devem ser dadas a uma pessoa com diarreia, bastando somente dissolvê-la em água fervida.

Os poucos médicos que trabalham nas zonas rurais do Nepal enfrentam, frequentemente, a concorrência dos xamãs, pois estes contam com o respeito e a confiança dos habitantes da aldeia. Segundo o médico que atende no



85% da população não dispõe de água potável



Erva serve de remédio contra diarreia

posto de saúde de Charikot, os xamãs são "especialistas na ideologia local; meus pacientes se consultam com eles antes de virem aqui".

Enquanto isso, os órgãos de saúde percebem a utilidade dos curandeiros, na divulgação de suas mensagens. Nar Bahadur, por exemplo, é um efetivo vendedor de anticoncepcionais. "Levamos saúde e meios de planejamento familiar às aldeias, através dos curandeiros tradicionais", disse Her. Hamal, chefe de uma unidade comercial de anticoncepcionais. Junto com as poções dos xamãs, as ervas e amuletos, Nar Bahadur também vende preservativos, pílulas e espermicidas vaginais *made in USA*.

Atualmente, os xamãs ajudam na campanha de saúde do governo. Muitos figuram em anúncios de rádio que exortam a população a usar sais de reidratação e a visitar os postos de vacinação. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) também utiliza as imagens de Durga, uma deusa protetora hindu, em sua campanha contra a diarreia. "A idéia foi dos xamãs", explicou um funcionário do escritório de Unicef em Katmandu, a capital do Nepal.

Aqueles que criticam as campanhas de saúde com a participação dos xamãs argumentam que eles são o principal obstáculo na disseminação dos métodos sanitários modernos nas aldeias nepalesas, nos últimos 30 anos. Mas os especialistas em saúde acham que, até que o Nepal desenvolva uma rede de postos médicos em suas 80 aldeias, a população continuará recorrendo aos xamãs. ●



A líder opositorista Khaleda Zia foi presa, na manifestação contra o general Ershad e a favor de novas eleições

## As divisões da oposição

O general Ershad é visto como governante corrupto, enquanto a oposição tem forte ligação com o eleitorado, mas a falta de unidade entre os principais partidos favorece a continuidade do regime militar

*Mushahid Hussain*

O que acontecer nos quartéis decidirá o futuro", afirmou um jornalista de Bangladesh, estudioso da política da Ásia meridional, referindo-se ao seu país. Ressaltou a ironia de que tenha mudado tão pouco o cenário político, dominado pelo exército, que vem decidindo sobre o destino da nação através de sucessivos governos militares, já por 13 dos 16 anos de vida independente, desde a violenta separação do Paquistão.

Pobreza, repressão e corrupção continuam sendo a trilogia sobre a qual se

assenta a gestão pública, com uma elite governista que se mantém inalterada. Treze anos de autoritarismo provocaram doze tentativas golpistas e a morte violenta de dois presidentes: o xeque Mujibur Rahman, um dos líderes da independência, em 1975, e Ziaur Rahman, em 1981.

A vida pública desse país superpovoado e extremamente pobre, situado entre a gigantesca Índia e o Golfo de Bengala, continua sendo dominada por nomes como Chodhry, Rahman e Mian, membros da casta que deu os primeiros dirigentes e formadores de opinião. São justamente as duas herdeiras da tradição política - Khaleda Zia, viúva de Ziaur Rahman, e Hasina Wased, filha do

xeque Mujibur - que lideram a oposição ao regime encabeçado pelo general Hossein Mohammed Ershad.

A atual equação de poder é similar à que existia no Paquistão, quando Bangladesh dele se separou em 1971, no correr de uma guerra civil que deu origem ao conflito indo-paquistanês e acabou com a entrada do exército hindu em Dacca, capital bengalense, garantindo a independência do novo país.

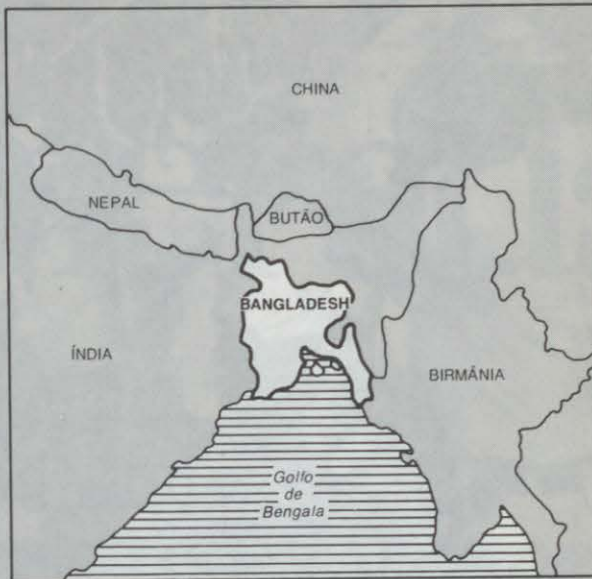
Nos últimos dias de governo do general Ayub Khan - que governou despoticamente o Paquistão durante 15 anos, até ser deposto com a derrota ante a Índia - vivia-se no país, de que Bangladesh então fazia parte, um enfrentamento entre a ditadura militar e a

# Bangladesh

Adérito Gusmão

□ Bangladesh estende-se por 143.998km<sup>2</sup> e está localizada sobre o delta do rio Pradma, formado pela união do Ganges e do Brahmaputra. O país é uma planície fértil, onde se cultivam arroz, chá e juta. Existem grandes extensões de matas e pântanos. O povo, de 88 milhões de habitantes, é etnicamente homogêneo, nascido da fusão da população local, bengalesa, e imigrantes

da Ásia Central. A religião dominante é a muçulmana (83%). Há minorias budistas, hinduístas e cristãs. Idioma: bengalês. Apenas 13% são de população urbana e o PIB per cápita era de 140 dólares em 1982. As forças armadas têm 83 mil efetivos (1983), dos quais 73 mil no exército. (Fonte: **Guia do Terceiro Mundo**)



oposição, basicamente em torno dos partidos políticos. Na Bangladesh de hoje, o presidente Ershad é visto por muitos analistas como um "hóspede do exército", pela sua dependência dos militares, apesar de ser formalmente um presidente civil.

O general Ershad deve sua ascendente carreira ao presidente Ziaur Rahman, que o nomeou chefe do estado-maior do exército, em 1978. Quando Ziaur morreu, durante violenta tentativa de golpe, em 1981, Ershad começou a conspirar e finalmente chegou ao poder em 1982, após uma intervenção militar que não encontrou resistência. O cargo formal de Ershad, desde então, é o de "administrador-chefe da lei marcial", que foi imediatamente implantada.

Três anos mais tarde, em 1985, Ershad transformou-se em presidente civil, com a realização de um plebiscito, no qual obteve 95% dos votos de um eleitorado composto por 48 milhões de pessoas. Apesar do mandato provisório, pois sua permanência no poder vai durar "até a realização de novas eleições", Ershad é visto como um presidente militar, que difere muito pouco de seus colegas do Paquistão, o general Zia ul-Haq, e o da Indonésia, o veterano ditador Suharto, que governa seu país desde 1966. Desgastado por denúncias de fraudes em duas eleições legislativas e por acusações de corrupção, o governo

de Bangladesh carece hoje de legitimidade.

## O legado de dois mártires

O Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP), de Khaleda Zia, e a Liga Awami, da princesa Hasina Wajid, os mais importantes da oposição, baseiam sua popularidade em legado político de líderes mortos. No caso do BNP, a adesão popular se explica perfeitamente pela herança política de seu fundador,



Mujibur Rahman

Ziaur Rahman, homem incorruptível e eficaz na gestão administrativa. A viúva Khaleda é considerada a figura mais popular do país e fundamenta seu discurso político no nacionalismo, que se traduz na prática por uma posição anti-indiana. Apesar da enorme popularidade de que desfruta o partido – seus atos mobilizam multidões – Khaleda Zia não confia na força popular para derrotar Ershad: traça sua estratégia no sentido de forçar a substituição do general por um outro militar.

Khaleda é mulher simples e bem intencionada, mas os analistas não a vêem com dotes políticos suficientes para que chegue a exercer a presidência. É tímida, e em seus contatos com os meios de comunicação consulta os colaboradores mais chegados, antes de responder as perguntas.

Já a Liga Awami – o partido que, em 1971, proclamou a República de Bangladesh (Bengala Livre) –, hoje liderada por Hasina Wajid, é o mais antigo e organizado partido político do país, mas não tem raízes tão profundas no eleitorado quanto o BNP. Mujibur Rahman é lembrado por seu povo como um governante frágil e pouco eficaz e, o que é mais importante, acusa-se o partido de ter uma posição muito aberta em relação à Índia. Essas simpatias recíprocas datam da época em que Nova Délhi ajudou o xeque Mujibur Rahman a levar



Os protestos populares contra o regime militar encontram sempre a resposta violenta das forças policiais, em Bangladesh

o país à independência.

Atualmente, Khaleda e Hasina são aliadas políticas, depois de terem sido adversárias. Mas, a convivência delas não é fácil. Para alguns observadores, a desconfiança mútua se baseia na convicção do BNP de Khaleda de que a Liga Awami pode se sentir atraída a entrar em acordo com o exército, para manter Ershad na presidência. Tudo isso, porque os dirigentes da Liga Awami sabem que os generais não aceitarão com facilidade seu partido como força dominante na política do país, justamente por seus vínculos com a Índia. Os militares rechaçam todo o tipo de ingerência hindu na vida de Bangladesh. Foi precisamente um grupo de jovens oficiais, hoje ativos na política, o responsável pelo assassinato de Mujibur Rahman.

Khaleda Zia, por sua vez, mantém profunda inimizade com o general Ershad, a quem vincula, de alguma maneira, ao assassinato de seu marido. Hasina também manifestou a suspeita de que Ershad estaria até disposto a jogar "uma cartada indiana", se isso favore-

cesse seus interesses. Ela fundamenta suas especulações no fato de que Ershad estudou, durante algum tempo, na academia militar do país vizinho.

#### As divisões enfraquecem

A desconfiança entre os dois principais partidos do país enfraquece a frente de oposição e favorece a Ershad. O BNP lidera uma aliança de oito partidos, e a Liga Awami, uma coalizão de sete. Além disso, existem o partido Jatiya, fundado pelo general Ershad depois de sua ratificação como presidente civil, uma coalizão de cinco partidos menores e um agrupamento dos fundamentalistas muçulmanos, o Jammat-Islami.

Na verdade, estes são os principais grupos políticos de Bangladesh, que tem um total de 86 partidos políticos, ainda que alguns analistas comentem jocosamente que a maioria deles caiba em um riquixá, o tradicional táxi da Ásia puxado por um homem.

Um exemplo das divisões que debilitam a oposição a Ershad está no caso

da principal cadeia de jornais do país, o grupo *Ittefaq*, hoje controlado pelos filhos de Manek Mian, um dos principais jornalistas da época da independência. Enquanto um deles, o advogado Mainul Hussein, diz que o general Ershad "violou a Constituição", seu irmão, o jornalista Anwar Hussein, que durante algum tempo foi ministro do atual presidente, esclarece que foi graças ao general Ershad que "a Constituição se salvou". Os dois irmãos têm seus escritórios no mesmo prédio do jornal, mas não se falam há anos. E a cadeia *Ittefaq* reflete tais contradições.

No caso desse conglomerado de jornais, que em grande parte forma a opinião pública de Bangladesh, constata-se o melhor exemplo da divisão que impera no seio da classe dominante. Não é de se estranhar, portanto, que a oposição termine preferindo que se mantenha o general Ershad e o exército continue a decidir sobre os destinos do país.

Fotos: 1 e 3 Reuter

# Conta Azul Remunerada da Caixa.



## Sem dúvida, com toda segurança.

Conta Azul Remunerada.  
Agora, ao invés do seu dinheiro  
ficar parado, perdendo minuto  
a minuto, ele vai render.

Diariamente.  
E já a partir do dia da  
aplicação.

*Mais de 20 anos de experiência.*

para sacar ou depositar.  
É quando você resolver.  
No caso de retiradas, é só avisar  
24 horas antes. E a movimentação  
pode ser feita pessoalmente ou até  
por telefone, se preferir.

Você deve estar achando que a  
Conta Azul Remunerada é muito

parecida com as outras que estão  
no mercado.

Mas só ela tem uma coisa que  
nenhuma outra tem: a segurança  
da Caixa Econômica Federal.

E segurança é o que um homem  
de decisão nunca pode deixar de ter.  
Não é?

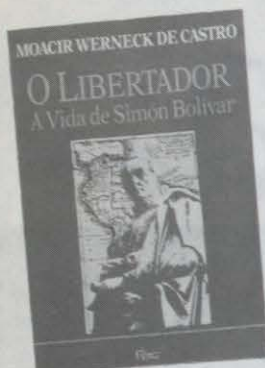
**CAIXA ECONÔMICA  
FEDERAL**

# terceiro mundo postal

FAÇA JÁ SEU PEDIDO - Tel.(021) 252-7440

## HISTÓRIA VIVA

3 livros para ler e consultar



**O LIBERTADOR**  
A Vida de Simón Bolívar  
De: Moacyr Werneck de Castro

Afinal, uma boa, bela, biografia de Simón Bolívar. Já era tempo. Bolívar é o maior, o mais bravo, o mais lúcido dos protagonistas do fazimento da nossa América. Moacyr aqui nos dá um retrato de corpo inteiro de Bolívar-Libertador, herói de glórias incomparáveis; de Bolívar-ideólogo profético que prefigurou a América Latina como a nossa Pátria Grande que há de ser; e sobretudo de Bolívar-homem, armado da mais alta alegria de viver e do mais capitoso gozo de amar. Tudo isto que faz de Bolívar a figura mais pujante, mais romântica e mais bela de nosso mundo, aqui está, esplêndido. Agarre este livro com as duas mãos e leia, como eu li emocionado. (DARCY RIBEIRO)

224 pág.

E-169 Cz\$ 2.700,00



**CANUDOS:**  
A Guerra Social  
De: Edmundo Moniz

É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante do final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.

E-170 Cz\$ 2.900,00



**VENDAVAL DA LIBERDADE**  
A Luta do Povo pela Abolição  
De: Edmar Morel

Neste seu livro, Edmar Morel reconstituiu o papel desempenhado pelo jangadeiro Francisco José do Nascimento, cognominado o DRAGÃO DO MAR, no contexto da luta pela abolição da escravatura no Brasil.

Estudo objetivo e seguro, mas animado de um frêmito de entusiasmo, o que dá à sua leitura especial interesse. **Vendaival da Liberdade** é obra que revela a ação de um bravo pioneiro no grande combate contra a exploração do trabalho escravo, ainda existente em tantos recantos do mundo, mormente naqueles em que o Imperialismo ou governos impopulares exercem a sua poderosa e opressiva dominação. 217 pág.

E-171 Cz\$ 1.850,00

## ESTES LIVROS CONTINUAM À SUA DISPOSIÇÃO

**A INTERNACIONAL CAPITALISTA:**  
ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO TRANSNACIONAL  
1918 - 1986  
De: René Armand Dreifuss  
544 pág.

E-165 Cz\$ 4.100,00

**DO EMBUSTE DAS DÍVIDAS EXTERNAS AO ABSURDO DOS PRIVILÉGIOS ÀS EXPORTAÇÕES**  
De: Jacques Dezelin  
352 pág.

E-166 Cz\$ 2.500,00

**TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL**  
De: Celso Furtado  
289 pág.

E-156 Cz\$ 2.400,00

**A ORIGINALIDADE DAS REVOLUÇÕES**  
de: Edmundo Moniz  
276 pág.

E-164 Cz\$ 2.350,00

**UM DESAFIO CHAMADO BRASIL**  
De: Arnaldo Mourthé  
107 pág.

LANÇAMENTO

E-172 Cz\$ 800,00



**NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS**  
De: Samuel de Paula  
111 pág.

E-073 Cz\$ 1.000,00

**OUTUBRO E A PERESTROIKA**  
De: Mikhail Gorbachiov  
86 pág.

E-153 Cz\$ 750,00

**MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO**  
De: Mikhail Gorbachiov  
77 pág.

E-155 Cz\$ 700,00

**A HISTÓRIA SECRETA DA REDE GLOBO**  
De: Daniel Herz  
300 pág.

E-168 Cz\$ 2.100,00



**RAUL SENDIC: AS IDEIAS DE UM LÍDER TUPAMARO**  
Tradução: Cássia Corintha Pinto  
96 pág.

E-145 Cz\$ 850,00

**NICARÁGUA NICARAGÜTA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA**  
De: Mirian Goldenberg  
156 pág.

E-144 Cz\$ 1.400,00

**CONSTITUIÇÃO DE CUBA COMO É E COMO FUNCIONA**  
De: Osny Duarte Pereira  
101 pág.

E-109 Cz\$ 850,00



**ALEGRES E IRRESPONSÁVEIS ABACAXIS AMERICANOS**  
De: Herbert Daniel  
336 pág.

E-160 Cz\$ 2.450,00

**MULHERES, ADÚLTEROS E PADRES**  
Org.: Lana Large da Gama Lima  
119 pág.

E-152 Cz\$ 1.100,00

**LIVROS  
EM PROMOÇÃO**

**POLUIÇÃO-ALIENAÇÃO-  
IDEOLOGIA**

De: Ailton B. de Souza e  
R. A. Amaral Vieira  
130 pág.

E-75 Cz\$ 450,00

**O JORNALISMO  
ECONÔMICO NO BRASIL  
DEPOIS DE 1964**

De: Aylê-Salassí F. Quintão  
212 pág.

E-159 Cz\$ 1.300,00

**DESENVOLVIMENTO,  
CRISE  
E VISÕES ALTERNATIVAS:  
PERSPECTIVAS DAS  
MULHERES DO TERCEIRO  
MUNDO**

De: Gita Sen e  
Caren Grown  
150 pág.

E-158 Cz\$ 1350,00

**O SOCIALISMO  
E AS IGREJAS**

O comunismo dos  
primeiros cristãos  
De: Rosa Luxemburgo  
61. pág.

E-102 Cz\$ 500,00

**NA LUTA SEM PEDIR  
LICENÇA**

De: Eliane Maciel  
200 pág.

E-161 Cz\$ 850,00

**COMO DIRIGIR UMA  
EMPRESA: MICRO,  
MÉDIA E GRANDE**

De: Roger Barkie e  
Josy Alzogaray  
80 pág.

E-167 Cz\$ 800,00

**O VERÃO DOS  
PERSEGUIDOS**

De: José Louzeiro  
300 pág.

E-154 Cz\$ 650,00

**O SOM DA NOSSA GENTE**



**QUARTETO NEGRO**

Paulo Moura no sax e clarineta, Zezé Motta na voz, Djalma Corrêa na percussão e Jorge Degas no baixo, violão e voz. Lançado no mês do Centenário da Abolição, em espetáculo especial no Olympia de Paris. O LP sai simultaneamente no Brasil e na Europa. Moderno e original, próximo do afro-jazz, o Quarteto Negro é um painel-síntese da música negra contemporânea no Brasil.

Lado 1: **Folôzinha** Marku Ribas/Reinaldo Amaral); **Sobre as Ondas** (Jorge Degas); **Merenque** Adler São Luiz); **Festas da Xica** (Paulo Moura); **SEMBA** (Jorge Degas/Zezé Motta)

Lado 2: **Zumbi** Gilberto Gil/Wally Salomão); **Brucutu** (J. Degas/D. Corrêa); **Geisa** Roberto Guíma); **A Quelé Menina** (Djalma Luz); **Taisho-Koto** (Djalma Corrêa).  
D-007 CZ\$ 1.700,00

**RADAMÉS GNATTALI  
(Ao piano)**

Lado 1: **Carinhoso** (Pixinguinha/João de Barro); **Ponteio** (Edu Lôbo/Capinam); **Preciso Aprender a Ser Sô** (Marcos/Paulo Sergio Valle); **Corcovado** (Tom Jobim).

Lado 2: **Chovendo na Roca** (Tom Jobim); **Manhã de Carnaval** (Luiz Bonfá/Antonio Maria); **Cochicho** (Pixinguinha); **Do Lago à Cachoeira** (Sergio Ricardo); **Nova Ilusão** (José Menezes/Luiz Bittencourt).

E-001 Cz\$ 1.000,00

**CHORANDO BAIXINHO**

Um encontro histórico: Arthur Moreira Lima, Abel Ferreira, Época de Ouro, e a participação especial de Copinha, Zé da Velha e Joel Nascimento.

Lado A: **Fon-Fon** (Ernesto Nazareth); **Turbilhão de Beijinhos** (E. Nazareth); **Sai da Frente** (Abel Ferreira); **Carinhoso** (Pixinguinha).

LADO B: **Impressões Seresteiras** Heitor Villa-Lobos); **Choro de Mãe** (Wagner Tiso); **Chorando Baixinho** (Abel Ferreira); **Quebradilha** E. Nazareth); **Apanhei-te, Cavaquinho** E. Nazareth).  
D-005 CZ\$ 1.400,00



**CONSERTÃO**

Álbum duplo com Elomar, Arthur Moreira Lima, Paulo Moura e Heraldo do Monte, mostrando a capacidade do músico brasileiro em arranjar, improvisar, pintar e bordar.

Lado A: **Estrela Maga dos Ciganos / Noite de Santo Reis**; **Na Estrada das Areais de Ouro**; **Campo Branco** (Elomar).

Lado B: **Intencença prá Terra que o Sol Matou**; **Trabalhadores na Destoca** (Elomar); **Pau de Arara** (Luís Gonzaga); **Festa no Sertão** (H. Villa-Lobos).

Lado C: **Valsa da Dor** (H. Villa-Lobos); **LENINIA** (Codó); **Valsa de Esquina n° 12** (Francisco Mignone); **Espinha de Bacalhau** (Severino Araújo).

Lado D: **Pedacinhos do Céu** (Waldir Azevedo); **Corban** (Elomar).  
D-006 CZ\$ 2.850,00

**JAZZ BRASIL - JOÃO  
CARLOS ASSIS BRASIL**

*Swing* e virtuosismo no piano de João Carlos Assis Brasil, com músicas inéditas de seu irmão Victor e de Radamés Gnattali, e mais Tom Jobim e Wagner Tiso, este em participação especial.

Lado A: **Steps** (Victor Assis Brasil); **Waltzing** (Victor A. Brasil); **Arroio** (Victor A. Brasil); **Waving** (Victor A. Brasil); **Chorava** (Wagner Tiso), a 2 pianos.

Lado B: **Maneirando** (Radamés Gnattali); **Sobre Tom**, improviso-homenagem: **Wave** (Tom Jobim); **Eu Preciso de Você** (Tom e Aloisio de Oliveira), **Estrada Branca** (Tom e Vinicius), **Moonlight Daiquiri** (Tom Jobim), **Eu Te Amo** (Tom e Chico Buarque), **Pela Luz Dos Olhos Teus** (Vinicius de Moraes), **Samba De Uma Nota Só** (Tom e Newton Mendonça); **Negaceando** (Radamés Gnattali); **Aos velhos amigos** (Wagner Tiso).  
D-004 CZ\$ 1.350,00

**OS VILLA-LOBOS  
MAIS ORIGINAIS DO  
MERCADO EM LP**

**A FLORESTA DO  
AMAZONAS**

Wagner Tiso, Ney Matogrosso e Assis Brasil redescobrem a obra de Villa-Lobos. Uma recriação desta obra-prima, a partir de manuscrito inédito para piano recém-descoberto no Museu Villa-Lobos. São as suítes **Na Floresta**, **Além da Floresta** e um improviso, unindo o piano Steinway aos modernos sintetizadores e samplers. Participação especial de Jacques Morelenbaum (violoncelo) e Jurim Moreira (percussão).  
D-002 CZ\$ 1.400,00

**VILLA-VIOLÃO**

Turibio Santos apresenta a obra completa de Villa-Lobos para violão solo. Um dos acervos mais importantes do Século XX, o violão de Villa-Lobos é revisitado por seu maior especialista. No LP, os 12 Estudos, os 5 Prelúdios e Choros n° 1.  
D-003 CZ\$ 1.450,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito. ( ) assinante ( ) não-assinante

Nome .....  
Endereço .....  
Bairro ..... Cidade .....  
Estado ..... CEP ..... Tel.: .....  
Profissão .....

comprador

**TABELA DE DESCONTOS**

- 5% Para pedidos acima de Cz\$ 4.000,00
- 10% Para pedidos acima de Cz\$ 8.000,00 e você ganha um livro de brinde
- 10% Para assinantes com pedidos acima de Cz\$ 4.000,00
- 15% Para pagamento antecipado de pedidos acima de Cz\$ 6.000,00

**REVISTA Nº 112**

Obs.:  
- Porte a cobrar sobre o líquido (deduzido o desconto, se houver).

**PREÇOS  
VÁLIDOS  
ATÉ 15 Set.88**

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

# APLIQUE EM BOA INFORMAÇÃO E GANHE DA INFLAÇÃO

ATÉ 35% DE DESCONTO, HOJE,  
JÁ É BOM. CONSIDERANDO OS  
INEVITÁVEIS AUMENTOS DE  
PREÇOS QUE VOCÊ NÃO VAI  
PAGAR SE ASSINAR AGORA,  
FICA MUITO MELHOR!

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	4.100,00	4.100,00	-
2	3.900,00	7.800,00	-
3	3.750,00	11.250,00	1 Livro de nossa escolha
4	3.650,00	14.600,00	3 Livros de nossa escolha
5	3.100,00	15.500,00	1 Assinatura de "cadernos"

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

<p><b>1</b> Nome: .....</p> <p>Endereço: .....</p> <p>Bairro: ..... Cidade: .....</p> <p>Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....</p> <p>Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa</p>	<p><b>5</b> Nome: .....</p> <p>Endereço: .....</p> <p>Bairro: ..... Cidade: .....</p> <p>Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....</p> <p>Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa</p>
<p><b>2</b> Nome: .....</p> <p>Endereço: .....</p> <p>Bairro: ..... Cidade: .....</p> <p>Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....</p> <p>Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa</p>	<p align="center"><b>CUPOM DO BRINDE - REMETENTE</b></p> <p>ESTE PEDIDO REFERE-SE A: <input type="checkbox"/> Assinatura(s) captada(s) junto aos amigos. <input type="checkbox"/> Assinatura(s) de presente aos amigos.</p> <p>Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais - 12 exemplares - de "cadernos". Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela .</p> <p>De acordo com a promoção, remeto Cz\$. .... em ( ) cheque(s) nominal(is) ou ( ) vale postal - ag. Lapa, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.</p> <p>Aguardo o brinde a que tenho direito.</p> <p>Nome: .....</p> <p>Endereço: .....</p> <p>Bairro: ..... Cidade: .....</p> <p>Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....</p>
<p><b>3</b> Nome: .....</p> <p>Endereço: .....</p> <p>Bairro: ..... Cidade: .....</p> <p>Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....</p> <p>Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa</p>	
<p><b>4</b> Nome: .....</p> <p>Endereço: .....</p> <p>Bairro: ..... Cidade: .....</p> <p>Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....</p> <p>Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa</p>	

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial - Rua da Glória, 122 gr. 104 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 - Tel.: (021)252-7440

OFERTA ESPECIAL  
PARA NOVOS ASSINANTES  
Válida por tempo limitado

*Assine* **CADERNOS DO**  
**terceiro**  
**mundo**





## O perigo do aspartame

Adoçante artificial produzido pelas transnacionais da indústria alimentícia é denunciado em vários países como inadequado para consumo

Mario de Cautin

O aspartame, adoçante artificial inventado por um laboratório químico dos Estados Unidos e cada vez mais utilizado em bebidas e alimentos dietéticos, pode causar graves afecções ao cérebro e ao sistema nervoso — denuncia a Organização Internacional de Uniões de Consumidores (Iocu).

“O produto pode provocar confusão mental forte e perda de memória, assim como contribuir para o desenvolvimento da doença de Alzheimer, um processo degenerativo de envelhecimento acelerado ou demência senil”,

observou o médico Arturo Lomeli, responsável da Iocu para a América Latina.

Atualmente, o aspartame é fabricado e comercializado em quase toda a América Latina com o nome de “Nutrasweet” pela Monsanto e Canderel, duas transnacionais da indústria química. A distribuição no México está a cargo do próprio laboratório Searle, dos Estados Unidos, que inventou a fórmula em 1969.

“Duzentas vezes mais adoçante que o açúcar, o aspartame é formado pelos aminoácidos (componentes essenciais dos tecidos orgânicos) 1-fenilamina (50%) e ácido aspártico (40%), mais álcool metílico (10%)”, explicou Lomeli.

Segundo numerosos pesquisadores,

o álcool metílico causa danos à retina do olho humano, enquanto quantidades excessivas de fenilamina podem provocar lesões ao cérebro e ao sistema nervoso. Num grupo de 551 pessoas estudadas nos Estados Unidos — um dos países com maior consumo de adoçante artificial — descobriu-se que quase 29% registravam problemas sérios, como perda de visão, enjôos e fortes dores de cabeça.

### Proibido para menores

Lomeli frisa que diversas autoridades médicas advertem que o aspartame não deve ser consumido por pessoas que sofrem de fenilcetonúria, um defeito metabólico congênito associado a al-



As invenções de laboratórios nem sempre levam em consideração a saúde da população, privilegiando antes objetivos puramente comerciais e omitindo perigos



gumas doenças mentais, e tampouco pelos menores de idade e por mulheres grávidas. A advertência consta expressamente nos vidros de "Nutrasweet" que se vendem no comércio, alertou.

O especialista, que dirige a Associação Mexicana de Estudos para a Defesa do Consumidor, manifestou que este "perigoso adoçante artificial" se encontra praticamente em todos os sucos de "baixas calorias" e em numerosos doces, chocolates e produtos dietéticos. Advertiu que este composto químico, de baixa caloria, que tem fabricação e venda autorizadas nos Estados Unidos há sete anos, soma-se a outros do mesmo tipo, que foram proibidos por serem perigosos à saúde humana.

O aspartame relembra o caso da sacarina, um subproduto do alcatrão, proibido pelo governo dos Estados Unidos em fins da década de setenta, depois que cientistas canadenses demonstraram que a substância produzia tumores cancerosos em ratos de laboratório. Outros casos foram os tristemente célebres ciclamatos, também proibidos em princípios de 1970, quando neles se descobriu uma associação com problemas de mutação genética, isto é, mudanças no organismo das pessoas que os consumiam.

De acordo com fontes norte-americanas, atualmente várias transnacionais possuem patente para fabricar o aspartame, entre elas a Unitika, Toyo, Soda e Ajinomoto, do Japão; Stamicarbon, da Holanda, e Monsanto e Cynamid, dos Estados Unidos. Em nações com população propensa à obesidade — sejam países industrializados, como Estados Unidos, ou subdesenvolvidos, como o México — a ampla difusão de bebidas e alimentos dietéticos tem encontrado um mercado próspero e crescente. Das 59 mil toneladas vendidas em 1982 no mercado norte-americano, o volume ascendeu a dois milhões de toneladas, hoje em dia, segundo indicam estatísticas oficiais.

Recente publicação do Instituto de Nutrição Comunitária, dos Estados Unidos, divulgou pesquisa com 69 especialistas no assunto: mais da metade respondeu que tem "certa preocupação com os efeitos do aspartame"

## Jovens médicos da Amazônia

**P**ara além do que se considera o limite da civilização, em pleno território amazônico da Venezuela, vive um grupo de pessoas que pretende melhorar a saúde dos índios: são chamados "os médicos da selva". São todos jovens, em torno dos 25 anos, e fazem parte do projeto Parima-Culebra, descrito como um intento eficaz e altruísta de atender sanitariamente os indígenas. A iniciativa é de caráter privado, levada à frente por médicos que, desde 1985, se dedicam a buscar recursos para financiar o projeto. Com ele, atendem comunidades pertencentes



Assistência médica reforça a saúde do índio

### Tanzânia: promovem medicina tradicional chinesa

Três doutores da medicina tradicional chinesa visitaram a Tanzânia, onde debateram com médicos locais a possibilidade de desenvolver essa prática curativa no país africano. Durante a permanência na Tanzânia, os especialistas chineses discutiram o papel das medicinas tradicionais no campo da saúde, tanto com outros colegas, quanto com o secretário de Saúde e Bem-Estar Social, Julius Sepeku.

Os médicos chineses visitaram instituições relacionadas com a medicina tradicional africana, em particular a Unidade de Pesquisas de Medicinas Tradicionais, da faculdade de medicina da universidade de Dar-es-Salaam, capital da Tanzânia. Esta unidade existe há vários anos e seu objetivo é o de incentivar o uso da medicina tradicional, de modo a evitar a importação de drogas e medicamentos.

A Tanzânia e a China colaboram em numerosos campos, que incluem a saúde, a indústria e o transporte. Neste campo, aliás, há 10 anos a China construiu uma ferrovia de 1.860 quilômetros, a estrada de ferro Tanzam, unindo o porto de Dar-es-Salaam, no Oceano Índico, com a Zâmbia, país sem saída para o mar. ●

a duas etnias, os *yanomamis* e os *yecuanas*.

A Amazônia venezuelana estende-se por 175 mil quilômetros quadrados, com densidade habitacional de apenas 0,12 habitantes por quilômetro quadrado. Nesta região com grandes acidentes geográficos e espessa vegetação, onde o transporte é difícil e praticamente limitado a aviões, helicópteros e canoas, "encontramos uma população completamente desprovida de assistência médica", observaram os profissionais. São eles que cobrem com sua ação uma área de sete mil quilômetros quadrados, deslocando-se às vezes durante dias seguidos, para poder prestar atendimento aos índios.

### Resultados visíveis

Em apenas um ano de trabalho, a mortalidade na área diminuiu 41%, pois praticamente se eliminou o perigo da morte por enfermidades como disenteria, hepatite e impaludismo, quando não são tratadas a tempo. Além de prestar assistência médica regular aos indígenas, o projeto Parima-Culebra se propôs a realizar detalhado diagnóstico da situação sanitária na selva amazônica, para colocar em marcha estratégias a longo prazo, adequadas às necessidades locais.

É uma tarefa particularmente com-

plexa, caso se leve em conta que um dos princípios dos "médicos da selva" é realizar o trabalho sem alterar os valores culturais autóctones das comunidades, seus mitos e suas crenças. Isto significa que, uma vez superado o problema do primeiro contato e da conquista da confiança da comunidade, o que tem dado certo desde que começou a ex-

periência, em 1985, os médicos devem enfrentar a questão dos costumes, utilizando todo o tato possível. Em algumas etnias, por exemplo, as mulheres grávidas não se deixam tocar no abdômen e muito menos admitem o toque ginecológico. Só podem ser atendidas por outras mulheres.

Outro problema é o caráter nômade de certas comunidades, o que obriga a uma mobilização constante, principalmente através dos rios, que são, desde tempos ancestrais, a principal via de comunicação nas regiões selváticas.

A estratégia que se elabora a partir do diagnóstico deverá incluir disposições de medicina preventiva, pautas para campanhas de vacinação, projetos de pesquisa e palestras educativas para indígenas. Algumas dessas atividades já estão sendo postas em prática.

Os indígenas têm alguns problemas sanitários de caráter grave. Um deles é o impaludismo, pois "os médicos da selva" chegaram a detectar, em sua área de ação, até 10 casos por semana.

Na Venezuela sobrevivem 27 etnias indígenas, que agrupam cerca de 140 mil pessoas. Representam 0,96% da população do país. Sofrem de problemas como desnutrição e desidratação, além de doenças raras e inclusive inócuas nas cidades, mas temíveis onde eles vivem. ●

(Luis Córdoba).

# O retorno dos misquitos

Com a divulgação do estatuto de autonomia para a costa atlântica e o cessar-fogo negociado com o governo, os índios nicaraguenses voltam a suas terras



Em helicóptero sandinista, o chefe misquito Máximo Pantin segue para diálogo

O governo da Nicarágua informou que, em maio último, mais de cinco mil índios misquitos retornaram ao país. É uma vitória importante no terreno político, que revela a reparação de um erro cometido pela revolução sandinista – e assim hoje reconhecido pelo governo – em relação à população indígena da costa atlântica, por desconhecimento daquela realidade.

Cerca de 200 mil índios e caboclos da costa atlântica nicaraguense, basicamente de quatro etnias (misquitos, sumos, ramas e garífonas) sempre habitaram ambas as margens do rio Coco, que separa a Nicarágua de Honduras. Durante o período somozista, viveram em total isolamento. Dessa maneira, acentuaram-se as diferenças culturais em relação aos habitantes do leste e oeste da Nicarágua.

Por outro lado, tal situação permitiu que a madeira das matas, o ouro das minas e as riquezas marítimas do Atlântico fossem exploradas por multinacionais, sem que a Nicarágua obtivesse qualquer benefício. Depois da vitória da revolução sandinista, em 1979, criou-se na costa atlântica a organização indígena Misurasata, e as diferentes etnias

passaram a ter representação no Congresso. Entre os dirigentes da Misurasata estavam Steadman Fagoth e Brooklyn Rivera. Em 1981, o governo sandinista removeu os misquitos das margens do rio Coco e reassentou-os em terras próximas, numa decisão que o próprio governo de Manágua hoje reconhece como erro histórico.

Em consequência deste incidente, mais de 30 mil misquitos se refugiaram do outro lado da fronteira, em Honduras.

## Reverter o processo

Nestes sete anos, os misquitos enfrentaram o governo sandinista através de diferentes organizações armadas, a última das quais, chamada Yátama, foi fundada em 1987, sem vínculos com os "contras". Hoje, sabe-se em Manágua que a grande maioria dos indígenas pegou em armas com a exclusiva finalidade de manter a autonomia e preservar as terras ancestrais. Nunca concordaram com os objetivos e métodos dos "contras", nem se incorporaram a suas fileiras, exceto grupos isolados.

Desde 1985, através de diferentes

acordos de cessar-fogo, o governo de Manágua encaminhou um processo de paz com os índios, o que facilitou o retorno de muitos dos que haviam abandonado o país. Dos três mil rebeldes, mais de um mil já retornaram à Nicarágua, mesmo sem depor armas, e outros 1.500 já se reincorporaram à vida civil.

Numa de suas vindas à Nicarágua para negociar com o governo, o dirigente misquito Brooklyn Rivera disse que os indígenas lutam por conquistar seus direitos históricos: a propriedade coletiva da terra, o estabelecimento de um governo autônomo e a preservação e livre comercialização de seus recursos naturais.

O governo aplicou-se em entender e respeitar tais reivindicações e, no início de 1988, promulgou a autonomia da costa atlântica, após discutir o tema com todas as comunidades da região. A Yátama, no entanto, não aceitou esse estatuto – discutido em assembléia multi-étnica e aprovado pela Assembléia Nacional nicaraguense – e reivindica outro, redigido pelos membros de sua organização. Segundo José Gonzalez, delegado da Frente Sandinista em Porto Cabeças, acatar essa condição seria desco-

nhecer as decisões que conduziram à aprovação do estatuto de autonomia. Entretanto, governo e Yámata decidiram manter a trégua na costa atlântica, para continuar negociando um cessar-fogo definitivo.

#### Fome em Honduras

Enquanto prosseguem as negociações, os misquitos que ainda vivem em Honduras passam fome e sofrem – segundo denúncias dos que já regressaram – represálias por parte do exército hondurenho. “Decidimos regressar a nossas terras, porque o quinto batalhão da guarda hondurenha está nos hostilizando e aos nossos familiares que vivem nos campos de refugiados”, diz Máximo Pantin, um dos chefes que deixou as armas em maio passado e que estava lutando desde 1981.

Nos seis meses, entre outubro de 1987 e abril de 1988, voltaram à Nicarágua, procedentes de Honduras, 4.914 pessoas. Dados oficiais mostraram que, com a campanha de repatriação, já voltaram ao país 12.534 indígenas. Em maio, regressaram à zona atlântica, no norte do país, 3.500 pessoas, pela ponte estabelecida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) – convocado pelo governo de Manágua para ajudar na repatriação dos índios – e 1.500 o fizeram de forma espontânea.

Os altos índices de repatriação mobilizaram as autoridades locais, que têm problemas para garantir a manutenção integral dos refugiados. Os misquitos chegam sem dinheiro, alimentos, roupas ou utensílios de casa. A maioria, sobretudo as crianças, apresentam problemas de saúde. Mirna Cunningham, delegada do governo sandinista na região autônoma do Atlântico Norte, disse que as autoridades se preparam para receber até mil refugiados, três vezes por semana, nos lugares estabelecidos, e anunciou a abertura de novos postos de recepção.

Levantamento elaborado pelo centro de saúde de Porto Cabeças, com base no atendimento prestado a 3.017 repatriados, indicou que 69% dos examinados apresentam alguma patologia e só 31% poderiam se considerar sadios. O Instituto Nicaraguense de Segurança



Os misquitos voltam à paz: ao alto, o retorno de centenas deles às terras e famílias; abaixo, alguns dos delegados misquitos à assembléia da etnia

Social e Bem-Estar (INSSBI) informou que, ao ingressar no país, todas as famílias repatriadas passam diretamente aos cuidados médicos e que o INSSBI lhes entrega, diariamente, durante seis meses, ajuda alimentícia.

*Nota:* Dados históricos sobre a costa atlântica e o processo de negociação entre o governo e os misquitos foram retirados de “Barricada Internacional”, 19/05/88.

Fotos: 1 Reuter, 2 Mario Tapia, 3 Barricada

# Trocando pontos de vista

Uma rádio suíça promove encontro de seus correspondentes do Terceiro Mundo e busca idéias para melhorar o intercâmbio Norte-Sul

Víctor Bacchetta

**D**e 20 de abril a 11 de maio últimos, em Zurique, um grupo de correspondentes do Terceiro Mundo e a equipe da redação do programa "Visão do Sul", da Rádio DRS (Rádio da Suíça de língua alemã e romana), participaram de singular experiência de comunicação sobre a interdependência Norte/Sul, denominada "Blickwechsel": troca de opiniões.

Durante três semanas, jornalistas asiáticos, africanos, latino-americanos e suíços produziram em equipe programas destinados a mostrar ao público local dois aspectos: primeiro, como é percebida a interdependência pelos países do sul, e, segundo, como é vista a sociedade suíça pelos profissionais de comunicação pertencentes ao Terceiro Mundo.

A atividade foi patrocinada pela Comissão Norte/Sul da Suíça, encarregada em seu país da campanha lançada pelo Conselho Europeu, no período de primavera e verão de 1988, para chamar a atenção pública sobre a mútua interdependência entre a Europa e o Terceiro Mundo e também sobre a necessidade da solidariedade européia com relação aos países do sul.

A campanha européia é encabeçada por uma comissão de personalidades e está pondo em prática uma recomendação nesse sentido da Conferência Parlamentar Européia, realizada em Lisboa, em 1984. Os preparativos começaram



no segundo semestre de 1986, sob a coordenação de um comitê organizador com sede em Estrasburgo, presidido pelo diretor de Trabalho Técnico Multilateral da Áustria, Walter Lichen.

Na Suíça, a Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento e de Ajuda Humanitária, do Departamento de Relações Exteriores, designou a ex-deputada Gabrielle Nanchen para presidir a campanha, à frente de uma comissão constituída por 29 personalidades do meio jornalístico, científico, educacional, político, religioso, juvenil etc.

"A campanha deve ser um chamado à solidariedade e não ao complexo de culpa ou à culpa/compaixão", foi o lema escolhido pela Comissão Suíça, que definiu como objetivos a promoção de uma consciência duradoura sobre a interdependência Norte/Sul e a ampliação do diálogo entre a população suíça e os povos dos países do Terceiro Mundo.

Estes propósitos coincidiram com a concepção do programa "Visão do Sul", transmitido semanalmente pelas três

cadeias da Rádio DRS, cuja característica é focalizar os temas com a ótica terceiro-mundista. Para isso, a rádio elabora os seus programas com a participação de especialistas e jornalistas da Ásia, África e América Latina.

## Apoio à campanha Norte/Sul

A Rádio DRS decidiu, em consequência, contribuir com a Campanha Norte/Sul, realizando um encontro de trabalho entre a equipe do "Visão do Sul" e seus correspondentes no Brasil, Burkina-Faso, Chile, Filipinas, Índia, Nicarágua, Tailândia e Togo, para realizar uma série de programas dedicados à interdependência.

Numa primeira etapa, os correspondentes realizaram, em seus países de origem, entrevistas com donas-de-casa, empresários, operários, camponeses, estudantes etc., indagando sobre os efeitos da interdependência em sua vida. Tais opiniões foram utilizadas para produzir em Zurique, posteriormente,



Educação é a base de qualquer mudança nas relações entre ricos e o Terceiro Mundo

os primeiros programas do "Blickwechsel".

Numa segunda etapa, os jornalistas convidados tiveram uma semana para pesquisar diferentes aspectos da sociedade suíça, escolhidos livremente, de acordo com seus interesses. A redação do "Visão do Sul" preparou os documentos e as entrevistas solicitadas, que servirão de base para novas transmissões radiofônicas. O sistema político, o exército, a economia, o funcionamento dos bancos, as transnacionais, os valores da população, o sistema multicultural, a vida camponesa, problemas do meio ambiente, o tráfico de mulheres do Terceiro Mundo, a pobreza relativa e a marginalidade social foram temas selecionados pelos correspondentes para suas pesquisas na Suíça.

O trabalho dos jornalistas visitantes foi estimulado, inclusive, pela apresentação de uma visão autocrítica da sociedade suíça pela equipe do "Visão do Sul" e pelos diretores da Rádio DRS, que concebem sua missão como um exercício de independência, curiosidade e ceticismo, a serviço de uma opinião pública mais consciente.

"A neutralidade suíça foi sempre uma ferramenta para justificar nossa indiferença, quando nos pediam solidariedade, ou seja, a ideologia egoísta do lucro, mais do que a oportunidade única de dar uma contribuição à comunidade internacional", disse o diretor de pro-

gramas da Rádio DRS, Andreas Blum, na inauguração do "Blickwechsel".

"A Suíça é um país próspero, mas não especialmente grato. Muito do nosso bem-estar foi obtido às custas dos outros. Nós garhamos mais do que damos", acrescentou Blum, para quem a Suíça deve reencontrar seu lugar num mundo, em que o desenvolvimento segregacionista, tal como o *apartheid* sul-africano, não tem perspectivas de futuro.

No final do encontro, "Blickwechsel" foi considerada uma experiência positiva por todos os participantes, que enfrentaram dificuldades idiomáticas e culturais de vários tipos. Talvez o resultado mais importante tenha sido ajudar a dar continuidade à consolidação do trabalho do programa "Visão do Sul", uma ponte permanente entre o Norte e o Terceiro Mundo. ●

## NOTAS

### GUATEMALA: FECHAM SEMANÁRIO

O semanário "La Epoca", que perdeu as oficinas num atentado terrorista no começo de junho, anunciou seu fechamento definitivo. Após o atentado, vários jornalistas de "La Epoca" sofreram ameaças de morte, o que levou a direção a optar pelo encerramento das atividades da publicação, que se dedicava ao noticiário político e a artigos de opinião. O diretor, Byron Barrera, afirmou que "a decisão é dura, mas necessária", lembrando a deterioração do clima político no país, após a tentativa de golpe de 11 de maio. "O governo não tem capacidade para garantir a integridade física dos cidadãos ameaçados pela violência da direita", reclamou. Nos últimos dez anos, mais de 50 jornalistas foram assassinados pelos "esquadrões da morte". No primeiro semestre deste ano, 600 pessoas foram mortas ou desapareceram na Guatemala, vítimas de sequestros e assassinatos.

### CHILE: PROÍBEM FILME SOBRE DESAPARECIDO

A censura chilena proibiu a exibição da película "Imagem Latente", que relata o caso do irmão de um desaparecido após o golpe de 1973. O diretor Juan Pablo Perelman apresentou uma apelação ao Conselho de Classificação Cinematográfica (CCC), órgão integrado por representantes do ministério da Educação, forças armadas e carabineiros, pais de alunos de colégios particulares e da associação de críticos de cinema. O filme relata a história de um fotógrafo profissional, irmão de um preso político desaparecido e que tenta livrar-se de sua condição de vítima indireta da repressão. O roteiro é algo autobiográfico, uma vez que o irmão de Juan Carlos Perelman desapareceu em fevereiro de 1975, aos 31 anos, após ser preso por policiais do setor de repressão política, sem que se saiba até hoje de seu paradeiro.

# Um comércio sinistro

Traficantes levam crianças e mulheres bengalenses para bordéis da Índia ou para a morte, com o objetivo de vender seus órgãos



O tráfico de crianças é alto negócio

Neste país desesperadamente pobre, um negócio floresce: o comércio de pessoas. É um tráfico macabro e regular, pelo qual dezenas de mulheres e crianças são contrabandeadas até a vizinha Índia, onde são vendidas para donos de bordéis ou têm por destino a morte, para que seus órgãos, sobretudo os rins, sejam vendidos para transplantes. Soldados do exército, que cuidam da fronteira entre a Índia e Bangladesh, resgataram recentemente um carregamento de 85 mulheres e crianças. Os traficantes confessaram à polícia que as crianças seriam vendidas, por 60 dólares cada uma, a intermediários hindus, que as assassinariam para extrair os rins e vendê-los.

Apesar de alguns traficantes terem sido capturados, fontes policiais advertem que os peixes graúdos deste sinistro tráfico continuam em liberdade, em ambos os lados da fronteira. O número de mulheres e crianças resgatadas serve apenas como referência, quanto à dimensão desse crime.

Crianças de Bangladesh e do Nepal são também vendidas a grupos hindus dedicados à mendicância organizada, que os obrigam a recolher esmolas, uma atividade que rende fortunas, devido a sua exploração sob forma empresarial, nas ruas das grandes metrópoles

e cidades sagradas indianas.

Doze traficantes presos em um povoado perto da fronteira hindu, ao norte de Bangladesh, declararam que o seu carregamento de adolescentes seria vendido a uma média de 500 dólares por cabeça, para o lenocínio nos bordéis de Calcutá. Não é por ser sinistro que esse comércio deixa de ter suas "leis de mercado".

## Vigilância reforçada

Fontes policiais de Bangladesh informaram que a vigilância foi reforçada em toda a fronteira norte do país, uma das linhas favoritas de penetração do contrabando de menores. Mas, advertiram que "é humanamente impossível controlar os mais de 3.200km de fronteira aberta com a Índia e deter o contrabando de seres humanos, em ambas as direções". Os contrabandistas já começaram a evitar os pontos de acesso da região norte e a utilizar zonas menos controladas.

Por sua vez, a Sociedade Bengalense de Direitos Humanos (BSIHR) publicou um boletim sobre a situação de milhares de emigrantes, encarcerados no exterior, vítimas de traficantes e agentes de emprego, que se aproveitam da mi-

séria dessa massa. O informativo assinala que 10 mil jovens, mulheres e homens bengalenses "apodrecem" em prisões da Índia, Paquistão, Oriente Médio e mesmo na Europa Ocidental.

A maioria foi enganada por agentes que lhes cobraram elevadas comissões e os gastos de viagem, em troca da promessa de empregos no estrangeiro que, em seguida, se revelaram falsos ou ilegais. Muitos são recrutados entre as famílias mais pobres e analfabetas e chegam aos aeroportos estrangeiros com documentação irregular, ou com vistos falsificados e sem passagem de volta. Geralmente, acabam na prisão. Muitos vendem seus bens e até pequenas jóias tradicionais da família, para pagar as passagens de avião e as altas comissões exigidas por esses agentes de emprego.

Os mais de 300 mil bengalenses que trabalham hoje na Ásia Ocidental remeteram ao país mais de três bilhões de dólares, nos últimos sete anos. Tais remessas dos emigrados tornaram-se a maior fonte de divisas de Bangladesh. Ao mesmo tempo, os jornais de Dacca acusam o governo e suas embaixadas de "insensibilidade e apatia", com relação à sorte dos cidadãos encarcerados no estrangeiro. "O governo deveria se informar e depois divulgar o número de bengalenses presos no exterior e tomar providências para conseguir-lhes a liberdade", criticou recentemente o importante jornal *Ittefaq*.



Emigração por trabalho: em Londres, protestam contra retorno forçado a Bangladesh



# SUPLEMENTO

# BRASIL



**A** **Operação Mosaico**, desencadeada pela Polícia Federal no Rio de Janeiro, no dia 17 de julho, desarticulou um dos ramos do tráfico de drogas e provocou impacto inusitado na opinião pública, por diversos de seus aspectos: o número e a variada qualidade de prisioneiros, os mortos, o clima de guerra que se instalou em diversas zonas do Grande Rio.

O tráfico está abalado por seis meses, comentou um delegado federal, como a prever que, de alguma forma, tudo conseguirá se recompor no espaço de um semestre. E não causará admiração, se ocorrer.

Acontece, no Rio, o processo que se estende por todos os grandes centros de um Brasil que tem sido incapaz de responder ao mínimo das demandas sociais. A vida nas grandes cidades tornou-se não menos que cruel para a grande massa da população.

Ao desamparo sucedem-se o desespero, a desarticulação social, a violência. O crime passa a atrativo meio de vida e formas subterrâneas de sobrevivência acumulam energias para periódicos terremotos: o conjunto da sociedade passa a mover-se sobre uma grande falha – que não é geológica, mas social – que pode estremeecer tudo, de uma hora para outra.

A violência adquiriu já no Brasil formas que denunciam agressivamente as carências sociais e as distorções econômicas, e que passam a configurar, para muitos, uma surda espécie de guerra civil.

Mas, a violência é também rural: no campo, as seculares injustiças agravam-se, à medida que o trabalhador se conscientiza e organiza sua luta pela terra, a vasta terra brasileira mal repartida. Expulsões, tocaias, assassinatos – o campo está conflagrado em inúmeros pontos.

A reflexão que **terceiro mundo** traz sobre o assunto, neste **Suplemento Brasil**, tem o objetivo de mostrar aspectos importantes de tais realidades e chamar à reflexão.

### Os garimpeiros se defendem

*Na briga com as mineradoras, eles discutem a política mineral*  
p. 48

### O desencontro da política com a economia

*A falta de entendimento que levou à anistia de dívidas das pequenas empresas*  
p. 50

### O acordo com os hancos

*A dívida externa, sob novas condicionantes, tem prazos esticados*  
p. 52

### Violência, a guerra civil não declarada

*Na cidade e no campo, crise social e injustiças explodem em formas inéditas de conflitos no país*  
p. 52

### Junho

*Panorama do mês*  
p. 69

### Opinião: O "milagre japonês"

*Neiva Moreira comenta a política que desenvolveu o Japão*  
p. 71

# Os garimpeiros se defendem

Quem são os predadores da Amazônia? A União dos Sindicatos de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usigal) está disposta a provar a inocência dos 400 mil garimpeiros profissionais, acusados de má exploração das jazidas e de poluir a região

Nereida Daudt

O ex-presidente da Usigal, José Altino Machado, recorreu no mês passado à imprensa estrangeira, convocando os correspondentes no Rio de Janeiro para dar sua versão do que está acontecendo na Amazônia. Ele rebateu a acusação governamental de que são os garimpeiros os responsáveis pela poluição mercurial da região.

"O governo já fechou o garimpo de Poconé, em Mato Grosso, e faz ameaças de intervenção militar para fechar o garimpo de Roraima - reclamou Altino - tudo isso sem fazer nada de real em proveito da preservação regional, mas apenas de olho nos financiamentos do Banco Mundial, o qual exige ações ecológicas para liberar recursos com destino à Amazônia."

Altino acusou os financiadores externos, principalmente os alemães, de serem levianos em seus investimentos. E citou o que considera um exemplo: "Por que financiar projetos rodoviários, como a estrada Manaus-Porto Velho, quando, margeando a estrada, temos o rio Macéira, um dos mais navegáveis do mundo?", indagou. Como, neste ano, o Banco Mundial deverá liberar 2 bilhões de dólares para projetos de estradas e garimpos na região, Altino está com viagem marcada para Washington, onde conversará com a diretoria de Assuntos Latino-Americanos do Bird, na intenção de pedir uma análise mais profunda desses projetos.

Para o ex-presidente da Usigal, o governo deveria incentivar novas técnicas

de garimpo, que eliminassem a utilização do mercúrio na limpeza do ouro, ao invés de usar os garimpeiros como argumento nas justificativas que envia aos bancos estrangeiros. "Quero um jogo aberto - provoca ele - que traga mais lucro e menos prejuízo para a Amazônia". Ele citou como um exemplo de prejuízo o projeto Tucumã, no sul do Pará. "Esse fracassado projeto de colonização da Construtora Andrade Gutierrez, cercado por áreas indígenas, além de ser o maior problema social da Amazônia, está sendo devolvido ao governo pelo preço de 60 mil dólares."

## De olho nas minas brasileiras

Na mesma reunião, o consultor técnico da Usigal, geólogo Antonio Feijão, apresentou dados estatísticos de setores governamentais norte-americanos, revelando que, apesar de não possuir sequer uma única jazida de ouro, o Uruguai exportou 34,7 toneladas do metal precioso, no ano de 1985, enquanto o Brasil, reconhecidamente um país de grandes jazidas e em plena produção, exportou apenas 29,6 toneladas.

Antônio Feijão limitou-se a dizer que o Uruguai comprou o ouro e oficializou sua exportação, embarcando o produto para o exterior através dos aeroportos do Rio de Janeiro e de Cumbica, em São Paulo. O geólogo fez questão de frisar que o garimpeiro não é o contrabandista, mas não quis falar sobre as atividades daqueles que compram o produto do garimpo, justificando-se com a afirmativa de que "quero continuar vivo".

Antônio Feijão observou que ques-



Altino: contrabando leva 80% do ouro

tões de política e economia mundial afetaram a cotação do dólar, fazendo com que os olhos do mundo todo se voltassem para as minas de ouro brasileiras. "Em consequência - analisa ele - a produção do ouro, que havia decrescido entre 76 e 79, sofreu uma política agressiva do governo, culminando com a transformação do ouro em ativo financeiro no ano passado".

Segundo o geólogo, a produção dos garimpos brasileiros, no ano passado, foi de 96 toneladas, quase cinco vezes mais que as 22 toneladas anunciadas pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral-DNPM. O geólogo estima que a produção neste ano ultrapasse as 120 toneladas, com a seguinte distribuição: **Mato Grosso** - 35 ton.; **Rondônia** - 20 ton.; **Complexo Pará** - 65 toneladas. **Amapá** e **Roraima** contribuirão com a produção que vier a exceder aquela quantia prevista de 120 toneladas.

## A corrida do ouro

A Diretoria da Usigal realizou seu primeiro censo em 1980 e detectou 250 mil homens envolvidos diretamente com a atividade do garimpo. Já em 1985 esse número cresceu para 400 mil garimpeiros. Altino explicou que existem 1 milhão de garimpeiros espalhados pela região amazônica, mas apenas 400 mil



Serra Pelada: o imenso buraco da mina deu origem a uma cidade de 60 mil garimpeiros, que não pára de se expandir

são considerados profissionais: "Estes sabem batear, enquanto os outros 600 mil estão chegando todo o dia fugindo da seca, cheios de vícios e despreparados para a vida do garimpo.

De acordo com dados do IBGE, existem na Amazônia Legal (Amazonas, Pará, Maranhão, Roraima, Amapá, Rondônia e Mato Grosso) 15 milhões de habitantes, metade destes habita os grandes centros da região e 7 milhões dependem do garimpo, são de origem rural e movimentam 3 bilhões de dólares por ano no comércio de ouro.

Para José Altino, com a chegada do migrante começa a confusão. "Como ele não sabe garimpar e se agrega a quem sabe, começa aí a disputa pelo ouro, coisa que antes não existia", assegura. De acordo com pesquisa realizada pela Usigal em 6 pontos, entram 1.300 pessoas por dia. O ex-presidente da

Usigal disse que as consequências desse movimento migratório têm sido desastrosas para o meio-ambiente físico e humano: "Só em Mato Grosso, morrem assassinadas seis pessoas por dia e essa invasão poderá esgotar a produção de ouro nos garimpos legais, num prazo de três anos".

Ele lembra que, com o congelamento dos preços, em 1986, o garimpo se mecanizou. "Existem grandes quantidades de máquinas nos garimpos, e isto provocou uma pequena revolução na produção, que se expandiu de maneira impressionante".

#### O caos de Serra Pelada

"Vocês sabem porquê em Serra Pelada só vemos homens trabalhando sozinhos e com sacos às costas?", pergunta Altino. "É que lá a lei federal só

permite trabalho rudimentar, sem utilização de nenhuma ferramenta e de forma individual". O ex-presidente da Usigal explica que Serra Pelada foi o único garimpo onde o governo entrou, "buscou o ouro e deixou a latrina para os garimpeiros limparem. Além disso, o método de garimpagem foi errado. Furaram como tatu e se estrangularam".

Mas, apesar de todos os desacertos, Serra Pelada é ainda a maior jazida de ouro do país, e "existe lá embaixo duas ou três vezes a quantidade de ouro que já foi retirada", garante. Talvez por isso, hoje Serra Pelada, além de contar com uma população de 60 mil habitantes, começa a gerar subúrbios, com a saída de 6 mil garimpeiros dali para uma jazida ao lado, onde descobriram uma espécie de Nova Serra Pelada. **com obra** •

Foto: Agência JB e Usigal

# ANISTIA



Paret: pequenos queriam pagar o combinado, mas faltou diálogo e saiu a anistia da dívida

## O desencontro da política com a economia

Luiz Carlos de Souza

**R**edução de recursos que seriam destinados pelo governo a outras atividades e mais imposto de renda para os contribuintes em geral. Serão estas as consequências diretas da anistia aos pequenos e médios empresários, concedida pela Assembleia Nacional Constituinte a 150 mil deles que não puderam pagar dívida estimada em Cz\$ 200 bilhões, face ao aumento disparado dos juros dos empréstimos que contraíram com os bancos, na vigência do Plano Cruzado.

Para o presidente da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa (Flupeme), Benito Paret, a anistia não foi a melhor solução. Segundo Paret, a entidade só a apoiou porque o governo não deu a alternativa de uma renegociação da dívida para os pequenos e médios empresários. A seu ver, o melhor seria estudar uma forma de pagamento, que fosse compatível com os juros pactuados de 3%, 4% ou 4,5%, durante o Cruzado, conforme contratos. O problema é que os bancos passaram, tempos depois, a cobrar juros de 30%, fugindo ao combinado, o que provocou a falência de muitas das pequenas empresas e criou uma dívida impagável.

**O perdão das dívidas de pequenas empresas decorreu da falta de negociação: os empresários queriam pagar conforme os contratos, diz líder do setor**

O próprio governo é contra a anistia, que passou no primeiro turno da Constituinte e, por ele, o benefício seria revogado. A anistia favorece aqueles que contraíram empréstimos de até cinco mil OTN com os bancos, devido à emenda do deputado Roberto Freire (PCB-PE), que o sistema bancário e demais setores consideraram um paliativo menos dolorido aos seus cofres, do que uma anistia geral aos devedores.

**fugindo ao combinado**

Do episódio da anistia à dívida, ficou o saldo de desilusão dos que acreditaram no Plano Cruzado, como forma de aumentar a distribuição de renda no Brasil e acabar com a inflação. Isto ocorreu, porque, segundo admite um dos que eram mais animados com o Plano, o economista Edmar Bacha — que foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE — na ocasião, embora o Cruzado não tenha sido feito com expectativas eleitorais, ao final acabou utilizado com tal objetivo, levando a desvios. Bacha lembra, ainda, que por ter incluído na faixa de consumo milhares de brasileiros, os produtos sumiram do mercado, houve cobrança de ágio e lá se foi o congelamento dos preços e salários. Por outro lado, segundo diz o economista, banqueiros e o próprio governo são os mais interessados numa inflação alta. Os banqueiros porque “ganham rios de dinheiro”, investindo no *open market* realimentando o processo inflacionário, enquanto o governo gosta, porque rola seus títulos no mercado.

O fato é que os pequenos e médios empresários, alguns com suas empresas

em fundo de quintal, acreditaram no Cruzado e abriram negócios. O erro foi terem pedido empréstimos em bancos. No dizer de um deles, o bom negócio é o que pode ser tocado com seus próprios recursos, pois aos banqueiros não interessa que alguém quite uma dívida. Quando isto acontece, eles deixam de ganhar com os juros, como ganham com investimentos de dinheiro captado para repassarem a terceiros, só que a longo prazo, como fazem com as contas de serviços pagos pela população. O dinheiro dessas contas é girado, fazendo mais dinheiro.

Recorda o presidente da Flupeme que, na época do Plano Cruzado, houve proposta do governo, para que os pequenos e médios empresários passassem a investir. Assim o fizeram, enquanto os grandes, não. Os bancos, que normalmente emprestam a longo prazo, à época se retraíram – conta Benito Paret – e só faziam operações de 60 a 90 dias, usando o artifício de fazer contratos via bancos de investimentos, que podiam emitir duplicatas como garantia de pagamento. Não houve recursos do BNDES para os pequenos empresários. Nesses contratos, os juros eram de 3% a 4%, no máximo, e a cada 90 dias havia renovação e os juros eram repactuados. Mas, do final de 1986 até o primeiro trimestre de 1987, os juros foram a 30%. Ao mesmo tempo, começou o processo de recessão econômica. Com juros nessa faixa e o mercado reduzido em 50%, os pequenos e médios empresários entraram em situação de pré-falência. A Flupeme foi a primeira entidade a ir às ruas para mobilizar o governo, “que, entretanto, se mostrou insensível”.

#### Tratamento desigual

Segundo Benito Paret, a resolução 335 do Banco Central, que atendeu muito mais aos bancos do que aos pequenos empresários, é que levou milhares deles a entrarem na Justiça, para não pagarem valor superior ao que fora pactuado, ou seja, nada além de 3% de juros. Era necessário, frisa, que se vissem as condições reais em que os empréstimos tinham sido acertados.

O governo, por sua vez, permitiu aos

bancos abaterem 75% dos débitos “duvidosos”, para efeito de imposto de renda, e possibilitou que a rolagem da dívida, com seis meses de carência e 50% de correção monetária, fosse paga em 36 meses, a partir do término da carência. Em junho, porém, a dívida, estimada em Cz\$ 200 bilhões, já era impagável.

A posição da Flupeme, segundo ainda seu presidente, é que o empresariado fosse à Justiça e não renegociasse as dívidas. Uns renegociaram, enquanto outros recorreram judicialmente.

O histórico da dívida-anistia inclui uma inflação baixa, no segundo semestre de 1987 (vigência do Plano Bresser), e o estouro dos índices inflacionários, em janeiro de 1988, exatamente quando os empresários tinham que começar a pagar suas dívidas. O governo, segundo Benito Paret, foi devidamente alertado de que a situação era inviável, mas, até o final do primeiro trimestre, “não quis conversa”. Até que, em maio, a Assembleia Nacional Constituinte, discutindo as disposições transitórias, examinou a questão da anistia.

“A Flupeme nunca defendeu a anistia, mas que fosse cumprido o contrata-

do pelos empresários, durante a Plano Cruzado. Ao invés do governo negociar, fez terrorismo. Numa semana, a dívida dos empresários “passou” de US\$ 1 bilhão para US\$ 3 bilhões, numa estimativa leviana do ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega”, diz Paret. E, se os pequenos e médios empresários não tinham conseguido o que queriam – uma renegociação para pagar conforme tinham pactuado com os bancos – passaram então a apoiar a anistia, por falta de alternativas.

Benito Paret diz que a Flupeme é contra a anistia, mesmo a fiscal, porque beneficia os maus pagadores, deixando de lado os que pagaram em dia. Acha que, se o governo for sério, deve discutir com os empresários uma saída, dentro dos parâmetros de renegociação, em condições possíveis de prazo. Se o governo não renegocia, a posição da Flupeme, diante disto, é apoiar a anistia aos que não puderam pagar. Benito Paret lembra que o texto constitucional diz que cabe aos bancos arcarem com os prejuízos. Quanto ao possível fechamento de algumas empresas, diz que isto só ajudaria a fortalecer os oligopólios e a concentração de renda. ●



Após o Cruzado, os juros dispararam e os pequenos empresários foram às ruas reclamar

**N**o áspero caminho para resolver a questão da sua dívida externa de 120 bilhões de dólares, o Brasil obteve, em final de junho, um acordo com o comitê assessor dos bancos credores, num pacote de 84

bilhões de dólares, que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, considerou "como o maior da história financeira do país, e também o melhor acordo feito por um país do Terceiro Mundo, desde 1982".

Outras conquistas foram a aprovação pelo FMI, já em julho, de um acordo com o Brasil, que deverá implicar na liberação de um empréstimo *stand by* de 1,1 bilhão de Direitos Especiais de Saque, concedidos aos países-sócios da entidade, e que significam um dinheiro novo, a ser pago em parcelas, num total de 1,45 bilhão de dólares. Além disso, o ministro Mailson da Nóbrega considera importante que o País tenha mais 500 milhões de dólares de empréstimos-ponte dos países industrializados, para pagar os juros de junho e julho.

#### Esperança de desafogo

Do pacote de US\$ 84 bilhões acertados com os bancos credores, após cansativas negociações que resultaram em cláusulas rígidas para o lado brasileiro, 63,6 bilhões de dólares se referem à dívida de longo prazo, 5,2 bilhões de dólares à de médio prazo, e 15,6 bilhões se destinam a linhas comerciais e interbancárias.

As negociações da dívida externa sempre foram consideradas difíceis, principalmente porque envolvem um total de 700 bancos. Mas, após oito meses de conversas com os banqueiros, o ministro acredita que o acordo conseguido coloca o Brasil numa nova era de relacionamento com a comunidade financeira internacional, que possibilita um clima favorável à retomada dos investimentos externos no país e de expansão do Produto Interno Bruto (PIB), à base de 7% ao ano.

# O acordo com os bancos

**As negociações referentes à dívida externa abrem um caminho para o desafogo imediato, mas deixam claro que o país continua acorrentado ao que se tornou seu maior problema neste final de século**

No final de junho, o Brasil pagou 345 milhões de dólares, referentes a juros vencidos em março passado, e mais cerca de 1 bilhão de dólares referentes aos juros de abril e maio. Com tais pagamentos, o país recebeu apoio da comunidade financeira internacional e a esperança, para o ministro Mailson da Nóbrega, de que até final de agosto, ou



**Nogueira: acordo não resolve o problema**

no máximo em setembro, seja fechado também um acordo definitivo com o FMI para a dívida externa brasileira, face a um programa de ajuste econômico interno, exigido pelo órgão, e que o Brasil adotou.

A mais forte exigência foi a diminuição do déficit público, rubrica que implicou no corte do pagamento da URP como correção dos salários dos funcionários públicos e dos militares, medida onerosa para estes trabalhadores e, ao mesmo tempo, antipopular e desgastante para o governo.

Os 14 estabelecimentos que compõem o comitê assessor dos bancos credores concordaram também em emprestar ao Brasil, como ajuda às defi-

ciências nas linhas de financiamento de curto prazo às importações e exportações, 300 milhões de dólares. Técnicos do governo consideram que o acordo foi uma grande vitória para o Brasil, por ter havido entendimento

com os bancos (via comitê assessor), sem que o país tivesse de se submeter às ordens e desejos do ministro da Fazenda dos Estados Unidos, James Baker.

O acordo prevê um reescalonamento, por um período de 20 anos, da dívida vencida e por vencer entre 1987 e 1993, com oito anos de carência, o mais longo prazo de reestruturação já obtido por um país devedor. Esse reescalonamento cobrirá 94% da dívida brasileira de médio e longo prazos com os bancos comerciais, no valor de 63,6 bilhões de dólares.

Quanto a recursos novos, o montante de financiamento dos bancos, para o período 1987/1988 e primeiro semestre de 1989, foi fixado em 5,8 bilhões de dólares, dos quais 5,2 bilhões se referem a recursos de longo prazo e 600 milhões se destinam à recomposição das linhas de curto prazo. A amortização dos novos empréstimos será em 12 anos, com cinco de carência, prazo igual ao mais longo obtido por um país devedor.

Segundo o governo anunciou, logo após o acordo preliminar com os bancos, os novos recursos serão fornecidos mediante mecanismos de empréstimos paralelos e com financiamento de empréstimos pelo Banco Mundial, bônus para recursos novos e a linha comercial de 600 milhões de dólares para o financiamento das exportações e importações brasileiras a médio prazo.

#### Sangria de recursos para fora

Na opinião do economista Paulo Nogueira Batista Jr., da Fundação Getúlio Vargas-FGV, o acordo preliminar com os bancos comerciais teve como ponto positivo a redução do *spread* no custo

da dívida, mas que é insuficiente do ponto de vista brasileiro, por não resolver o cerne do problema, que é a excessiva transferência de recursos líquidos do país para os bancos comerciais.

Por outro lado, segundo ainda Batista Jr., os juros reais continuam elevados e o montante do financiamento deles é pequeno, cerca de 1,2 bilhão de dólares. O resto compreende financiamentos dos juros retidos na moratória.

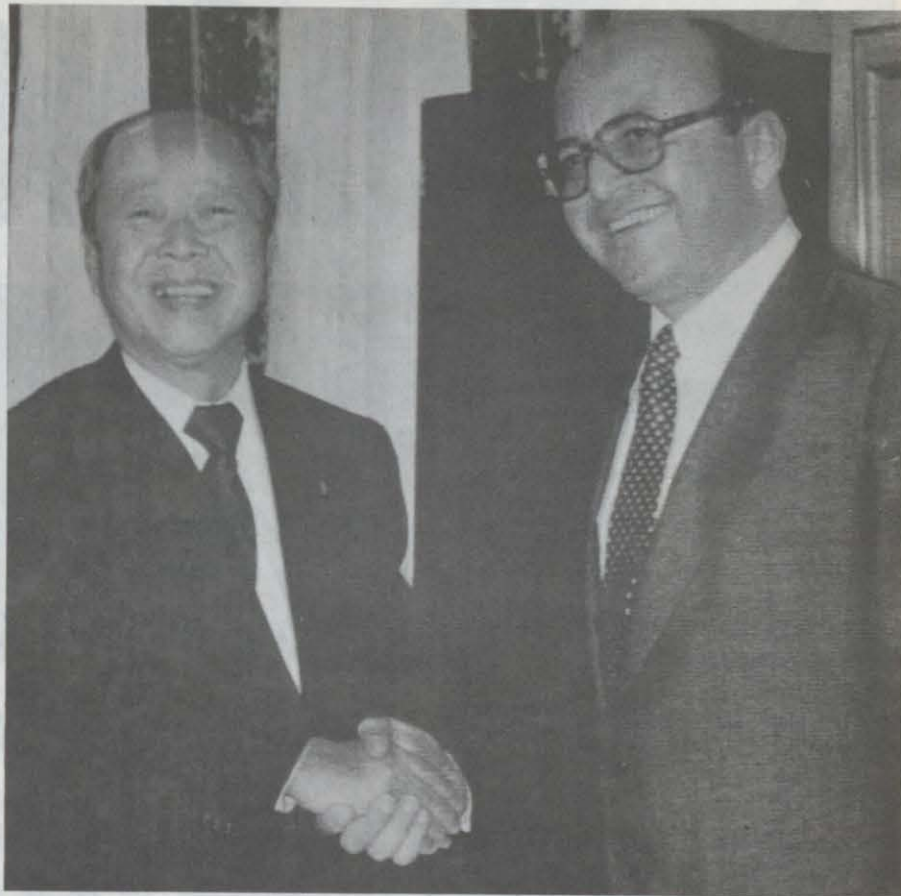
– O acordo é limitado. Não resolve a essência do problema e tem horizonte curto. No que diz respeito ao financiamento dos juros, só vai até meados do ano que vem, ou seja, apenas transfere a questão para 1989 – diz Paulo Nogueira Batista Jr., que foi, na gestão do ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, quem gerenciou a moratória brasileira para a dívida externa, suspendendo o pagamento dos juros, por prazo indeterminado, decretada em 20 de fevereiro de 1987.

Pelo acordo agora feito, conforme comunicado do próprio ministério da Fazenda, com o objetivo de criar um incentivo para a rápida adesão ao pacote financeiro, os bancos que prontamente manifestaram sua participação receberão comissão de 3/8 de 1% (0,375%), isto é, se aderirem até 5 de agosto deste ano, e de 1/8 de 1% (0,125%) para adesões até 2 de setembro de 1989. Esta comissão será paga de uma única vez e, assim, não será adicionada ao *spread*. Além disso, os bancos poderão converter uma parcela residual dos novos recursos em investimentos, fora do sistema de leilão, durante três anos – após um período de carência de 12 meses – dentro de um limite mensal de 50 milhões de dólares, perfazendo, portanto, um total de 1,8 bilhão ao máximo.

A aplicação de novo *spread* dentro dos mecanismos recém-acertados permitirá uma economia de pagamento dos juros de 1988 num total de 300 milhões de dólares.

#### Solução de emergência

A reprogramação do pagamento dos juros, de trimestral para semestral, proporcionará uma economia de adicional, ainda este ano, de 600 milhões, com redução total do pagamento de juros de



Maílson exaltou o novo acordo como "o maior da história financeira do Brasil"

900 milhões de dólares.

Pelo que ficou acertado, a economia de recursos para o período de consolidação (1987-1993), em decorrência dos reajustamentos e da reprogramação das taxas de juros, será de 2,5 bilhões de dólares. No período de reescalonamento (1987-2007), a economia será superior a 4 bilhões de dólares.

O acordo contém uma cláusula de salvaguarda, considerada pelo ministério da Fazenda a mais avançada já conseguida no âmbito de um acerto de reescalonamento. Essa cláusula faculta ao Brasil a possibilidade de solicitar consultas aos bancos, com vistas a emenda do acordo, diante de quaisquer fatores financeiros ou econômicos, inclusive mudanças nas variáveis externas.

O governo considerou como outra importante conquista ter o acordo precedido o início das discussões com o Fundo Monetário Internacional. Isto permitiu que o FMI já veja o Brasil na situação de um país com um montante

de recursos novos recebidos dos bancos, e não mais como totalmente desprovido de alternativas para pagá-los, bem como à dívida total.

Por outro lado, o acordo contempla uma fórmula inteiramente inovadora para a questão da relação entre o programa do FMI e o acordo com os bancos, vínculo que o governo brasileiro havia indicado, desde o início das negociações, como não aceitável.

O acordo não representa a solução definitiva para a questão da dívida externa. A moratória, lembra o ministro, ainda não acabou. A resolução 1263, que a decretou, assim como a centralização do câmbio no Banco Central serão revogadas "no momento oportuno". Isto é, quando todos os 700 bancos credores assinarem o acordo da dívida. Na prática, a moratória já foi revogada, quando o Brasil pagou 1,6 bilhão de dólares, referentes a juros de dezembro de 1987 a março de 1988.

• L.C.S.

# VIOLÊNCIA

Grupos cada vez mais estruturados e aptos a alcançar os objetivos a que se propõem, numa ação marginal que se nutre do desamparo predominante, estão retratando, a cada dia, que se passa um processo diferente no corpo social: a criminalidade como que procura contestar o conjunto da sociedade, enquanto se apresenta, cada vez mais, como um pequeno exército, pelo número e qualidade de armas que exhibe. O crescente nível de organização e um início de teorização sobre a ação marginal são dados que cobram



reflexão sobre os desvios sociais que estão provocando. Tal tipo de reação. O banditismo e os negócios ilícitos como que repercutem as situações quotidianas de intensa violência: a fome, o desemprego, a falta de teto, o abandono infantil, a insegurança e a angústia, dramas que também se manifestam no campo, a partir da impossibilidade de acesso à terra. Os desencontros sociais estão a se acirrar: seu produto é a injustiça e a resposta, situações de alta violência. Um confronto ocorre: é urgente definir sua natureza.

## A GUERRA CIVIL NÃO DECLARADA

José Louzeiro



Um país lança-se à guerra civil por questões territoriais, raciais e religiosas, por razão do autoritarismo político de seus dirigentes, da corrupção desenfreada das autoridades e dos privilégios de que se valem as elites, em confronto com a miséria em que se sucumbe o povo.

O estopim da guerra civil é, quase sempre, a questão econômica mal resolvida que se sobrepõe à questão política.

Nos séculos XVI e XVII a miséria na Europa era tão grande que um quarto da população de Paris (anos de 1630 e seguintes) constituía-se de mendigos.

Na Inglaterra e na Holanda, a situação não diferia, enquanto na Suíça os "homens de bem" organizavam expedições (algo parecido aos esquadrões da morte de hoje), para caçar os "desgraçados" que se infiltravam pelos campos e nas florestas.

Mas, nesse mesmo período, conhecido como Idade dos Mendigos, havia na Europa banqueiros riquíssimos. O mais poderoso deles, Jacob Fugger, emprestava dinheiro a reis e rainhas, mas não destinava uma só moeda em ajuda aos miseráveis, componentes da ralé, cujo destino seriam as masmorras, o cadafalso, o extermínio pelas doenças e por ação dos grupos organizados de matadores.

Tomás de Aquino, o grande pensador religioso, condenava a "ambição do ganho", mas a santa igreja católica mostrava-se mais sensível ao que propunham os reis e ao que ofereciam os banqueiros, mantendo-se indiferente à sorte dos marginalizados.

A síntese histórica mostra-nos que, no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro, vivemos um período de aguda transformação social. O motivo da luta é o mesmo daquele tempo, em que os europeus morriam de fome. Aqui também os favelados não têm direito à condição de cidadãos, moram em barracos imundos, vegetam na base de salários mínimos, indispensáveis para que não morram imediatamente.

Mas, há um detalhe que dá a tônica de uma época nova: o capitalismo está mudando seu curso, graças ao poder de uma tecnologia altamente sofisticada.

É pensamento dos futurólogos que



Violência de nossas grandes cidades gera cenas diárias de chacinas como esta, no Rio

os produtos primários possam vir a ser produzidos em laboratórios e, assim, as grandes massas obreiras cairiam na ociosidade. De outra parte, as "máquinas pensantes" não necessitam de muitos operários para formar seu séquito. Eles, também, seriam eliminados.

Reduzidas as populações, principalmente nas cidades, os senhores todo poderosos gozarão dos seus lucros, sempre maiores, sem o perigo de se exporem às greves e aos movimentos contestatórios que, dessa forma, figurarão como metáforas de um remoto passado, tão distante quanto nos parece, hoje, a Idade Média.

Mas, há um detalhe nisso tudo que vem prejudicar o plano da formação desse "paraíso da tecnocracia capitalista": os delinquentes, os andróides deste final do Século XX.

Sem os preconceitos de classe e, mais que isso, sem ter o que perder – a vida não significa muito para eles –, esses marginalizados que se intitulam "terroristas do cotidiano", não disputam o poder: eles disputam as riquezas geradas por esse poder.

#### Os militares de 64 estimularam a violência

Os morros do Rio foram povoados, através dos anos, por pessoas que procuravam, no antigo Distrito Federal, uma chance de sobrevivência. Geralmente, essas pessoas, vindas do Norte e do Nordeste, já haviam escapado das

secas e dos períodos de inundações. Mas, estavam ameaçadas pela fome.

Enquanto as favelas se formavam e os favelados não tinham poder de reivindicação, eles foram sendo tolerados e serviram, como ainda servem, de massa de manobra aos políticos.

Com o golpe de 64, que resultou numa ditadura de 21 anos, os políticos não precisaram mais subir os morros. Em lugar dos candidatos pedindo votos e prometendo instalar a bica d'água, apareciam policiais que massacravam trabalhadores, violentavam mocinhas, espancavam velhos, matavam certos bandidos, mancomunavam-se com outros.

Os delinquentes mais espertos aproveitaram "a boa época" da ditadura para um melhor adestramento. Trocavam armas por entorpecentes, estabeleceram frentes de informação e atuação, dentro das milícias.

Esse quadro terminou sendo montado com relativa facilidade, porque os chamados "marginais" terminaram entendendo uma coisa: eles e os policiais eram vizinhos nas mesmas favelas. E se estavam tão próximos, por que não partir para "bons acertos", embora na hora de agir cada um defendesse sua posição?

De posse de armas poderosas – geralmente as mesmas usadas pelos ditadores –, os delinquentes passaram ao item 2 do seu trabalho "político": atrair a atenção das comunidades carentes.

Onde eles se instalavam, bandidi-

## Desemprego gera crime

Na opinião do secretário da Polícia Civil, Hélio Saboya, a criminalidade crescente não é um problema exclusivo do Rio de Janeiro, "é um problema das nossas metrópoles, com todo o seu cortejo de problemas sociais gravíssimos."

A partir daí, ele dá um dado importante: 80% da população carcerária do Rio são constituídos de homens sem emprego.

E logo a seguir:

"O que acontece é que, no Rio, o crime organizado veio à tona. Hoje em dia, ele tem porta-vozes que são até mais ouvidos do que as fontes do poder público."

nhos pés-de-chinelo deixavam de agir e a própria polícia já não aparecia para fazer operações "tira da cama" e "pente-fino", como era comum na década de 50, época em que havia até lojas para vender objetos que os policiais "requisitavam" nos barracos, sem que os favelados pudessem reclamar seus direitos.

### Comunicação: Arma de dois gumes

Através do bom sistema de comunicações que os golpistas de 64 instalaram no país, por necessidade de suas manobras, os delinquentes terminaram conseguindo aquilo de que mais necessitavam: poder informar-se, conseguir manifestar-se com facilidade.

Quando os militares colocaram presos políticos junto aos chamados "presos comuns", visando a humilhar os primeiros, eis que o quadro das necessidades se completava: agora, os fora da lei tinham a teoria aliando-se à prática.

O fim da década de 60 foi marcado por numerosos sequestros, principalmente de jovens, e por um número incalculável de assaltos a instituições bancárias.

Foi a época, também, em que as grandes quadrilhas — inclusive com ramificações internacionais — estavam se formando.



Buzunga, Brasileirinho, Cassiano, Charles e Naldo (Rocinha, maio)

A partir de 1968, o marginalismo existente passa a ser considerado romântico. Os velhos bicheiros enquadravam-se no plano das figuras folclóricas e o próprio Lúcio Flávio já não tinha espaço. Misteriosamente, nas sombras, tudo foi mudando, aperfeiçoando-se. Passou-se do crime amador, para o crime profissional. O revólver Smith Wesson, 38, cano longo, terminou guardado como relíquia e no seu lugar apareceram as escopetas com bala dum-dum, as metralhadoras e os fuzis de mira ótica.

Policiais que integravam o grupo intitulado "Homens de Ouro" acabaram reativados pelos militares do golpe. Um deles, Nelson Duarte, que se apresentava em programa de televisão comandado pelo apresentador Flávio Cavalcanti, da Tv Tupi, pregava a moral e os bons costumes, até o dia em que descobriram que ele estava envolvido com os traficantes de drogas.

### A figura do traficante

Outro integrante desse grupo — Mariel Mariscot de Mattos — terminaria envolvido em inúmeros crimes, a par dos assassinatos que tinha nas costas, al-

guns deles praticados por mera demonstração machista, o forte de Mariel.

Na década de 70, à sombra de alguns bicheiros — não de todos —, foram aparecendo as gangs dos entorpecentes, especialmente da cocaína e dos ácidos lisérgicos. A essa altura, a máfia havia se instalado no país ou, melhor dizendo, gangs de fora já estavam com seus intermediários aqui dentro, todos eles preocupados com o mercado das drogas.

Foram criados os "esquadrões", para impor moral ao novo negócio, e os morros passaram a funcionar como base para os pequenos distribuidores.

A Rocinha, por sua posição privilegiada, passou a ser disputada por traficantes e policiais corruptos. No governo de Leonel Brizola, iniciou-se um sério trabalho de amparar socialmente o favelado, a fim de evitar que ele se tornasse parceiro dos marginais. No atual governo, sustou-se o diálogo com o favelado e tenta-se resolver o problema pela força.

Essa nova ordem visa, de forma dramagógica, a mostrar na televisão que o sr. Moreira Franco está fazendo alguma coisa, ele que prometeu acabar com a violência em seis meses.

Por trás da aparente confusão que a polícia faz, há outros interesses embutidos na campanha sistemática que tem sido feita na Rocinha: é um pensamento antigo, desde que Carlos Lacerda desmontava favelas, que os pobres daquela região sejam empurrados para Santa Cruz ou Queimados, a fim de que a Rocinha se transforme em zona de mansões e hotéis de 5 estrelas.

Na medida em que a imprensa martela, mostrando o quanto são "perigosos os traficantes da Rocinha", vai sen-

do preparado o terreno, para que a atual administração "acabe sendo forçada" a providenciar o desmonte da favela.

Enquanto isso não acontece, a bandagem se aperfeiçoa, cresce o tráfico de entorpecentes, aumenta o contrabando de armas modernas, como as submetralhadoras Uzi, de fabricação israelense, e os fuzis Heckler e Koch, conhecidos como HK, armas até então privativas da Aeronáutica e hoje frequentemente encontradas em poder dos traficantes.

É oportuno recordar, também, que foi no início desta década de 80 que um helicóptero da Polícia explodiu, misteriosamente, sobre o morro do Jramento, enquanto outro cairia perto da Favela da Maré e um terceiro, que ia dar fuga a Meio-Quilo (1987), no presídio da Frei Caneca, os próprios PMs tiveram que derrubar, para não serem derrotados por um dos membros do Comando Vermelho.

Meio-Quilo era namorado da filha do vice-governador Francisco Amaral e os moradores do Jacarezinho, que muito o admiravam, mandaram fazer um busto

**OPERAÇÃO MOSAICO** – Desencadeada em 17/7 pela Polícia Federal contra o grupo de Toninho Turco, efetuou cerca de 40 prisões e matou 16 pessoas. Uma delas era Flávio Conceição, o Brasileiro, de 14 anos (foto), então refugiado em S. Gonçalo. Também foram mortos Cassiano e Naldo. A investida abala o esquema que abastece 60% da cocaína consumida no Rio, acredita a polícia.



em sua homenagem e estão dispostos, qualquer hora dessa, a colocar a lembrança em praça pública.

Duas vertentes se juntaram, a partir dos anos 80, para que o crime no Rio de

Janeiro chegasse a nível profissional: a ligação com grupos do exterior, particularmente da Colômbia (Cartel de Medellín) e o trabalho de conscientização desenvolvido pelo ex-integrante da

## A lei de Talião: olho por olho

No dia 29 de maio último, o "Jornal do Brasil" publicava uma importante reportagem, assinada por Ângela Regina Cunha, Bartolomeu Brito e Mara Caballero, a respeito do tráfico de drogas no Rio. A certa altura da matéria, os repórteres dão destaque a um documento do Comando Vermelho, que é bem a confirmação do que nos diz J. Willar (veja depoimento adiante).

É bom lembrar que o documento que vamos transcrever do JB foi divulgado após a morte do traficante Meio-Quilo, a 1º de setembro de 87. Diz a matéria que o documento recebeu a assinatura de 13 membros do Comando (os repórteres chamam Falange) e alguns dos signatários integrariam o Clube Cultural e Re-

creativo dos Internos da Ilha Grande. Embora os nomes dos internos não constem do documento divulgado, não há porque duvidar dos repórteres.

### Documento

• "Somos sabedores que as Forças Armadas, o governo do Estado e até mesmo o Governo Federal nos têm como a única organização terrorista de esquerda existente no país, muito embora tal pensamento não seja divulgado publicamente. Então lhe perguntamos: se somos considerados como uma organização terrorista de esquerda, por que não agimos como tal?

• Se temos poderes para fechar uma rua, com o intuito de desapropriar um banco, uma joalheria ou

seja lá o que for, temos também poderes para "cobrar" de quem quer que seja, até mesmo do próprio governador.

• E todas as vezes que um irmão de nossa família for morto, devemos também cobrar da mesma forma. Porém, buscando sempre cobrar daqueles de onde as ordens partem.

• O governador do Estado, por ser ele governador, é menos vulnerável que nós? Pois lhe respondemos que não, uma vez que, da mesma forma que fechamos uma rua para desapropriar um banco, podemos fechá-la para matá-lo. Vocês não concordam? E, como ele, a qualquer outro que use os recursos do Estado para cometer crimes com pessoas que só desejam viver. Como nós."



VAR-Palmares, Januário José Pinto de Almeida Oliveira, o "Janu", nos presídios e institutos por onde passou.

Disposto a negar o conceito (e por que não preconceito?... ) marxista de que o lumpesinato não evolui para a revolução, eis que "Janu" traçou planos para a criação do Comando Vermelho, a partir do entendimento entre bandidos, visando o fim adequado para o dinheiro expropriado: formação de um fundo, com o qual garantem melhor tratamento nas prisões, mantendoos policiais que lhes interessam na mão.

O Comando é uma instituição marginal, que também funciona como uma espécie de sistema previdenciário dos fora da lei. A esse sistema não se juntam os "pobres", bandidos sem "qualificação" e que, por isso mesmo, têm integrado o 3º Comando, criado pelas administrações prisionais, com vistas a enfraquecer a ação do CV, o que não têm conseguido.

É bom lembrar que, em certas bocas de fumo, os traficantes já operam com o auxílio de computadores e muitos negócios são fechados, conforme as melhores normas da informática. Significa dizer: os bandidos de agora estão a um passo de vôos mais altos, a partir do momento em que souberem os caminhos da computação e começarem a interferir nos grandes sistemas de rede, tanto nacionais quanto internacionais, como já é feito nos Estados Unidos e em certos países da Europa, principalmente na Alemanha Federal.

As escaramuças da polícia com os marginais do Rio configuram-se, pois, como um claro indício de desordem popular ampla, que inclui desde a luta feroz, no corpo-a-corpo, até a mais alta sofisticação tecnológica, que a burguesia criou para ela e que, daqui em diante, vai ser utilizada contra ela. Isso acontece por um motivo simples: os chamados "bandidos" dos morros, principalmente aqueles que integram o Comando Vermelho e se intitulam guerrilheiros, agem segundo as normas dos manuais da guerra de guerrilha. Item nº 1: lutar com as mesmas armas do adversário.

Fotos: Agência O Globo, 1 e 5; O Dia, 2, 3 e 4

## Comando Vermelho: Anistia para preso comum

Formulamos cinco perguntas ao integrante do Comando Vermelho, que aqui aparece sob o pseudônimo de J. Willar. Eis suas respostas:

• Fui preso pela primeira vez em S. Paulo, quando estava com 14 anos. Como menor não pode permanecer em delegacias – é o que dizem – a cada semana, cada mês, sempre que aparecia um corregedor eu era transferido para outra delegacia. Assim, fiquei vagando, de xadrez em xadrez, até os 16 anos, quando consegui fugir. Aos 17 anos entrei para o grupo do Zé do Pó e pratiquei o primeiro crime: um assalto a banco em Guarulhos, São Paulo.

• No começo eu não tinha consciência dos meus atos. Assaltar uma loja ou entrar num banco era quase que farra. Quando pegava a grana que me davam, a primeira coisa que fazia era torrã-la da maneira mais irresponsável possível. Por isso eu estava sempre no pendura e tinha que fazer outro ganho, muitas vezes mal planejado, o que aumentava a margem de risco contra a gente.

• Eu não me sinto como sendo o pior cara da face da terra. Sou um bandido como outros por aí são. Com uma diferença: eu roubei pouco nos primeiros tempos e agora não roubo mais nada. Eu dei muito dinheiro a policial, cada vez que não queria ser logo preso. E quando a gente não tem grana, o próprio policial manda que a gente se mexa, porque cobra parada não engole sapo. Atualmente, por vários motivos – o primeiro deles por integrar o Comando –, estou fora desse tipo de perseguição. Não sou mais cachorrinho de ninguém. Agora, integro uma organização.

• Todo preso no Brasil devia ser considerado preso político. Eu não tive culpa de ser atirado na rua com 5 anos de idade pra me virar. Como que eu ia fazer em São Paulo, se não tinha ninguém

a quem recorrer? Comecei roubando e dando as piores trauletadas, como todo trombadinha faz. Ou isso ou a morte. Até mesmo quando entrei pela primeira vez em um banco, com uma máscara cobrindo a cara, ainda não sabia o que era atirar numa pessoa. Mas lá pintou esse lance. Eu já ia saindo com outro parceiro, quando um segurança resolveu bancar o engraçadinho. Mirei nele e disparei. Não tinha o que pensar duas vezes. Era ele ou o grupo.

• Eu só vejo uma forma de diminuir a violência em cidades como Rio e São Paulo... Se houver anistia pra gente. Tem muita gente boa nos presídios que precisava de uma revisão de pena. Muitos acham que a aplicação da Justiça é desumana e, por termos sido condenados uma vez, não merecemos mais nenhum tipo de consideração. Mas é bom ver que os presos políticos tiveram anistia, se elegeram, tão aí numa boa. E a gente? Eu sou um prejudicado pela sociedade e como eu há milhares por aí. Cadeia sem revisão de pena é coisa pra criminoso patológico, pra quem é débil mental. Eu me arrependi do que fiz de errado. Tentei estudar na prisão. Tentei ser útil. Nada disso é possível. Quando já estava bem triste com essa situação, conheci o Janu<sup>1</sup>. Aí a gente começou a conversar, a se entender e ele foi me mostrando que havia um caminho para mudar nossa situação. Se os homens acham que fomos encarcerados pra morrer, agora a gente pode mostrar a eles que toda medalha tem verso e reverso. Mesmo assim tamos dispostos a conversar. Anistia "pro" preso comum de bom comportamento, é nossa proposta.

<sup>1</sup> Quando menciona Janu, J. Willar está se referindo a Januário José Pinto de Almeida Oliveira, ex-integrante da Juventude Estudantil Católica (JEC), ativista político da VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares), torturado pela primeira vez em 1969. Desiludido com as esquerdas, Janu passou a frequentar os morros e favelas, tentando orientar os trabalhos comunitários. Novamente preso, sofreu mais torturas. Acabou morto, de forma ainda não convenientemente explicada, no dia 11 de fevereiro de 1983, quando estava com 34 anos. J.L.

# Um mês de crimes

## Dias

1º – A polícia passou o primeiro dia do mês ocupada em desvendar o assassinato do contraventor do jogo do bicho, Marco Aurélio Corrêa de Melo, o Marquinho.

• A menos de 200 metros da 1ª DP (Praça Mauá) e da Divisão de Roubos e Furtos, os policiais surpreendem o assaltante de bancos Maurino Correa de França, 26 anos. Ele levava uma granada M-14, de uso do Exército.

• O Banco de Crédito Real de Minas tem três de suas agências assaltadas: duas pela manhã (no Centro) e outra à tarde (R. Conde de Bonfim, na Tijuca).

2 – A polícia militar ocupa a favela da Rocinha, numa ação conjunta com a polícia civil. Mas, dos 42 suspeitos presos na véspera, 24 já estavam sendo libertados. Ou seja: os presos não tinham nada com os traficantes de drogas.

• Polícia se diz vencedora da guerra na Rocinha, matando o traficante Buzunga. O ex-PM Elizeu Medeiros de Freitas, conhecido como Sargento Elizeu, era o responsável pela segurança da quadrilha e um dos parceiros fortes de Robson da Silva, o Buzunga.

• A polícia prende Anselmo Muniz da Cunha, 23 anos, e Luís Carlos dos Santos, de 22, ambos PMs do 18º BPM, entre os saqueadores de um supermercado na Estrada dos Bandeirantes, Taquara. Com eles, estavam mercadorias avaliadas em Cz\$ 4 milhões.

3 – Polícia tenta impedir, mas umas 100 pessoas comparecem ao enterro de Robson da Silva, 17 anos, o Buzunga, no Cemitério São João Batista. Caixão baixou na sepultura sob aplausos.

4 – Duas agências do Banco Nacional – uma no Centro do Rio, outra em Barros Filho – são assaltadas.

• Cerca de 100 policiais procuram localizar Ednaldo de Souza, o Naldo, chefe dos traficantes na Rocinha.

• Ministério do Exército distribui nota, dizendo que 100 policiais civis do Rio de Janeiro e de São Paulo importaram mais de 300 armas dos EUA, entre pis-

tolas, revólveres, metralhadoras e fuzis. Armas compradas irregularmente, em Miami, com autorização do consulado brasileiro naquela cidade.

5 – O agente penitenciário Carlos Roberto da Silva, 39 anos, é preso por soldados do 4º BPM (São Cristóvão), quando tentava entrar no Presídio Evaristo de Moraes, no Galpão da Quinta da Boa Vista, com 7,5 quilos de maconha, avaliados em 4,5 milhões de cruzados.

7 – A Escola Municipal Presidente Médici, em Bangu, é assaltada pela 10ª vez. A escola é cercada por um matagal e um Ciep abandonado. No último assalto, os ladrões levaram até merenda dos alunos: feijão, açúcar, leite em pó.

• Policiais da 17ª DP (São Cristóvão) descobrem depósito de armas e de en-



A convivência diária com cenas de violência altera a sensibilidade das pessoas

torpentes no Buraco Quente, Mangueira. Proprietário do depósito: Francisco Paulo, o Tuchinha. Além de grande quantidade de maconha, foram apreendidas quatro granadas do exército e oito holofotes usados para esquentar cocaína.

• Usando uniformes de motoristas, 15 delinquentes assaltam empresa de ônibus, em Boaçu, São Gonçalo, de onde levaram Cz\$ 2,5 milhões em dinheiro e Cz\$ 1,2 milhão em vale-transportes.

• Polícia conclui que os matadores do contraventor Aurélio Correa de Mello, o Marquinho, filho de Raul Capitão, eram 8. O PM Hulk, segurança de Marquinho, acertou em um deles e, ferido, o pistoleiro deixou sua metralhadora Colt AR-15 cair. Tiroteio foi no Leblon.

8 – Assaltada a agência do Unibanco da rua Buenos Aires, 110, no Centro. Quatro homens armados com metralhadoras e escopetas levaram Cz\$ 5 milhões.

9 – Policiais envolvidos nas buscas a traficantes na Rocinha afirmam: o Comando Vermelho tem um espião dentro da polícia civil. Foi ele quem vazou a informação sobre a "operação Rocinha", dando fuga aos principais traficantes de tóxicos. Buzunga morreu, porque a liderança dos entorpecentes deixou-o "entregue à própria sorte."

• Agência do Banco do Brasil é assaltada em Duque de Caxias. Um dos bandidos disse à supervisora Ana Maria dos Santos: "Se a senhora não nos entregar a grana que queremos, vamos acabar com seu filho que está no colégio". Dito isso, os quatro marginais levaram Cz\$ 14 milhões.

• O padre Randal Borges, armado com um revólver calibre 32, retira moradores de três casas da Travessa Ana Soares,

em Neves, Niterói, alegando que as propriedades eram da paróquia e os inquilinos não pagavam aluguel. Padre foi autuado em flagrante na 73ª DP.

12 – Um "shopping" do submundo com cassino, tóxicos e oficina para conserto de armas, tudo pertencente ao PM Luiz Gonzaga Nogueira, – foi estourado na rua Guaporé, Brás de Pina, por policiais do 16º BPM.

13 – O bancário Marco Antônio Panteleão, 20 anos, é morto pelo mecânico Jorge Fernandes Gonçalves, 26, com um tiro nas costas, em Magalhães Bastos. Jorge confundiu Marco Antônio com o ladrão da moto de um amigo que ele estava incumbido de localizar.

• Perseguição a bandido agita a Zona Sul. Quinze viaturas e um helicóptero para novas caçadas na rocinha. Final das buscas, meia dúzia de pés-de-chinelo detidos. Naldo, o grande perseguido, sumiu.

**15** – Máfia de médicos, em um casarão no bairro do Grajaú, vendia atestado para justificar faltas de professores da rede estadual de ensino. Chefe da "gang": a professora aposentada Etelvina Ericken, 74 anos. Os médicos mais envolvidos: Carlos Alberto Francisco de Assis, 45 anos, e Ivo Soares Júnior, presos em flagrante e levados ao 6º BPM e à 20ª DP.

• Policiais da Delegacia de Roubos e Furtos conseguem capturar uma "gang" de 10 ou 12 membros, todos eles especializados em assaltos a apartamentos na zona sul da cidade.

• O Morro de São Carlos vive momentos dramáticos. Pouco depois de ser recebida a tiros, a polícia retorna à favela com efetivo maior e começa a fuzilaria. Tudo isso, para capturar o traficante Wilson Leite de Azevedo, o Golinho. Detalhe: Golinho havia se mandado dias antes da blitz.

**18** – A polícia suspeita de que dois PMs estão envolvidos no sequestro do empresário João Gomes de Araújo. O empresário foi solto depois que os bandidos receberam Cz\$ 20 milhões da família. Crime ocorrido em Campinho.

• A nota curiosa foi dada pelo delegado da Polícia Federal – Francisco F. Brito – que fez gastos de Cz\$ 10 mil no Café Nice, junto com mais outro colega. Não quis pagar, apareceu o PM Nelson Gomes de Carvalho, 5º BPM. Brito deu-lhe um soco e vários tiros que não pegaram. O PM acertou o delegado na mão esquerda e o levou para a 3ª DP, na rua Santa Luzia. Doze agentes federais invadiram a delegacia, armados de escopetas e metralhadoras.

• "Gang" do Borel recebe Polícia do Exército a bala. Os militares – 14 soldados do 1º Batalhão de Polícia do Exército, com uniformes de camuflagem, subiram o morro para entregar intimações para Elcio da Silva e Ademilson Vieira, por receptação de armas privadas do Exército. Como os militares não

conseguiram chegar ao endereço dos suspeitos, terminaram entregando as intimações na Associação de Moradores. Na mesma hora, as intimações foram parar em mãos competentes: do carteiro.

**19** – Policiais federais apreendem 150 quilos de cocaína (320 milhões de cruzados) em um velho caminhão, no Posto Schiavini, na Via Dutra, altura de Nova Iguaçu. Foram presos seis integrantes da quadrilha que traziam a cocaína para o Rio na chamada "rota caipira".

**21** – Quadrilha de cinco ou seis homens, fortemente armados, invadiu a agência do Banco do Brasil na Penha, levando 31 milhões e 500 mil cruzados. Arrombaram o cofre-forte.

• Agência do Banco de Crédito Real, na Ilha do Governador, também foi assaltada. Seis homens levaram 6 milhões.

**23** – O comando da PM determina a abertura de inquérito para apurar irregularidades administrativas no quartel do 19º BPM, em Copacabana, onde houve rombo de 1 milhão, 730 mil, com a compra de peças de reposição que nunca entraram no quartel.

• Enquanto o comando da PM procurava os responsáveis pelo rombo no 19º BPM, a 3ª Delegacia procurava deter Angela Maria Bezerra Grintlastch, a Sara, acusada de vender bebês a israelenses. Ângela residia na Av. Copacabana 1.032, ap. 504.

**24** – A atriz Teresinha Sodré é surpreendida por dois assaltantes, fugitivos da Ilha Grande. Sob a mira dos revólveres ficaram: ela, a empregada Adriana Coelho Mendes, 18 anos, o filho da atriz, Marcelo Campelo e o empresário José Norival de Paula Dias, 43, que tinha ido ao prédio ver um apartamento que estava para alugar. Os bandidos o obrigaram a ir para o apartamento de Teresinha Sodré. A polícia realizou uma operação cinematográfica para eliminar os bandidos Paulo Henrique da Costa, 24 anos, e Marcelo da Silva Fernandes, 18. Ambos com revólveres Taurus, calibres 32 e 38. Cercaram o prédio: 200 policiais, vinte viaturas e atiradores de

elite. Às 19h40 os bandidos se entregaram.

**25** – O traficante de entorpecentes João Pinto Alves, o João Russo, que controla a venda de drogas na Favela de Ramos, decidiu fazer uma grande festa para comemorar seu quadragésimo aniversário. Convidou os amigos e mandou matar um boi. A festa ia ser no campinho de futebol na rua Ouricuri. Mas acontece que por lá apareceu uma patrulha do 16º BPM e iniciou-se o tiroteio. Um morto – Paulo Alves de Araújo, o Bicudo – e vários amigos de João Russo ficaram feridos.

• Noventa soldados da PM invadem os Morros do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, Copacabana, tentando apreender drogas e deter traficantes.

**29** – Manuel Joaquim Fernandes, 56 anos, português, sócio das viagens Tijuca e Matias, foi sequestrado no seu Parati por quatro homens armados, um deles encapuzado. Os bandidos tomaram-lhe o carro, documentos, dinheiro e o relógio de pulso. Horas depois, Manuel Fernandes viu seu carro perto do morro do Borel. Comunicou o fato à polícia, que subiu o morro e foi recebida a bala pelos delinquentes. O titular da 19ª DP já sabia que os sequestradores de Manoel Fernandes podiam ser Pingo, De Menor e Angu, todos da quadrilha do traficante Isaías da Costa.

**30** – Dois policiais-militares, um ex-PM e três X-9 (alcaguetes) são os autores da chacina de Niterói. Encapuzados e armados de revólver e pistola, eles invadiram, na madrugada de ontem (29), a casa 56 da Travessa José Ladeira, morro do Pimba, Fonseca, e mataram a tiros toda uma família: mãe, quatro filhos e um neto, o menino de 7 anos, David Araújo. A irmã de David, Aline, 4, foi levada para o Hospital Antônio Pedro. O delegado da 78ª DP, João Carlos de Carvalho, acha que foi vingança. Como ficou dito no início desta relação de casos, o mês de junho não foi dos mais pesados... se comparado ao mês de maio, com todo o frio que fez...

A polícia aparece envolvida no noticiário policial nos dias 1º, 2 (duas vezes), dia 4, 5, 12, 18 (duas vezes), dia 23 e dia 30. •

# Criminalidade e favelas

Nilo Batista\*

O banditismo urbano instalado nas favelas do Rio de Janeiro é hoje um fenômeno bastante conhecido e descrito, graças principalmente ao trabalho de antropólogos, como Alba Zaluar e outros, que desenvolveram pesquisas de campo. A teoria básica da "ausência do Estado" foi formulada por esses antropólogos, e permite compreender como, no vácuo das responsabilidades omitidas pelo Estado – saúde, educação, transportes, comunicações, segurança pública – pequenas quadrilhas, organizadas principalmente em torno da exploração do comércio de drogas ilícitas (cocaína e maconha), logram controlar imensas comunidades, desorganizadas pela tradicional prática do "clientelismo" e pela elevada taxa de desempregados e subempregados. Nesse caldo de cultura, historicamente propenso a negociações oportunistas de sobrevivência, essas pequenas quadrilhas encontram as condições concretas para obter um reconhecimento comunitário, cujo conteúdo pode variar desde uma certa admiração (criadora do "bandido social" no sentido de Hobsbawm) até um mudo horror, consoante seus chefes exerçam preferencialmente a "generosidade" ou o terror. A "generosidade" é exercida através de auxílios materiais para situações especiais de necessidade (reconstruções, medicamentos, transporte urgente etc.) e da administração da justiça (tanto quanto Boaventura de Souza Santos encontrou, anos atrás, a Associação de Moradores detendo a jurisdição civil, José Augusto de Souza Rodrigues em recente pesquisa encontrou a boca-de-fumo como instituição encarregada da jurisdição criminal). É ilusório supor que essa "generosidade" exclua os mais bárbaros atos contra os integrantes da comunidade que se insurgirem ou questionarem o poder da quadrilha, como é ilusório presumir-lhe uma potencialidade revolucionária. Na verdade, as quadrilhas subjugam as comunidades e

delas se aproveitam, de sua miséria, do escudo humano de seus corpos, para finalidades egoísticas.

Essas comunidades faveladas percebem intuitivamente, contudo, que existe algo que as subjuga e delas se aproveita de forma muito mais egoística e eficaz do que as quadrilhas. Incapazes de perceber os mecanismos econômicos e históricos pelos quais o capitalismo sempre pode, e o anarco-capitalismo dependente e perverso que vivemos no Brasil necessariamente deve converter, na expressão de Alberto Passos Guimarães, "reservas do mundo do trabalho em reservas do mundo do crime", as favelas concentram no ódio à polícia – a fase visível da ordem injusta que, num passe de mágica, transforma o desempregado no bandido – uma contrapartida emocional que é competentemente aproveitada pelas elites conservadoras para sua teoria brasileira das "classes perigosas". O estereótipo do delinquente se fixa na figura do favelado. Pouco importa que, de 100 mortes no Rio de Janeiro, apenas 2 estejam associadas a um assalto, e 35 sejam causadas por motoristas imprudentes (as restantes são episódios interindividuais – homicídios dolosos –, ou "mortes institucionais"): nossa figura do matador não é um homem de classe média sentado no seu carro, e sim o assaltante armado. Pouco importa que o dano econômico e social produzido por um só dos grandes crimes de colarinho branco (falências fraudulentas, sonegações fiscais, evasão de divisas etc.) supere de mil vezes o somatório de todos os roubos e furtos: nossa figura do ladrão não é um banqueiro desonesto sentado em seu escritório, e sim o assaltante ou mesmo o ventanista. Os intelectuais dessas elites conservadoras, ao invés da grosseria de campanhas de lei e ordem (que ficam por conta de parlamentares financiados pela direita), esmeram-se em questionar o cruzamento sempre problemático de variáveis econômicas (desemprego, valor real do salário etc.) com as estatísticas criminais, no esforço absurdo de desvincular o crime do social, e reduzi-lo a



Nilo: mecanismos históricos e econômicos

um episódio religioso ou moral. Esquecem-se de que, para além dos empecilhos metodológicos, para além da viabilidade, já percebida em países centrais, de uma "criminalidade da abundância", o estudo de casos – como assinalam Figueiredo Dias e Anabela Rodrigues – conduz invariavelmente à conclusão de que "os delinquentes provêm na verdade, numa percentagem largamente dominante, dos estratos sociais economicamente mais desfavorecidos; e aquela percentagem torna-se ainda maior se se tomarem em conta apenas as infrações de caráter patrimonial tradicionais". A construção social do delinquente se subordina a sua origem de classe, mas o sistema penal – caracterizado na América Latina, como consta do relatório Zaffaroni para o Instituto Interamericano de Direitos Humanos, pela *seletividade, repressividade e estigmatização* – se encarrega de disfarçá-lo: o expediente é proclamar, que as pessoas são punidas pelo que fazem e não pelo que são, ainda que baste visitar uma penitenciária para convencer-se do contrário.

Gimbernat Ordeig, um notável professor espanhol, lembrou certa ocasião que a penitenciária é alguma coisa tão apta para resolver a questão da criminalidade quanto o hospital para solucionar a saúde pública. Não existe solução policial para a grave questão da violência urbana, ainda que toquem à instituição policial importantes funções. Um governo que aposte na solução policial está apenas honrando seus compromissos com as elites conservadoras e com um sistema econômico iníquo, o qual – a exemplo da quadrilha – subjuga e se aproveita das populações marginalizadas, seu "exército de reserva" regulador do menor salário mínimo do mundo. Quando isso ocorre, podemos dizer que a quadrilha está no poder. ●

\* Ex-presidente da OAB-RJ, ex-secretário de Estado da Polícia Civil, ex-promotor de Justiça, advogado criminal, professor de Direito Penal da PUC-RJ.

# Morar é preciso

Invasões de terrenos por pessoas sem moradia expuseram, de forma chocante, as dramáticas condições de vida de grande parte da população

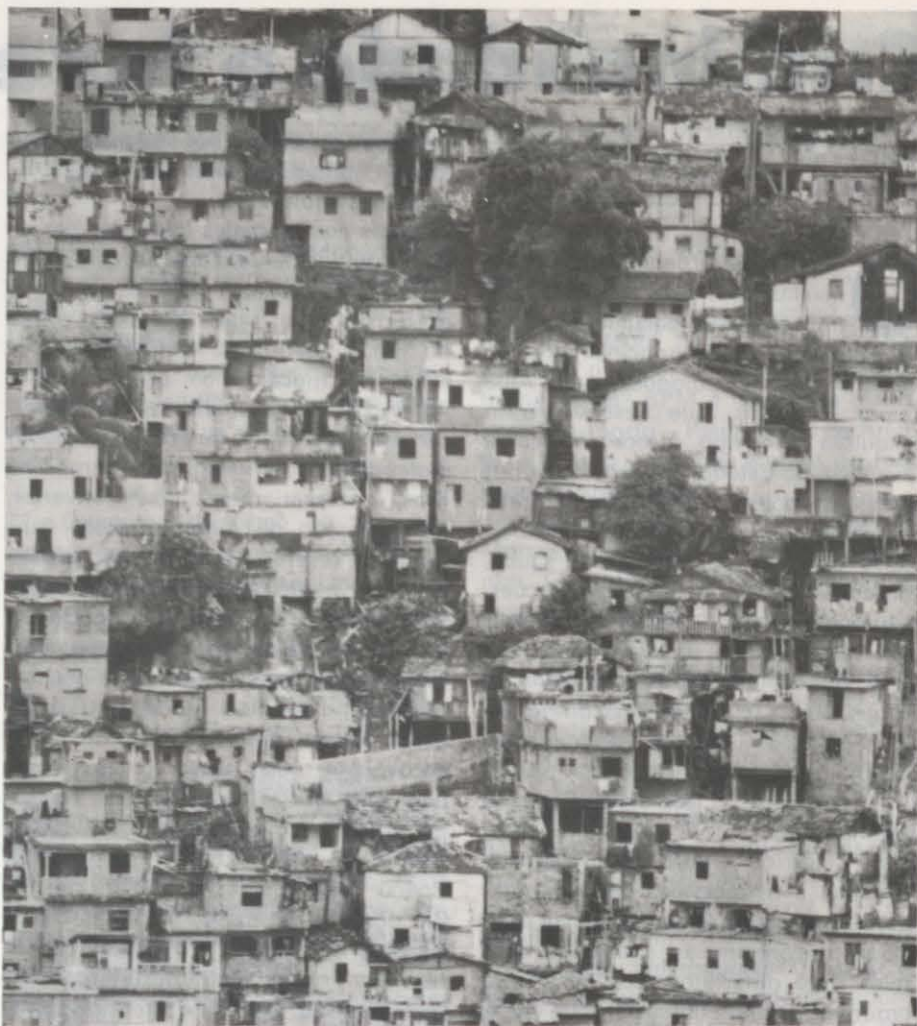
Lenin Novaes

**S**ão legítimas as ocupações de terras. Por que são legítimas e por que a Famerj apóia? Porque o povo está desprovido de uma política habitacional. O povo brasileiro não tem condições de uma vida adequada. A política do governo é toda voltada para os grandes monopólios, no campo e na cidade. Existe desemprego e quem trabalha enfrenta violento arrocho salarial. O povo não tem condições de pagar 350% de aumento de prestação da casa própria ou de aluguel. O povo não vê ser construída, através do seu dinheiro, principalmente do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, nenhuma casa popular. O que o povo vê é a construção de habitações de luxo no país, como, particularmente, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Não existe política habitacional no Brasil. Moradia é um barril de pólvora".

O desabafo, em entrevista a **terceiro mundo** é do presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro-Famerj, Almir Paulo de Lima, ao denunciar as causas das invasões de terrenos por famílias desesperadas ante a subida de aluguéis.

## Morar, uma das incertezas da vida

Segundo Almir Paulo de Lima, habitação é tão importante quanto a saúde e educação, mas, no Brasil, essas questões sociais são problemas crônicos. O líder dos mutuários diz ainda que "é preciso desenvolver, com urgência, um projeto de moradias populares para famílias de baixa renda, sob pena de sé-



A passagem do barraco à alvenaria pouco altera as condições sociais hostis

rias consequências".

No entanto, ele entende que só virá solução com mudança do sistema político, pois "o grave problema habitacional está intimamente ligado à estrutura capitalista e, então, não será resolvido, se a política é para multiplicar o capital. De forma que a luta maior do povo brasileiro tem que ser de transformação dessa sociedade capitalista por uma sociedade socialista. Somente assim haverá justiça, com igualdade entre os homens", afirma.

Dando assistência a 2,5 milhões de favelados no Grande Rio, a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro-Faferj, que completou 25 anos de luta no início de julho, também dá total apoio às ocupações de terras. O presidente da entidade, Irineu Guimarães, diz, no entanto, que "a Fa-

ferj não concorda com as invasões de áreas públicas destinadas à construção de colégios e hospitais, e é a favor de que se ocupem terras do estado e do município do Rio de Janeiro, que não tenham propostas de atender aos anseios do povo."

## Questão explosiva

Tanto Almir Paulo, da Famerj, quanto Irineu Guimarães, da Faferj, concordam que "a situação habitacional está insuportável, pois chegou ao limite máximo". Desde as chuvas de fevereiro último centenas de famílias que perderam casas ainda estão morando com parentes e amigos, ou alojadas em colégios, Cieps inacabados e até quadras de escolas de samba. Os flagelados estão como mortos-vivos, observa o líder





Salários baixos, desemprego, aluguéis altos geraram invasão de terrenos, como esta, interrompida pela polícia (Rio, junho)

comunitário Almir Paulo.

Ainda segundo os dois líderes comunitários, o Programa Emergencial de Habitação e Reassentamento de População de Risco, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Rio, foi criado depois da morte de centenas de pessoas, nas chuvas de fevereiro deste ano, mas não vai realmente atender às famílias necessitadas que moram em áreas de perigo, nos morros e favelas.

— A Famerj — diz Almir Paulo — faz críticas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em relação às ocupações de terra. Aquela instituição tentou colocar para a opinião pública e ao conjunto das associações de moradores que o maior responsável pelas invasões de terrenos no Rio era a Famerj. A direção daquela secretaria esqueceu-se, por razões óbvias, de que a irresponsabilidade é do governo, que desmoralizou a moratória, as reformas ur-

banas, agrária e tributária, além da proposta de tentativa de congelamento de preços.

Ele denuncia a existência de “cooptação pelo governo de algumas lideranças comunitárias”, numa tentativa de dividir o movimento popular, os bairros e, assim, aniquilar a luta dos moradores. A Famerj apoiou e continua apoiando as invasões de terrenos, afirma o presidente da entidade, “pois o povo vive em total miséria, e a ocupação de terras foi uma decisão do 3º Congresso da Famerj”.

#### Solução à vista?

Para Irineu Guimarães, da Famerj, a legalização das favelas poderá vir com o direito de usucapião, a partir do quinto ano de ocupação, aprovado no primeiro turno da Constituinte. É uma solução à vista? Difícil acreditar, pois isso, mesmo

aprovado, dependerá da boa vontade dos governantes. “Com o novo direito do usucapião — observa o líder dos favelados —, as favelas poderão ser transformadas em verdadeiros bairros proletários, com assistência e serviços públicos”.

Frustrado com a aprovação de um projeto de reforma agrária que considera insuficiente, Irineu Guimarães diz que “precisamos continuar a luta por uma verdadeira reforma agrária, porque, no dia que conseguirmos, não haverá mais fome. Poderemos exportar, inclusive, muitos alimentos. Crime é o Brasil ser a oitava economia do mundo, mas ter milhões de pessoas passando fome e muitas famílias sem ter onde morar. É preciso criar uma grande unidade nacional, democrática e popular para acabar com os exploradores do nosso país. Só assim, a riqueza do Brasil vai fazer a felicidade do povo”.

# A guerra civil no meio rural

O campo brasileiro aprofunda a cada dia os conflitos entre grandes proprietários e as massas dos sem-terra, estas em desvantagem diante do poder daqueles, que confessam possuir um arsenal de 70 mil armas para impedir reformas

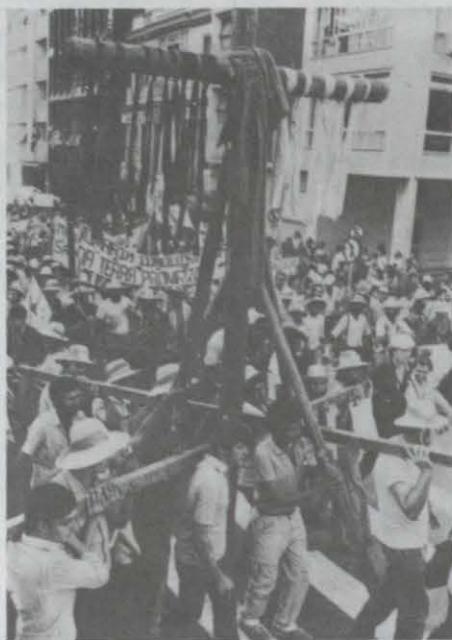
Memélia Moreira

**E**les formam um contingente populacional de 12 milhões de famílias. Estão distribuídos por todas as unidades da federação, vivendo numa verdadeira guerra civil, na qual enfrentam pistoleiros, milícias mercenárias, oficiais de justiça, polícia estadual. Eles são os lavradores brasileiros, muitas vezes chamados de posseiros, invasores, bóias-frias.

Nessa guerra, estão sempre em desvantagem. O inimigo é poderoso e pode contar com capital suficiente para alugar aviões ou permanecer em absoluta impunidade, mesmo quando os crimes são comprovados. Estes inimigos podem também eleger uma bancada para a Assembleia Nacional Constituinte e desafiar as autoridades constitucionais. São os fazendeiros, latifundiários que, em suas origens, começaram suas atividades como grileiros das terras públicas.

O levantamento dos mortos dessa guerra civil é recente. Começou a ser feito, sistematicamente, a partir de 1964 pela Confederação Nacional da Agricultura-Contag e Comissão Pastoral da Terra-CPT, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. Apesar de recente, a estatística mostra que os trabalhadores rurais brasileiros jamais contaram com o apoio das autoridades, e quem se atreve a se aliar aos lavradores pode ter o mesmo destino: a morte por encomenda, sempre de tocaia e, sem exceção, o prêmio da impunidade.

Embora recente o levantamento, ele encerra um resultado aterrador: em 20 anos (1964-1984), foram assassinadas no Brasil 803 pessoas, lavradores, dirigentes sindicais, advogados de sindicatos e religiosos. Em quatro anos, de 1985 a abril de 1988, são 535 assassinatos. 1985 foi o ano de criação da União Democrática Ruralista-UDR, presidida



Lavradores gaúchos levam o protesto

pelo pecuarista goiano Ronaldo Caiado, formado em medicina, com cursos de especialização na Europa, uma boa equipe de comunicação pessoal e guarda-coostas pessoais, além de títulos (contestados) de três fazendas, 60 hectares de terra. Ele circula com desenvoltura no plenário da Assembleia Nacional Constituinte e, após cada vitória, comemora nas galerias do Congresso, onde, por regimento interno, é proibida qualquer manifestação.

## Objetivos

A guerra tem como principal objetivo a disputa pela terra e as características assumidas hoje diferem bastante do passado, no final dos anos 50, início dos anos 60. A mudança de qualidade deve-se, sobretudo, à militarização da questão agrária no Brasil. Ela recrudescer nos anos finais do regime implantado no país em 1964, embora tenha sido implantada desde o início desse regime.

Diz o professor José de Souza Mar-

tins, da Universidade de São Paulo e especialista nas questões agrárias, que "o golpe de 1964, articulado pelos militares e pelos grandes empresários, teve, entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais que, pela primeira vez em sua história, ingressavam maciçamente no cenário político".

E, logo depois de assumir o governo, o marechal Castello Branco, primeiro presidente do ciclo militar, enviou ao Congresso um projeto elaborado por empresários e militares, o Estatuto da Terra, aprovado em 30 de novembro de 1964. Apesar do Estatuto em vigor, o governo, entre 1965 e 1981, baixou apenas 124 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Isso significa que ocorreram oito desapropriações por ano, enquanto o número de conflitos, no mesmo período, atingiu a marca de 70, anualmente.

Além disso, o marechal Castello Branco revogou um dispositivo constitucional, obrigando ao pagamento das terras desapropriadas em dinheiro e previamente. A revogação tornou impraticável a reforma agrária no Brasil e permanece no atual texto da Constituinte, que está sendo submetido ao segundo turno de votação.

O tratamento dado pelos demais militares que sucederam Castello foi diferente e, durante o governo do general Garrastazu Médici (1969-1975), a reforma agrária idealizada até mesmo pelo Estatuto da Terra já estava completamente fora de seus trilhos. Ele, para resolver os conflitos que cresciam a cada ano, decidiu desapropriar os 100 quilômetros das laterais de rodovias federais. Para lá seriam transferidos os sem-terra. A tarefa foi entregue ao Conselho de Segurança Nacional e, embora a propaganda da época falasse em reforma agrária, na verdade essa foi uma tentativa de colonização da Amazônia Legal, projeto que se frustrou, antes mesmo

de se concluírem os trabalhos de construção das rodovias federais, marca do governo Médici.

Seu sucessor, general Ernesto Geisel, transfigurou completamente o Estatuto da Terra, e a política agrária passou a obedecer aos critérios da política econômica, na defesa dos interesses dos grandes grupos empresariais. Ao mesmo tempo, perdiam força as velhas oligarquias dos "barões da terra", concentrados no Nordeste.

Foi o governo do general Geisel quem redefiniu a política fundiária – diz o professor Martins – "em favor das grandes empresas capitalistas, geralmente industriais, comerciais e bancárias".

Mas, se os barões da terra, os "coronéis", perdiam força para o grande empresariado, os lavradores reiniciavam a luta pela terra, organizavam-se em sindicatos e partiam para a ofensiva. Apesar da intensa repressão, os conflitos e ocupação dos grandes latifúndios cresceram, agora envolvendo não apenas os trabalhadores rurais, mas também os índios, cujos territórios estavam sendo sistematicamente invadidos.

O crescimento dos conflitos obrigou a Contag e, depois, a Igreja, a se manifestarem com mais preocupação.

Enquanto o governo saía em busca dos acordos para defender os latifundiários, seus aliados na manutenção do poder, esses proprietários se fortaleceram e se organizaram no primeiro ano da Nova República, quando foi elaborado o I Plano Nacional da Reforma Agrária-PNRA.

#### Leilões e Armas

A UDR surge em maio de 1985, logo depois que o presidente José Sarney lançou o PNRA, num congresso de lavradores promovido pela Contag. A resistência ao plano foi imediata e, ao contrário do que possa parecer, o centro de resistência ao plano não estava no velho e famoso latifúndio nordestino, um modelo de atraso e exploração. A repulsa ao PNRA manifestava-se mais em São Paulo, onde se concentra a agricultura mais avançada do país.

A iniciativa de criação da UDR coube aos pecuaristas de Goiás. Sob a lideran-



Dedos, mãos, braços: os mutilados do campo atestam situações de horror (Coité – BA)

ça de Ronaldo Caiado, herdeiro de uma das mais famosas – pelo poder político e violência – oligarquias de Goiás, os pecuaristas hoje filiados à UDR ultrapassam a casa de 30 mil, representando 13 estados da federação, entre eles, Goiás, Maranhão, Pará, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Bahia, Espírito Santo, Paraná e Distrito Federal, onde é dirigida pelo médico goiano, ginecologista, Vasco Rodrigues da Cunha, que também dirige um hospital da Golden Cross em Brasília.

"Hoje, já podemos afirmar que, realmente, compramos armas com o dinheiro dos leilões. No primeiro, em Goiânia, adquirimos 1.636 armas. Com o segundo, em Presidente Prudente, São Paulo, adquirimos mais 2.430 armas, e aí proliferaram as regionais da UDR. Atualmente, temos mais ou menos 70 mil armas, representando a cabeça de cada homem da UDR, homens que deixaram de ser omissos na História do Brasil".

A organização, além de se constituir em força militar palarela, atua também por vias legais e comemoraram ruidosamente sua vitória com a aprovação do primeiro texto da Constituinte. Por 13 votos a menos do exigido (para aprovar um texto na Constituinte, é necessário um mínimo de 280 votos), os parlamentares progressistas sofreram a grande derrota na questão da reforma agrária, quando foi aprovado o seguinte texto: "São insusceptíveis de desapropriação para a reforma agrária a pequena e média propriedade e a propriedade produtiva".

Deixar as chamadas propriedades produtivas livres de desapropriação era o principal objetivo dos integrantes da UDR, porque os critérios de produtividade no Brasil variam desde a plantação de capim à construção de um barraco de madeira e um curral com três ou quatro bois.

Além disso, o novo texto constitucional não prevê um limite máximo para as propriedades particulares ou empresas rurais. Em relação ao Estatuto da Terra, de 1964, o texto aprovado deu alguns passos atrás e líderes sindicais, congressistas, sociólogos, e até mesmo parlamentares que defendem os latifundiários, acreditam que possa ocorrer um grande derramamento de sangue no campo brasileiro, a partir do segundo semestre.

#### Novos conflitos

"Perdemos uma das últimas oportunidades de promover uma reforma agrária capitalista e burguesa, e apenas reforma". A frase foi dita pelo presidente da Contag, José Francisco da Silva, logo após a votação do primeiro texto constitucional.

Homem moderado, ele acredita, entretanto, que os conflitos se multiplicarão, e o que poderia ser apenas uma reforma agrária poderá se estender ao meio urbano, para onde fogem os camponeses expulsos da terra. E os que permanecerem no meio rural responderão aos assassinatos de seus líderes com mais violência do que tem sido até agora. ●

## O cerco fechou

□ Em 25 de abril de 1986, esta repórter recebeu um bilhete, cuja resposta jamais chegou a seu destinatário: "Maninha, parece que o cerco fechou, mas a causa é justa".

O autor dessas palavras era o sacerdote Josimo, assassinado 15 dias depois em Imperatriz, no Maranhão, por um jagunço dos proprietários de terras do norte de Goiás. Dias antes do bilhete chegar, o padre Josimo, de 33 anos, sofrera um atentado. Seu matador errou o tiro, mas o padre sabia que seus dias estavam contados. O pistoleiro foi condenado, mas os mandantes continuam em liberdade, embora na cidade de Augustinópolis, todos conheçam seus nomes e endereços.

A história do padre Josimo poderia ter sido escrita por Gabriel García Márquez: é a verdadeira "Crônica da Morte Anunciada". Ele é um dos inúmeros exemplos de assassinatos praticados no meio rural.

De 1964 a abril de 1988 foram mortos por questões de terra, no Brasil, 1.338 pessoas. Dessas, 803 foram assassinadas entre 1964 a meio de 1985, um período de 21 anos, e outras 535 entre maio de 1985 - data de criação da UDR - a abril de 1988, num período de apenas três anos.

O caso exemplar de 1964 foi o de João Alfredo, morto em 29 de agosto. Líder das Ligas Camponesas em Sapé (Paraíba), ele foi morto depois de ser preso pelas autoridades militares do estado. Em 1965, essas mesmas autoridades mataram Silvano Soares dos Santos, no Rio Grande do Sul. Com 19 anos, Silvano participou da "Operação Três Passos", comandada pelo coronel Jefferson Cardim. Foi preso e jogado do segundo andar do Batalhão de Fronteiras.

Outro líder das Ligas Camponesas foi assassinado em 1971. Mariano



Padre Josimo: a causa justa do sem-terra

Joaquim da Silva, de 42 anos, foi preso e desapareceu na casa de torturas em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. Em 1973, foi a vez de José Porfirio de Souza, remanescente da luta de Trombas e Formoso, em Goiás. Integra até hoje a lista de desaparecidos, depois de ter sido preso e solto pelo governo.

Em 1982, o advogado do lavradores, Gabriel Pimenta, foi assassinado a tiros, em Marabá. Ele recebera ameaças de morte do fazendeiro Manoel Cardoso Neto, conhecido por "Nelito" e irmão do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. Seus assassinos e mandantes continuam impunes.

Exemplo da militarização agrária, e que terminou em morte de outro líder rural, é o caso do camponês Raimundo Ferreira Lima, conhecido por Gringo. Aconteceu em 29 de maio de 1980. Gringo era candidato à presidência do sindicato rural de Conceição do Araguaia, Pará, e foi morto a tiros em Araguaína, Goiás. Seu mais ferrenho inimigo era o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido por "Major Currió" e que combateu a guerrilha do Araguaia nos anos 70. A chapa de Gringo foi vitoriosa, mas o major

Currió anulou a eleição e entregou o sindicato a Bertoldo Siqueira, candidato da chapa 1. O principal suspeito da morte de Gringo é o pistoleiro José Antonio, capataz da Fazenda Vale Formoso.

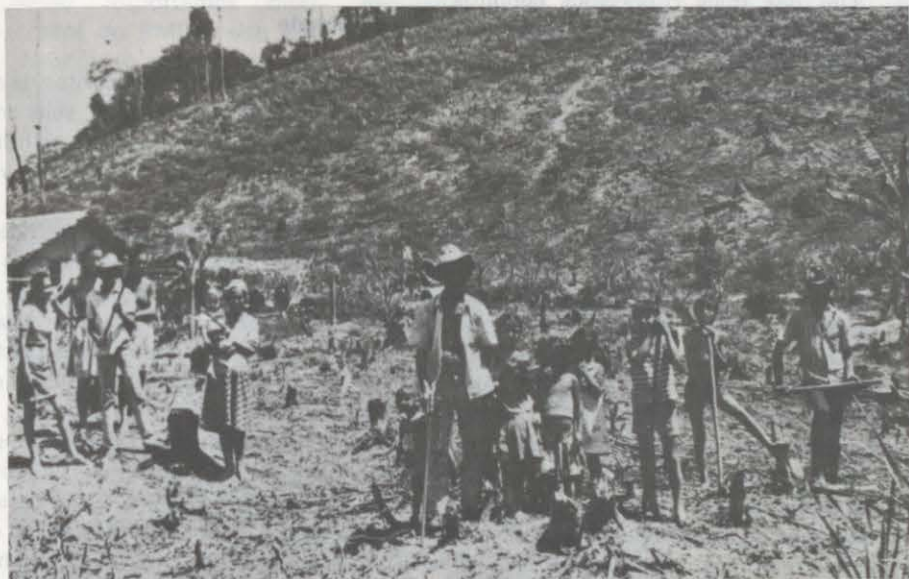
Entre as mortes de líderes sindicais, registra-se também a de Margarida Maria Alves, assassinada na porta de sua casa, em 12 de agosto de 1983, em Alagoa Grande, Paraíba. Na ocasião, ela estava lutando pelos direitos de lavradores que trabalhavam na Usina Várzea Grande. No dia seis de julho deste ano, o júri popular absolveu o autor dos disparos contra Margarida, o fazendeiro Antonio Carlos Coutinho Régis, 30 anos.

Durante o julgamento, a PM local reprimiu as manifestações dos lavradores, que, durante 13 horas do lado de fora do fórum, exigiam a condenação de Régis e dos co-autores do crime.

Estes são casos exemplares de mortos na luta pela terra, cuja estatística é a seguinte: 1964 - 12 mortos; 1965 - cinco mortos; 1966 - oito mortos; 1967 - nove mortos; 1968 - três assassinatos; 1969 - dois; 1970 - nove (ano de eleição); 1971 - 16; 1972 - 19; 1973 - 27; 1974 - 20 (ano de eleição); 1975 - 38, liderando o Pará e o Maranhão; 1976 - 46; 1977 - 129 (a liderança ficou com a Bahia); 1978 - 42 (ano de eleição); 1979 - 66; 1980 - 89; 1981 - 128 (início da militarização da questão agrária); 1982 - 58 (ano de eleição); 1983 - 92; 1984 - 137; 1985 - 251; 1986 - 137 (ano de eleição); 1987 - 154; e até abril de 1988, 40 assassinatos por questões de terra, numa média de dez casos mensais.

Os dados são da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão ligado à igreja.

# Das capitânicas aos latifúndios



O posseiro ocupa a terra para produzir, mas a letra da lei lhe tem sido implacável

O Último presidente do extinto Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, na Velha República, Paulo Yokota, costumava explicar todos os conflitos de terra no Brasil por uma característica histórica e cultural do país.

A qualquer pergunta feita pelos repórteres, Yokota respondia que "tudo começou com as capitânicas hereditárias". É bem verdade que a Coroa portuguesa iniciou o processo de concentração de terras, criando as capitânicas hereditárias em 1530, destinando-as aos donatários, que passavam o controle das terras a seus herdeiros. Mas, estas capitânicas duraram até o século XVIII e, em número de 14, elas eram obrigadas a obedecer às linhas do Tratado de Tordesilhas.

Mais tarde, em 1774, o português Luís dos Santos Vilhena apresentou aos reis de Portugal a Lei Agrária, onde se colocou terminantemente contra a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Algumas de suas observações são mais avançadas do que o texto sobre terras aprovado pela Constituinte em 1988, isto é, 214 anos depois

das sugestões reformistas de Vilhena.

Suas recomendações aos reis de Portugal se resumiam, basicamente, a dois pontos: "que razoavelmente não se dessem terras a uma pessoa que não as possa aproveitar" e que "se as pessoas, a quem forem dadas as sesmarias, não as aproveitarem no tempo determinado, as terras seriam dadas a outros, para que estes as aproveitassem". Ou seja, estabelecia um módulo máximo e evitava a concentração de terras.

## Incentivos

Herdeiros mesmo longínquos dos donatários, os latifundiários do Brasil, até a década de 50, se concentravam sobretudo no Nordeste e em Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Foi a partir de 1966, dois anos depois de instalado o ciclo dos governos militares, que se espalharam os latifundistas pela Amazônia, sobretudo nas regiões do sudoeste maranhense, norte de Goiás e sul do Pará, áreas que, na época, eram conhecidas como "novas fronteiras agrícolas".

A lei de incentivos fiscais pretendia

estimular empresários do sul do país a investir na Amazônia. Com isso, eles teriam formidáveis abatimentos no Imposto de Renda e só precisavam pagar a terra dez anos depois, mesmo assim, se essas terras estivessem dando lucros.

Essa política deu início aos grandes conflitos, que estão marcando os últimos 28 anos da História do Brasil e que hoje assume características de uma espécie de guerra civil.

Foi preciso abafar o surgimento de uma nova consciência no meio rural, e o governo do general João Batista Figueiredo, o último do ciclo ditatorial, militarizou totalmente o tratamento da questão agrária no Brasil.

O governo sentia a necessidade de proteger os grandes proprietários de terra, mesmo que seus títulos se constituíssem em produto da "química dos cartórios", processo de falsificação, pelo qual alguns grileiros *comprovam* que as terras pertencem às suas famílias desde antes do século XX.

## O judiciário

Mesmo a militarização do problema agrário não limitou a ação dos lavradores em conquistar terras, que vinham ocupando há mais de 20, 30 anos. Com a vitória da Aliança Democrática, em janeiro de 1985, o presidente eleito, Tancredo Neves, criou o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário-Mirad.

Jáder Barbalho. Nestes 40 meses, o ministério de Reforma Agrária distribuiu apenas quatro milhões 114 mil hectares, quando a meta inicial era a desapropriação de dez milhões, mesmo assim ainda insuficientes para resolver o problema dos 12 milhões de famílias (mais de 40 milhões de pessoas) sem terra.

O Mirad, apesar das pressões sofridas pelo governo, conseguiu desapropriar algumas áreas de grandes conflitos, mas enfrenta um forte adversário: o poder judiciário que, no julgamento de recursos impetrados pelos grandes fazendeiros contra as desapropriações, raramente se manifesta a favor dos lavradores.

M.M.

## Conflitos da história recente

**H**á hoje, no Brasil, mais de mil conflitos pela posse de terra. Alguns se encontram em fase latente e outros em luta aberta, com lavradores, pistoleiros e proprietários armados. Os lavradores, por suas condições financeiras, possuem armas menos sofisticadas e só eliminam os inimigos, quando conseguem reunir um grupo de mais de dez homens para a tocaia contra os latifundiários e seus agentes.

Embora o conflito no meio rural persista há mais de dois séculos, eles se transformaram em principais manchetes de jornais a partir do momento em que a censura atingiu o noticiário da política partidária. Sem outra saída, a imprensa brasileira passou a noticiar a ocupação da Amazônia pelo capital estrangeiro, pelos empresários do sul do país e pelos nordestinos que fugiam dos latifundiários de seus estados. No princípio, essas notícias não eram consideradas, nem pelos grandes proprietários, nem mesmo pelo governo. Foi só a partir do final dos anos 70, que as reportagens sobre o meio rural começaram a preocupar as autoridades, os proprietários e, principalmente, os empresários de comunicação, sobretudo a família Mesquita, dona do jornal "O Estado de São Paulo".

O noticiário arrefeceu com as eleições diretas para os governos estaduais, em 1982, enquanto na Amazônia crescia o número de assassinatos na disputa pela terra.

### Precursor

O precursor dos conflitos de terra no Brasil foi o Maranhão. Lá, no século XVII, Beckman, um judeu holandês, proprietário de terras, revoltou-se, ante o tratamento dado aos lavradores por seus amigos proprietários, e escreveu para Portugal, denunciando o trabalho escravo dos camponeses. Ele foi punido por isso e iniciou um movimento rebelde, conhecido como "revolução de Bequimão".

O Maranhão disputa com o Pará, Goiás e Bahia a estatística dos conflitos. E estes quatro estados lideram também,

cada ano um, a estatística de assassinatos.

Um dos mais conhecidos conflitos dos anos 80 aconteceu no sul do Pará, distrito de São Geraldo do Araguaia, hoje município de Xinguara. Foi no dia 10 de agosto, quando 13 lavradores, ameaçados de expulsão da terra, emboscaram um carro oficial, no qual viajavam agentes do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins-Getat, vinculado ao Conselho de Segurança Nacional, além de um agente da Polícia Federal e o pistoleiro Luís Trindade.

Morreu apenas o pistoleiro, e os 13 lavradores e mais dois sacerdotes (Aristides Camio e François Gouriou) foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Os primeiros, por terem praticado a emboscada; os missionários, sob a acusação de incentivar a luta de classes.

Nem o Getat, nem o general Danilo Venturini, então secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional e ministro do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários-Meaf, explicaram a presença do pistoleiro em companhia dos agentes do governo, numa tarefa de expulsão de lavradores da terra. O processo se encontra atualmente no Supremo Tribunal Federal, onde o advogado Luís Eduardo Greenhalg quer não apenas a absolvição final dos missionários, mas o reconhecimento de sua inocência. Todos os acusados permaneceram na prisão por mais de dois anos e foram beneficiados pela nova Lei de

Segurança Nacional, aprovada pelo Congresso em dezembro de 1983.

### Impunidade

A impunidade dos mandantes de assassinatos contra lavradores, seus líderes e aliados, é uma constante na história dos conflitos. Nem mesmo o espírito de corporação prevalece.

Até hoje, os assassinos do advogado Eugênio Lira, morto a tiros no centro da cidade de Santa Maria da Vitória, na Bahia, em 1977, estão soltos. Os sete acusados – seis fazendeiros e um pistoleiro – receberam *habeas corpus* em 1980.

Os conflitos abertos ocorrem sempre na mesma época: quando os lavradores começam a preparar a terra para o plantio. Na Amazônia, é a época da seca, que se estende de junho a setembro. Outra característica dos conflitos é que eles se reduzem nos anos de eleições, quando os políticos preferem acalmar seus principais sustentáculos econômicos – os fazendeiros – e são suspensas as ações de despejo feitas pelas polícias militares estaduais. O quadro demonstrativo dos assassinatos e despejos mostra a vinculação direta entre o ano eleitoral e a trégua, na guerra civil do campo brasileiro.

M.M.

Fotos: Agência Globo, 1/5/11; O Dia, 2/3/4; Cláudio Edinger, 6; Agência JB, 7; Hélio Santos, 8; Luiz Abreu, 9; Sind.Trab.Rur.Conceição do Coité/BA, 10; Walter Santos, 12; Luiz Alves, 13



É crescente a mobilização dos lavradores por seu direito à terra (Bico do Papagaio, GO)

## Nasceu o Tucano

Surge na transição o PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira -, reunindo importantes dissidentes do PMDB, sob a liderança do senador paulista Mário Covas, presidente da nova legenda e já apontado pelos correligionários como candidato à presidência da

Paulo Bisol (RS), José Ignacio Ferreira (ES) e Pompeu de Souza (DF); entre seus deputados estão, entre outros, Ana Maria Rattes (RJ), Artur da Távola (RJ), Carlos Cotta (MG), Euclides Scalco (PR), Haroldo Sabóia (MA), Hermes Zanetti (RS), José Costa (AL), José Serra (SP),



Covas: briga para manter a herança histórica e eleitoral do PMDB

República. O partido tem como símbolo o tucano e nasceu com a força de terceira bancada na Constituinte, com 42 deputados e oito senadores.

O PSDB vai disputar as próximas eleições em vários municípios, mas o senador Mário Covas disse que a tarefa principal agora é organizá-lo. Pois, como disse, "virão outras eleições e o tucano já alçou vôo e é uma alternativa de poder". Pela soma dos votos obtidos pelos integrantes do novo partido nas eleições passadas, eles detêm 20% do total do eleitorado brasileiro, ou seja: 21 milhões 180 mil 815 votos.

Integram o PSDB os senadores Fernando Henrique Cardoso (SP), José Richa (PR), Mário Covas (SP), Chagas Rodrigues (PI), Afonso Arinos (RJ), José

Pimenta da Veiga (MG), Sigmaringa Seixas (DF), Moema São Thiago (CE), Jaime Santana (MA), Paulo Silva (PI), Cristina Tavares (PE), Caio Pompeu de Toledo (SP), Ronaldo César Coelho (RJ), Tutu Quadros (SP) e Bete Azize (AM). •

## Asilo para Abule, o sul-africano

Numa decisão que teve tramitação-relâmpago, foi resolvido o caso do negro sul-africano Abule Magassi, de 26 anos: tornou-se o primeiro sul-africano a obter asilo político no Brasil, depois de entrar clandestinamente no país, pela Bahia, dia 8 de junho, a bordo do navio *Giorvas*, de bandeira cipriota e procedente da Guiné Bissau. A solicitação de asilo foi encaminhada pelo governador baia-

## Stevia adoça saúde

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, propôs reserva de mercado para a stevia, adoçante, sem efeitos colaterais, extraído das folhas de um arbusto. A proposta do ministro não se baseia no fator saúde, mas, no econômico: a stevia é 100% nacional, enquanto a sacarina, o ciclamato e o aspartame têm componentes importados, o que onera a balança comercial.

Para o consumidor, entretanto, mais que o preço importa a saúde, e por isso a stevia deveria dominar o mercado desde já. Isto, porque, nos Estados Unidos, a venda do ciclamato já está proibida; a da sacarina, desaconselhada, e o aspartame - que até bem pouco tempo era recomendado - está sob suspeita de prejuízos à visão e à memória (veja, a propósito, a reportagem "O perigo do aspartame", à p. 39 desta edição).

Mas, apesar dos riscos à saúde, a Coca-Cola pensa em lançar no mercado bra-



Ministro Borges da Silveira

sileiro, ainda este ano, a Diet Coke, a Coca-Cola dietética, adoçada com uma combinação de ciclamato, aspartame e sacarina. Infelizmente para os 10 milhões de diabéticos brasileiros, que aguardam a liberação dos refrigerantes dietéticos, a proposta do ministro da Saúde não tem força de lei. Por enquanto, o único refrigerante dietético à venda no mercado é o Diet Dolly, à base de ciclamato e sacarina. Ele teve sua venda suspensa em São Paulo, no entanto, por falta de higiene no engarrafamento. •

no Waldir Pires.

O guerrilheiro sul-africano disse que fora preso algumas vezes e "barbaramente torturado" pelo regime racista da África do Sul, estando condenado à morte, por enforcamento, se retornar àquele país. Magassi participou de vários conflitos de natureza racial, como integrante do Congresso Nacional Africano-CNA, o movimento que luta contra o regime racista de Pretória.

Abule Magassi, perseguido pelo regime segregacionista da África do Sul, preferiu morar na Bahia, apesar de não descartar a possibilidade de viver em outro estado. Na conversa que manteve com o governador Waldir Pires, ele falou das suas preocupações em conseguir emprego e aprender logo a língua portuguesa. Ele vem obtendo a assistência dos movimentos negros em atuação na Bahia. •

## Consolidação de Urucu



Bacia de Urucu começa a operar com produção de 4 mil barris

Se o mês de maio ficará na lembrança do setor energético brasileiro como aquele em que se registrou um prejuízo imenso, com a perda da plataforma marítima de Enchova consumida

por um incêndio na Bacia de Campos, o mês de junho poderá ficar na história como o momento de consolidação da mais recente bacia petrolífera brasileira, a de Urucu, no Alto Juruá, no

estado do Amazonas.

No período de um ano de trabalhos bem-sucedidos, a Petrobrás continua tendo surpresas agradáveis em Urucu, confirmando a extensão das jazidas petrolíferas da região, que garantem a exploração rentável. Neste mês de julho, começará a operação comercial de Urucu, de onde sairão, inicialmente, cerca de quatro mil barris diários de petróleo, em direção à refinaria de Manaus. Balsas levarão o óleo do campo produtor até o rio Solimões, navegando pelo Urucu. Do Solimões a Manaus, o produto irá em pequenos petroleiros.

O potencial da Bacia do Urucu, que abre a exploração petrolífera na Amazônia, estende-se também às reservas de gás, avaliadas em 150 bilhões de metros cúbicos.

## Solto o mandante

Continua solto pelas ruas do município de Tabatinga, na fronteira com o Peru, o acusado de mandante da chacina dos ticunas, comunidade indígena do alto Solimões, em maio último. O principal suspeito, o madeireiro Oscar Castelo Branco, conta, para continuar livre, com a indecisão da burocracia, pois a Polícia Federal pretende transferir o caso para a Justiça, sob a alegação de que a morte de quatro ticunas e o desaparecimento de outros onze ocorreram fora da reserva indígena.

O "Caso Bruna" - a menina brasileira sequestrada em Curitiba e vendida a um casal israelense - comoveu o país e abriu um amplo debate sobre o tráfico de bebês, revelando que o Brasil já é conhecido na Europa como o maior "exportador" mundial de crianças.

Das seis mil adotadas por estrangeiros, cerca de 3.800 delas o foram de forma clandestina, segundo estimativa da Polícia Federal. Israel, por sua vez, é o país recordista em adoções de estrangeiros, calculando-se que para lá seguiram mais de três mil bebês brasileiros, muitos dos quais através de processos de adoção aparentemente legais.

As quadrilhas de traficantes conseguem obter preços de até 20 mil dólares por criança. A ação criminosa vai desde a compra de

## Tráfico de bebês



O Brasil é conhecido como maior "exportador" mundial de bebês

crianças de mães solteiras e famílias de baixa renda, por preços irrisórios, até ao rapto de bebês em residências e entidades de educação e assistência infantil. "A ex-

portação de crianças, afirmou o senador Pompeu de Souza (PMDB/DF), cobre de vergonha o país inteiro".

Na rota dos brasileiros exportados, Israel tem ape-

nas cerca de 150 crianças adotadas legalmente. Mas, nos últimos cinco anos, estima-se que outros 2 mil entraram naquele país de forma irregular. Quanto ao tráfico para a Alemanha Federal, sabe-se que a maioria dos bebês sai diretamente de Fortaleza.

A chefe de uma das quadrilhas e a que mais sequestrou e vendeu bebês, a falsa advogada Arlete Vítor Honorino Hilu, cumpre pena no presídio feminino de Curitiba, enquanto aguarda julgamento em mais cinco processos por tráfico de crianças, inclusive o do caso Bruna.

No entanto, este tráfico está longe de acabar. Muitas quadrilhas estão esperando "esfriar" a repercussão do "Caso Bruna" para voltar a raptar e negociar bebês brasileiros.



# O "milagre" japonês

Invoca-se o exemplo do Japão mas se escondem as duas grandes alavancas do seu desenvolvimento industrial: protecionismo e compra de patentes

Neiva Moreira

**A**lém dos 80 anos da imigração japonesa, comemorados com direito à simpática presença do príncipe Fumihito, o Japão é, hoje, tema permanente nos nossos meios políticos e de comunicação e uma presença obrigatória nas relações internacionais do Brasil.

Aliás, diga-se de passagem, que estamos levando a sério a previsão de Deng-Xiaoping de que o futuro do mundo passa pelo Pacífico. A visita do presidente Sarney à China, precedido pelos ministros do Exterior, Abreu Sodré, e do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, é, por muitas razões, um acontecimento marcante. Só pensar que um dos motivos alegados da deposição de João Goulart foi receber aqui uma delegação comercial chinesa, cujos membros padeceram durante meses nas prisões da ditadura, pode-se avaliar o significado da presença do presidente da República na China e a importância dos contatos políticos e dos acordos econômicos e tecnológicos realizados. Mas não é só essa iniciativa diplomática que configura nossa abertura à Ásia. Na mesma época, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, estava no Japão, o ministro interino das Relações Exteriores, Paulo de Tarso Flexa de Lima, desembarcava do Iraque e o ex-governador Leonel Brizola chegava de uma viagem à Austrália, cujas instituições políticas e o modelo econômico ele considera merecedores do nosso maior interesse.



O avanço japonês decorreu de políticas estatais. (Foto: primeiro satélite, 1977)

Esse conjunto de viagens, conversações e contatos, do governo à oposição, despertou interesse no país e ainda mais, em algumas capitais como Washington e Moscou, cujos diplomatas devem estar intrigados por essa inesperada "descoberta" do Oriente.

Na verdade, nada mais primário e sem sentido do que se desinteressar pelo que se passa e o que se faz nesse imenso conglomerado de culturas e de nações, que dominam áreas decisivas do mundo.

Conhecer essas realidades é importante e fecundo. E também saber ver e procurar entendê-las corretamente. Temos muito a ganhar com esse conhecimento, sobretudo se dele resultar um intercâmbio de experiências culturais, políticas e econômicas. É necessário, no entanto, não incorrer nos erros de avaliação que, comumente, aparecem nas entrevistas de políticos ou empresários

que regressam daquelas bandas. Ver, por exemplo, alguns "out-doors" publicitários em Pequim e tentar convencer aos outros que a China já virou capitalista seria uma visão apressada e tão distorcida como a que se está apresentando da realidade japonesa. No caso chinês, temos que reconhecer que se trata de um país socialista e dele recolher experiências do mesmo modo que nos beneficiamos das lições do Japão, que é um Estado capitalista.

Naturalmente temos muito o que aprender e admirar de um país que, na guerra, sofreu perdas verdadeiramente catastróficas: 3 milhões de mortos, 40% das zonas urbanas devastadas, perda de 90% da frota, de 75% das refinarias de petróleo e 15% da indústria do aço. Uma em cada família japonesa teve sua habitação destruída ou danificada. Com inteligência, trabalho e tenacidade, baseado em um extraordinário sistema

educativo, o povo japonês construiu um país que, hoje, está à frente das grandes potências na dura disputa pela hegemonia econômica.

E como se concretizou esse salto fenomenal? Um despacho procedente de Tóquio analisando as razões mais profundas desse "milagre", publicado no *Jornal do Brasil*, faz uma observação adequada: "Durante anos, o baixo consumo, o alto nível de poupança individual e a lealdade aos produtos domésticos foram uma regra no Japão. O governo manteve as importações à distância, por causa de um mercado virtualmente fechado".

Mas, certos avalistas do "milagre japonês" desconhecem ou fingem desconhecer como o Japão se transformou, insistindo na tese de que se deve tudo à iniciativa privada e pouco ao Estado. Ora, essa é uma versão parcial da realidade. Foram políticas estatais, investimentos públicos e normas governamentais que criaram as condições para o "milagre".

Li recentemente na revista "Comércio Exterior", do México, um lúcido e documentado estudo do professor Antonio Gutiérrez Pérez, da faculdade de economia da Universidade Nacional daquele país, que nos dá uma radiografia objetiva do processo de transformação do Japão.

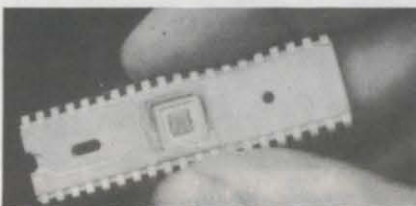
Ele enumera os elementos fundamentais da "ocidentalização" do Japão: "A Constituição de 1946, a Reforma Agrária do mesmo ano, que produziu a ruptura da ordem agrária japonesa (em um período de seis anos, dois milhões de hectares - 90% da terra - eram já propriedade de quem nelas trabalham), além da reforma financeira, da reestruturação do sistema bancário, do mercado de trabalho e das organizações sindicais e a reconstrução do setor industrial".

"Todo esse vasto conjunto de reformas estruturais assentou as bases do posterior crescimento econômico do Japão", diz o mestre da Unam. Mas a chave desse resultado está num princípio básico: como a Inglaterra, o Japão é profundamente marcado pelo mar, "porém à diferença

da Grã-Bretanha, que construiu o seu poderio à luz do livre comércio, o Japão edificou o seu sob o protecionismo e o temor da dependência do exterior", acrescenta.

Os resultados dessa política, em que o Estado foi fator determinante, são conhecidos: o Japão passou de 4% do Produto Interno Bruto dos Estados Unidos, em 1950, para os atuais 33% e de 10% dos países da Comunidade Econômica Européia para os 50% de hoje. Entre os 500 maiores do mundo, figuram 72 empresas e 63 bancos japoneses. O déficit da balança comercial dos Estados Unidos com o Japão está em torno de 60 bilhões de dólares, com um enorme crescimento dos investimentos japoneses naquele país, inclusive em setores estratégicos.

No Brasil se trava, no momento, uma discussão sobre o desenvolvi-



Informática: a reserva desenvolveu

mento tecnológico. O imenso aparato dos meios de comunicação, quase todo ligado aos setores mais conservadores do empresariado, inclusive do capital estrangeiro, se empenha em "abrir as portas" à tecnologia de fora, sempre atadas à presença das transnacionais. No campo da informática a batalha, dura e difícil, está longe de já ter sido vencida pela empresa nacional, embora alguns avanços tenham sido registrados. O mesmo ocorre com a química fina, cuja necessária reserva de mercado, provoca celeuma no "lobby" das transnacionais. E nem falar em Reforma Agrária, um dos fatores decisivos do desenvolvimento do Japão, onde a produção agrícola é tão protegida quanto a industrial. "Os produtores de arroz - diz o professor Pérez - só sobrevivem graças às barreiras protecionistas, pois os preços que pagam os consumidores ja-

poneses é dez vezes mais elevado que os do mercado mundial".

O exemplo japonês está sempre citado mas, como se vê, pelo avesso. Na verdade, o Japão não enveredou pelo caminho da dependência, importando indústrias estrangeiras, que com as caixas pretas das patentes ficariam indefinidamente sob o controle das transnacionais e por elas usadas à sua conveniência. "Adotou - escreve o citado economista mexicano - uma estratégia industrial que, mais do que apoiar-se no filão do investimento estrangeiro direto, se orientou para a importação de conhecimentos para promover a transferência tecnológica. Assim, em um lapso de 30 anos, 1950-1980, o Japão comprou 30 mil patentes". Uma estratégia que, fundamentalmente, baseia a industrialização na importação de patentes de um lado, e no protecionismo alfandegário do outro, forjando poderosos fatores de desenvolvimento.

Os japoneses são frequentemente acusados de copiar os modelos estrangeiros e deve haver algo disso. A verdade, entretanto, é que o decisivo para o seu grande salto foi aquela eficaz combinação de políticas governamentais que lhe permitiu dominar hoje a eletrônica, a siderurgia, a mecânica de precisão, a indústria automobilística, a ótica, os relógios (antigo feudo suíço) e a biotecnologia. E se prepara para, nas décadas de oitenta e noventa, liderar as novas tecnologias dos circuitos de alta integração, dos sistemas informáticos de tratamento de conhecimentos, cerâmicas estruturais etc.

O Japão, como a China, a Índia e outros países do Oriente, tem, assim, muito a nos oferecer. Mas para dar um exemplo do campo capitalista, é preferível fazer como os japoneses que protegem sua produção nacional a imitar os sul-coreanos ou os chineses de Formosa que transformam seus territórios em plataformas exportadoras das transnacionais, engordando as elites dependentes mas pouco acrescentando a um verdadeiro processo da libertação econômica dos seus povos. ●

# TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



## BRASIL

Agência Meridien  
Av. Rio Branco, 52 -  
10º andar  
Tel.: 263-5611  
Telex 21664MERI

## PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,  
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa  
1200 - Lisboa -  
Telef.: 366209 / 372959  
Telex 14596 ANGO P

## HOLANDA

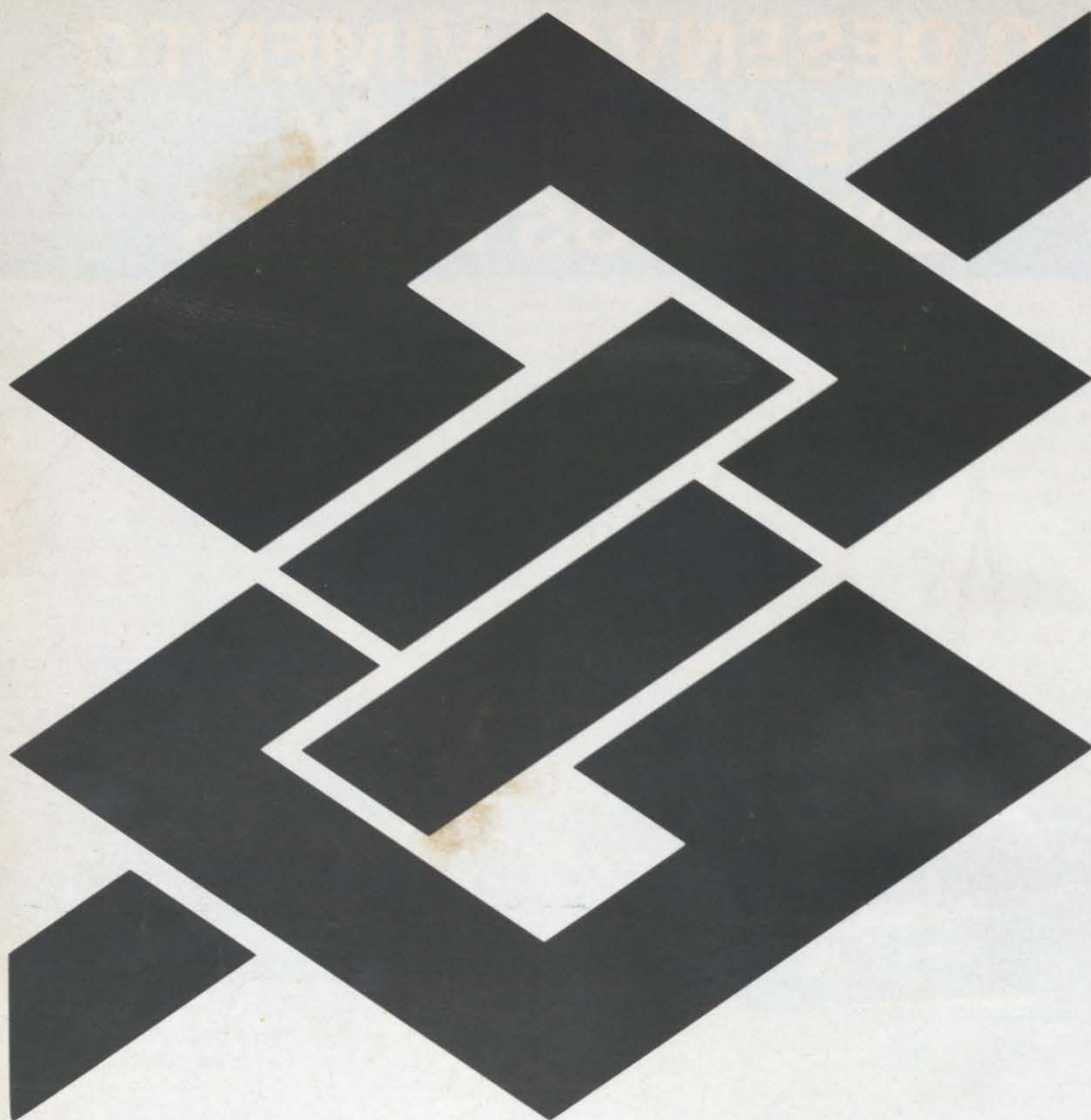
Coolsingel 139 3012  
AG Rotterdam  
POSTBUS 1663  
3000 BR Rotterdam  
Tel.: 010 11 41 60  
Telex 24772 / 24756  
ANGO NL



## ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola  
Rua Cerqueiras (Lukoki)  
C.P. nº 5953 -  
Telefs. 30144/5/6/7  
End. Teleg.: ANGOAVE AN  
Telexes nº 3313 / 3124  
Luanda - Rep. Pop. de Angola

**ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola**



**Sinal de multiplicar, somar e crescer.**

Somar esforços. Aumentar riquezas.  
Incentivar o progresso.  
É isso que o maior banco do Brasil  
tem feito todos os dias.



**BANCO DO BRASIL**